

MESTRADO PROFISSIONAL EM ESTADO, GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS  
FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

**JOCIVALDO BISPO DA CONCEIÇÃO DOS ANJOS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE RURAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE GESTÕES  
PETISTAS NO GOVERNO DA BAHIA**

**São Paulo, 2017**

**JOCIVALDO BISPO DA CONCEIÇÃO DOS ANJOS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE RURAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE GESTÕES  
PETISTAS NO GOVERNO DA BAHIA**

**Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Estado, Governo e Políticas Públicas pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais - FLACSO-Brasil e Fundação Perseu Abramo - FPA, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre.**

**São Paulo, 2017**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE RURAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE GESTÕES  
PETISTAS NO GOVERNO DA BAHIA**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Carmello Côrrea de Moraes  
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP**

---

**1o Examinador: Carlos Henrique Goulart Árabe  
Universidade de São Paulo - USP**

---

**2o Examinador: Wagner de Melo Romão  
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP**

**São Paulo, 23 de janeiro de 2017**

## **DEDICATÓRIA**

À minha mãe Maria e ao meu pai Júlio por calejar as mãos e permitir que as minhas se destinassem à caneta,

Ao meu irmão Judival (Dico) e minhas irmãs Marluce, Antônia (Nenem) e Marilda (Fia) por compartilhar sonhos comigo de outrora. Sonhos – de estudar - que eram elogios à loucura- , e de ajudar a me financiar os estudos

Aos meus amigos desde à infância até os de hoje, que materializo na Infância em Nelson Cardoso e mais recente em Felipe Freitas;

Aos meus filhos Sara Maria (Sala Malia) e Vitor Akin (Vitolino) por ser fonte de inspiração do que devo deixar de herança no mundo e à Norma Tercia por cuidar deles enquanto me embrenhava e destinava mais tempo para os estudos.

Aos Movimentos Sociais, em especial à Associação Comunitária Rural União de Limoeiro – ACRUL, ao Coletivo Regional Juventude e Participação Social – CRJPR e ao Movimento de Jovens de Antônio Cardoso – MOJAC por ser o início de um caminho e inspiração par ter nos estudos mais que uma possibilidade, mas uma obrigação libertadora. Em especial à Sr Alcides (*In memorian*) e a D. Rita de Zé Vaqueiro, que com mais de 70 anos me ensinou e ensina sonhos de adolescentes e às minhas queridas irmãs da vida Mirian Almeida e Luciete Duarte, por forjarem comigo muito do que cada um de nós conquistou;

A Caritas Brasileira e ao Movimento de Organização Comunitária – MOC por serem os primeiros formadores e indicação da importância maior em ser do que em ter.

A todos os meus professores e professoras, especialmente às da alfabetização e ensino fundamental (D. Liza e Joselita) por ter sido fundamental em uma época de poucas crenças;

Ao querido irmão, amigo e companheiro Jerônimo Rodrigues, que sendo Secretário de Estado me ensina diariamente a grandeza de acreditar nas pessoas e se horizontalizar a cada ser;

A todos e todas jovens rurais do Brasil e em especial aos jovens rurais da Bahia. A quem utilizo como referencia a linda Joseane Souza que, não sabendo que era impossível, caminhava 12 quilômetros por dia para estudar. Ao querido e eterno presidente Lula, inspiração e autoestima de lutas do povo brasileiro.

Ao povo de meu município, Antônio Cardoso- BA, minha terra – meu pedaço de chão- natal, que foi de onde parti e é para onde parto.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a minha família por toda dedicação, incentivo, amor e carinho. Sem amor a gente não anda. Agradeço aos meus professores e minhas professoras, desde a Alfabetização, que ajudou a pavimentar este caminho, que parecia impossível, mas que a educação e a “teimosia” destes mestres e destas mestras fizeram possíveis. Agradeço também aos Movimentos e Populares Sociais que foram e são muito importantes nesta minha caminhada coletiva em todos os momentos. Desde os incentivos para a busca constante pela qualificação até as orientações para saber que estudando estava eu (e estou) numa fronteira de luta constante e, portanto devo ter lado. O lado dos esquecidos do mundo. Agradeço ao querido amigo Marcone por me garantir hospedagem gratuita e recheada de muito amor e carinho durante todas as etapas dos estudos em São Paulo. Agradeço aos motoristas e meus amigos (Natalino Biro-Biro e Vanderci - Ica) que me transportaram da roça para o aeroporto durante as madrugadas (já que geralmente eu viajava no voo das 03h00min) e, muitas vezes a viagem ficava fiado por conta de escassez de recursos financeiros. Devo colocar em relevo ainda e agradecer aos meus irmãos que por diversas vezes pagaram passagens minhas para que eu pudesse ir até São Paulo estudar. Aos funcionários da Fundação Perseu Abramo pelo carinho e presteza constantes. Ao querido Rodrigo Callou pelo apoio na organização metodológica do texto final da apresentação. Ao querido Jerônimo Rodrigues pela co-orientação deste trabalho. A Ideojane Melo pela contribuição com a leitura, correção do texto e ideias de melhorá-lo. Agradeço muito especialmente devo manifestar para meus colegas da Turma do Mestrado, à Fundação Perseu Abramo – FPA e à Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais – FLACSO pela oportunidade

e a coragem de fomentar espaços tão necessários para a formação de gestores com mais condições técnicas e mais capacidade política de contribuir com Governanças mais compromissadas. Agradeço ainda ao meu orientador professor Reginaldo de Moraes pela paciência e colaborações durante todo este processo e a toda a banca da defesa pelas contribuições de onde e como aperfeiçoar o texto. Foram as boas vontades de vocês que permitiram que este trabalho pudesse ser construído. Logicamente, as imprecisões no mesmo cabem a mim. Muito obrigado a todas e a todos.

Prefiro ser criticado como idealista e sonhador inveterado por continuar, sem relutar, a apostar no ser humano, a me bater por uma legislação que o defenda contra as arrancadas agressivas e injustas de quem transgrede a própria ética. A liberdade do comércio não pode estar acima da liberdade do ser humano

Paulo Freire

Os Poucos não têm lugar quando os muitos têm onde apoiar

Nicolau Maquiavel

## **RESUMO**

Este estudo de caso se assenta acerca das políticas desenvolvidas durante 10 anos de existência de governos do Partido dos Trabalhadores no Estado da Bahia acerca das políticas desenvolvidas para a Juventude Rural. Analisar a construção da ideia do sujeito jovem no mundo, América Latina e, por conseguinte no Brasil também é uma perspectiva do mesmo, pois antes de se compartimentar geograficamente a Juventude é importante a compreensão do que significa ser juventude e como esta construção se deu historicamente. Verificar e problematizar a ideia construída historicamente de rural e poder, a partir da sua construção, situar a juventude neste espaço geopolítico se coloca como algo necessário e imprescindível para o entendimento desobre como ela é (atingida ou beneficiaria) das políticas públicas fomentadas pelos governos e como estas decisões afetam diariamente o quefazer e as vidas destes sujeitos nos espaços rurais. A partir dos dois adjetivos substantivados ou substantivos adjetivados (juventude e rural) se coloca como algo impar e necessário para orientar ideias que deva constar numa proposta de uma política Estadual de Juventude Rural para o Estado da Bahia, que é a função final deste trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado.

## RESUMEN

Este estudio se acerca a las políticas desarrolladas durante los últimos 10 años de existencia de los gobiernos del Partido de los Trabajadores en el Estado de Bahía. Analizar a construcción de la idea del sujeto joven en el mundo, América Latina y, por consiguiente en el Brasil también es una perspectiva del mismo, antes de que se comparta geográficamente una juventud significa una comprensión que significa ser juventud y como esta construcción se dio históricamente. Examinar una problemática de una idea construida históricamente de rural y poder a partir de su propia construcción Situar una juventud en este espacio geográfico se ubicar como algo necesario e imprescindible para el entendimiento de cómo ella es o beneficiaria de las políticas públicas fomentadas por los gobiernos y como estas decisiones afectan diariamente el quehacer y como las vidas de los sujetos y los sujetos jóvenes en los espacios rurales. A partir de los dos adjetivos sustantivados o sustantivos adjetivados (juventud y rural) se coloca como algo impar y necesario para orientar ideas que deba constar en una propuesta de política Estadual de Juventud Rural para el Estado de Bahia, que es una función final este trabajo Conclusión de Curso de Master.

## **ABSTRACT**

This study is based on policies established during the 10 years of the workers' party government existence on rural youth developed policies in the state of Bahia. To analyze the idea of construction of the youth in the world, Latin America and therefore in Brazil; which is also a perspective of the same, since before compartmentalizing the geopolitical youth is important to understand what it means to be young and how this construction took place historically. To verify the problematization of the rural and power idea built historically from its inception, situating the youth in this geographic space. Poses as something necessary and indispensable for understanding of what they are (targeted or beneficiary). How government funded public policy decisions affect what people in rural areas do on their daily routine. From the two adjective nouns or adjectival nouns (youth and rural) is placed as unique and necessary to guide ideas that must materialize in a state policy to the rural youth in the state of Bahia, that is, being the final purpose of this master's degree conclusion course.



## **LISTA DE SIGLAS**

ADC – Agente de Desenvolvimento Comunitário  
AF – Agricultura Familiar  
ALARSU – Associação Latino-americana de Sociologia Rural  
ALBA -Assembleia Legislativa da Bahia  
ANTDJ – Agencia Nacional do Trabalho Decente para a Juventude  
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural  
CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional  
CDA- Coordenação de Desenvolvimento Agrário  
CDC - Centro Digital de Cidadania  
CEB – Comunidades Eclesiais de Bases  
CEJUVE – Conselho Estadual de Juventude  
CEPEX – Coordenação de Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica.  
CF – Constituição Federal  
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil  
COJUVE – Coordenação Estadual de Políticas Públicas para a Juventude  
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável  
CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude  
CONTAG – Confederação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF  
DF – Distrito Federal  
DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável  
DRS – Desenvolvimento Rural Sustentável  
DRU – Desvinculação de Receita da União  
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A  
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural  
FESNOJIV - Fundación del Estado para el Sistema Nacional de las Orquestas Juveniles de Venezuela  
FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento

FLACSO – Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais  
FLEM – Fundação Luís Eduardo Magalhães  
FPA – Fundação Perseu Abramo  
FUNCEP – Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza  
GT – Grupo de Trabalho  
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano  
ITR – Imposto Sobre Propriedade Territorial Rural  
JAC – Juventude Agrária Católica  
JEC – Juventude Estudantil Católica  
JOC – Juventude Operária Católica  
JPT - Juventude do Partido dos Trabalhadores  
JUC – Juventude Universitária Católica  
JW – Jaques Wagner  
MAARA - Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.  
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
NEAD – Núcleo de Estudos Agrários em Desenvolvimento Rural  
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
OS – Organização Social  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PAMJ – Programa de Ação Mundial Para os Jovens  
PDLIS – Plano de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável

PDT – Plano de Desenvolvimento Territorial  
PEC – Proposta de Emenda Constitucional  
PIB – Produto Interno Bruto  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PGP – Programa de Governo Participativo  
PGPAF - Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar  
PJB – Programa Jovens Baianos  
PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural  
PNJ – Plano Nacional de Juventude  
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agraria  
PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania  
PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais  
PTC – Programa Território de Cidadania  
REAF – Rede da Agricultura Familiar no MERCOSUL  
SAF – Secretaria da Agricultura Familiar  
SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural  
SEAF – Secretaria Especial de Agricultura Familiar  
SEAF - Seguro da Agricultura Familiar  
SEAGRI - Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Abastecimento.  
SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social de Combate a Pobreza  
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.  
SEMAF –Serviço Municipal de Apoio à Agricultura Familiar  
SERIN – Secretaria de Relações Institucionais  
SETAF - Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar  
SETRE – Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte  
SINAJUVE – Sistema Nacional de Juventude  
SJDHDS – Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social  
SNJ - Secretaria Nacional de Juventude  
SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.

SUAF – Superintendência da Agricultura Familiar

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| INTRODUÇÃO .....  | 20 |
| CAPÍTULO I - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE: ENTRE A CONSTRUÇÃO DE UM SUJEITO E O ENGENDRAR DE UMA AÇÃO. ....  | 22 |
| 1.1 EM TODO O CANTO DO MUNDO A JUVENTUDE OCUPA UM CANTO.....  | 22 |
| 1.2 UM TRILHAR JOVEM POR VELHOS E NOVOS CAMINHOS: A TRAJETÓRIA DA JUVENTUDE NA ONU. ....  | 25 |
| 1.3 UMA CONSTRUÇÃO DA JUVENTUDE NA AMÉRICA LATINA: EXCERTOS PARA A PROPOSIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE/COM/PARA A JUVENTUDE. ....                           | 31 |
| 1.4 IDÉIAS DE INSERÇÃO DA JUVENTUDE LATINOAMERICANA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: Moratória Social Garantia de Direitos e Consumismo Juvenil. ....                    | 32 |
| 1.5 A JUVENTUDE DAS PALAVRAS E DAS DEMANDAS.....  | 38 |
| 1.6 UM MITO A IMITAR AS GERAÇÕES.....   | 39 |
| 1.7 AS ASSIMETRIAS ASSIMÉTRICAS.....  | 41 |
| 1.8 O BRASIL E A EDIFICAÇÃO PAVIMENTADA DE UM ESPECTRO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE.....   | 44 |
| 1.9 O PT E UM PLANO PARA A JUVENTUDE BRASILEIRA.....  | 45 |
| 1.10 JUVENTUDE UM TEMA TRIVIAL. TEMA DE TODO MUNDO. MAS, HÁ DADOS. ....   | 47 |
| 1.11 UMA HISTÓRIA RASCUNHADA E SEM DIREITO A PASSAR A LIMPO: A INSERÇÃO DA JUVENTUDE NA GRAMÁTICA SOCIAL E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....                          | 48 |
| 1.12 2005: O ANO REFERÊNCIA DA JUVENTUDE BRASILEIRA.....  | 50 |
| 1.13 JUVENTUDE X JUVENTUDES: CONSIDERAÇÕES .....  | 53 |
| 1.14 O SONHO ENQUANTO UMA TRILHA: A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA DA JUVENTUDE NA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA BAHIA: OS DEMIURGOS DA JUVENTUDE BAIANA..... | 54 |
| 1.15 NA TERRA DE TODOS NÓS 1/3 DOS NÓS SÃO JOVENS.....  | 56 |
| 1.16 HERANÇAS E AVANÇOS .....   | 56 |
| 1.17 ARTICULAR, ORGANIZAR, CETRALIZAR E INTERSETERIALIZAR: COORDENAÇÃO ESTADUAL DE JUVENTUDE –COJUVE.....   | 60 |

|  |     |
|--|-----|
| 1.18 UM CONSELHO PARA A JUVENTUDE BAIANA: A CRIAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE JUVENTUDE E UM NOVO MARCO DE RELAÇÕES, INTERAÇÃO E DIÁLOGOS COM A JUVENTUDE DA BAHIA. ....                   | 62  |
| CAPITULO II - DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL: UM PROJETO DE NAÇÃO ONDE O GRITO É CANTO E O CHORO MELODIA.....   | 66  |
| 2.1 O MUNDO RURAL E A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DO ATRASO.....  | 67  |
| 2.2 AGRARIO, RURAL OU AGRICOLA?.....   | 68  |
| 2.3 A IDEIA DE RURBANO.....  | 70  |
| 2.4 O DESENVOLVIMENTO RURAL DESCOLADO DAS QUESTÕES AGRÁRIAS.....   | 71  |
| 2.5 BRASIL: O <i>LOCUS</i> DAS POLÍTICAS TARDIAS.....  | 74  |
| 2.6 O BRASIL E AS GERAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL.....   | 75  |
| 2.7 A CONSTRUÇÃO DE UM TERMO POLÍTICO, SOCIAL E DE RESISTÊNCIA: AGRICULTURA FAMILIAR. ....   | 77  |
| 2.8 POLÍTICAS, PROGRAMAS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS: AGENDA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....  | 78  |
| 2.9 GERAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM POUCO OLHAR GERACIONAL AINDA. A GERAÇÃO DO GÊNESES E ÊXODO.....   | 80  |
| 2.10 A TERRA PROMETIDA FOI DOADA AOS ALGOZES: SEGUNDA GERAÇÃO DE POLÍTICAS PARA O CAMPO BRASILEIRO – O NEOLIBERALISMO.....   | 84  |
| 2.11 O PRÍNCIPE DOS SOCIOLOGOS E O SOCIOLOGO DOS PRINCIPES.....  | 85  |
| 2.12 A DICOTOMIA CONSTRUÍDA PARA MANTER OS EMPOBRECIDOS NO ANDAR DE BAIXO: DA FARSA DAS POLÍTICAS SOCIAIS E ECONOMICAS E DA INUTILIDADE POLÍTICA DA IDEIA DENOVA CLASSE MÉDIA RURAL..... | 91  |
| 2.13 TERCEIRA GERAÇÃO: A <i>PANTHEON</i> .....   | 94  |
| 2.14 OS GOVERNOS DO PT E O DESENVOLVIMENTO RURAL MACRO.....  | 98  |
| 2.15 COGESTÃO SEM CONGESTÃO.....   | 99  |
| 2.16 O FILHO IMITA O PAI: EXCERTOS SOBRE O GOVERNO DA BAHIA.....   | 101 |
| CAPÍTULO III - JUVENTUDE RURAL: DOIS SUBSTANTIVOS ADJETIVADOS.....   | 103 |
| 3.1 QUEM É A JUVENTUDE RURAL?.....   | 104 |
| 3.2 DEFINIÇÃO DE JUVENTUDE E DEFINIÇÃO DE RURAL.....   | 104 |
| 3.3 A JUVENTUDE RURAL NA ACADEMIA.....   | 106 |

|  |     |
|--|-----|
| 3.4 OUTRAS IDIOSSINCRASIAS DA JUVENTUDE RURAL .....  | 109 |
| 3.5 NÚMEROS DE UMA JUVENTUDE ÁVIDA POR POLÍTICAS PÚBLICAS.....   | 113 |
| 3.6 AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS OFERTADAS PELOS GOVERNOS PETISTAS<br>EM ÂMBITO FEDERAL.....                        | 114 |
| 3.7 A JUVENTUDE RURAL NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO .....  | 117 |
| 3.8 A JUVENTUDE RURAL NO PT.....   | 118 |
| 3.9 JOVEM RURAL PARA ALÉM DELE MESMO.....  | 119 |
| 3.10 JUVENTUDE RURAL: DIFERENÇAS E DESIGUALDADES .....   | 120 |
| 3.11 O DIALOGO DA PERMANENCIA EM MEIO AO ESCARCEL DO EXÔDO. ....   | 121 |
| 3.12 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE RURAL NA BAHIA<br>.....                                     | 125 |
| 3.13 DADOS DE UMA BAHIA DADA AO URBANO.....  | 127 |
| 3.14 BAHIA: DADOS E ACHADOS.....   | 128 |
| 3.15 A ORIGEM DA DESIGUALDADE SOCIAL E O ACESSO A TERRA.....   | 129 |
| 3.16 REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DO GOVERNO DA BAHIA: MAIS UM<br>PASSO PARA FORTALECER O MEIO RURAL BAIANO ..... | 132 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....  | 135 |
| REFERÊNCIAS.....   | 137 |
| PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA PARA A JUVENTUDE RURAL DO ESTADO DA<br>BAHIA.....                                     | 149 |

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho terá com ponto de chegada o apontamento de ideias que devem constar na construção de uma Política Estadual de juventude Rural para o Estado da Bahia. Para tanto, serão investigados e apresentados passos necessários que comprovarão a necessidade desta política.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. Cada capítulo contribuirá de forma a explicar os conceitos e ações desenvolvidas e, no terceiro, a proposição para o segmento em discussão.

No primeiro capítulo constarão as ideias de constituição da Juventude enquanto Sujeito. Nele está o início do entendimento da concepção de juventude, enquanto uma etapa transitória da vida, mas também, como uma fase única e com suas particularidades, necessárias de um tratamento específico. Entendimento do que foi a juventude no mundo, desde a constituição do ano Internacional da Juventude pela ONU no ano de (1985) e o impacto que esta ação desempenhou em todos os países signatários.

Ainda no mesmo capítulo se encontrarão as ideias que povoaram o início das políticas para a juventude na América Latina e a ideia de Moratória Social da Juventude (tempo de preparação para a vida adulta contando com o financiamento do Estado), especialmente durante o peronismo na Argentina. Estudos introdutórios acerca da juventude no Brasil também fazem parte deste capítulo. A exemplo das pesquisas desenvolvidas por Helana Abramo, Elisa Guaraná de Castro. Tanto a construção da juventude enquanto sujeito como as políticas desenvolvidas pelo *lulismo* para o segmento juvenil pelo Estado Brasileiro.

Serão encontrados exemplos de Políticas Públicas desenvolvidas pelos governos Lula e Dilma e também as influências que estes governos tiveram – e ainda têm – influenciado os Estados.

Este capítulo também apresentará ações de mobilização, execução, monitoramento e avaliação de projetos e programas que o Governo do Estado da Bahia fomentou entre os anos de 2007 e 2016.

O segundo capítulo encontrar-se a Concepção de Rural e os estudos que orientam as ações para que o Rural seja o que ele é. Estes estudos apontam sobre

as formas com que foram forjadas as Políticas para este espaço geopolítico. Apontam desde a construção dos primeiros ministérios que tratavam das ações para o rural até os avanços mais recentes para o segmento. Trazem também as gerações de políticas e problematiza o pacto conservador promovido durante as gestões petistas, mas também apontam os avanços promovidos pela reforma gradual que os governos petistas conseguiram forjar a partir da ideia levantada por André Singer (2012) sobre o Reformismo Fraco (transformação mais lenta e duradoura).

Também é apresentado à problemática que o “acordo de governabilidade” – firmado entre o PT- Partido dos Trabalhadores - e os partidos da base aliada- trouxeram, bem como suas políticas que foram possíveis de ser fomentadas, a exemplo do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – ao lado das que necessitaram ser negadas, - Reforma Agrária -, devido à existência de muitos dos latifundiários brasileiros fazerem parte do governo. Por fim, o balanço dos desafios é levantado e os avanços são pontuados, bem como os caminhos possíveis para tais ações serem fomentadas.

No terceiro capítulo o “Sujeito” é a Juventude Rural em si. Como se fosse – e é- a junção ou a sistematização (a síntese) dos dois primeiros capítulos. Nele estão às formas como este sujeito é visto pela sociedade em geral, pela academia, pelos governos petistas, pelo PT e pela Juventude do Partido dos Trabalhadores.

Há ainda diversos estudos acerca das produções sobre a temática e o cardápio de Políticas Públicas que foram fomentadas para a Juventude Rural, no âmbito estadual e nacional, bem como os instrumentos criados para este fortalecimento e, as “crises”, diálogos e avanços no seio dos movimentos sociais, tanto interna quanto externamente para o fortalecimento deste Sujeito estratégico para o desenvolvimento do Estado Brasileiro e o ente federado da Bahia como um todo: a Juventude Rural.

Nas considerações finais busca-se apresentar uma proposta de Política Pública para a Juventude Rural da Bahia.

## **CAPÍTULO I - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE: ENTRE A CONSTRUÇÃO DE UM SUJEITO E O ENGENDRAR DE UMA AÇÃO.**

A Juventude tem sido em todas as sociedades, uma categoria em disputa. Nem em todos os lugares ela se constitui enquanto uma categoria etária. Signos distintos contribuem para a sua definição em diversos espaços e ainda assim, a definição quando se é etária, também pode ser arbitrária. O que não se pode negar é que em todas as sociedades a Juventude é uma categoria em constantes disputas.

Conforme aponta *Pierre Bourdieu*, em seu artigo *A Juventude é Apenas Uma Palavra*, (BOURDIEU, 1983) o recorte etário tem sido uma espécie de justificativa de acesso ao poder, inclusive para a sua negação. O que leva a existência deste caráter oscilante da Juventude em categoria etária é justamente a aproximação ou a sua negação do poder. O debate sobre Juventude nas sociedades é a discussão sobre a conquista e controle do poder. E, na sociedade brasileira, baiana e rural não seria diferente.

Ao se falar sobre Juventude sobre poder é que se fala também sobre as formas e estratégias de fomento à sua negação. Assim, como parte introdutória deste estudo é imprescindível o entendimento das fontes em que o Estado Brasileiro utiliza como referência para o fomento das políticas públicas as iniciativas de ações governamentais.

### **1.1 EM TODO O CANTO DO MUNDO A JUVENTUDE OCUPA UM CANTO**

A juventude entra na agenda das políticas e prioridades mundial a partir das ações e eventos construídos pela ONU a partir dos anos 60. Assim, alguns países, a exemplo da Argentina passam a dialogar com a possibilidade de se fomentar algumas políticas e ações para este público que precisava ser caracterizado etariamente. Para tanto, foi adotado o recorte etário entre 15 e 24 anos de idade para a definição de Juventude. Deste modo, foram estabelecidos alguns diálogos de construções

coletivas que culminaram com a construção do ano da Juventude Mundial 1985, conflagrando a Década da Juventude 1995 e com a construção do PAMJ - Programa de Ações Mundial para a Juventude– com diversas recomendações aos países membros. Portanto em Assembleia Geral:

“Recomenda que em seu sexagésimo período de sessões, em 2005, se destine duas sessões planárias a examinar a situação da juventude e os avanços alcançados na execução do Programa de Ações Mundial para a Juventude – PAMJ. Reconhecendo também a importância plena e efetiva dos jovens e suas organizações nos planos local, nacional, regional e internacional na promoção e aplicação do programa e na avaliação dos progressos e logrados e obstáculos encontrados na aplicação.” (ONU – 2005. P. 49)

Neste período compreendido entre os anos de 1985 até 2005, são vinte anos que já foram permitidos à realização de diversos encontros para avaliação dos resultados das recomendações.

A ONU se percebe numa tentativa de orientação a serem adotadas por países membros sobre a avaliação da participação e protagonismo juvenil na agenda mundial dos países signatários.

Esta resposta da ONU advém das pautas construídas por diversos Movimentos ao redor do mundo, que no Brasil destaca-se aqui os ligados as Comunidades Eclesiais de Base –CEBs: A Juventude Agrária Católica – JAC; A Juventude Operária Católica – JOC; A Juventude Universitária Católica - JUC e a Juventude Estudantil Católica - JEC. Utilizar estes com relevo não se trata de negar os demais. Estes são utilizados devido à capacidade de grande mobilização e de poder que a igreja católica possuía de influenciar a sociedade que antecedeu as ações do Programa Mundial de Ação para Juventude - PMAJ da ONU.

Neste encontro promovido pela ONU entre os países membros para o dialogo acerca das ações para a juventude foi lançado um guia orientador para avaliar o alcance de metas do programa sugerido pela ONU, que previa a **Década da Juventude entre 1995 até 2005**. Neste recorte de tempo, os países signatários deveriam programar ações para diminuir o fosso entre a juventude e outros grupos

etários com a perspectiva de diminuir a assimetria geracional percebido nos mesmos em relação ao acesso aos direitos.

Dentre as ações apontadas estão à mudança social, o desenvolvimento econômico e a inovação tecnológica, pois, a ONU seguindo uma tendência – com esta pauta- apontada pelos movimentos de resistência, em especial os de esquerda, a Juventude se situa na vanguarda das tendências: mundial, social, econômica e política. Portanto, o progresso das sociedades está determinado, entre outras coisas, no investimento na Juventude, na construção e no desenho do futuro. No entanto, reconhece que em muitos países é muito difícil os jovens integrarem em suas sociedades. Abordagem que dialogam ao encontro do exposto por (*Bourdieu,1986*).

Dados da ONU (1995) apontam o crescimento da juventude em todos os continentes do mundo, cerca de 0,7% ao ano, entre 1995 e 2000. No caso do Brasil (2005) existe o que é denominado de boom da juventude. Pois, jamais houve tantos jovens no país, que hoje somam cerca de 51 milhões de jovens entre os mais de 200 milhões de pessoas. Valendo ressaltar, que no país a juventude tem outro recorte etário, que é de 15 a 29 anos. Pois, o país adotou a definição da Organização Iberoamericana de Juventude - OIJ para definir juventude etariamente.

A ONU reconhece também que a partir de análises dos dados que a juventude enfrenta problemas, que os Estados Nacionais precisam resolver: recursos disponíveis para financiar programas e projetos para a juventude, corroborando com a tese de que a juventude não é prioridade no planejamento e orçamento dos governos, cumprindo um papel secundário no mesmo.

Alta taxa de desemprego, uma vez que esta chega atingir o grupo etário juvenil mais fortemente do que outros na média nacional; preconceito étnico e discriminação racial, pois há uma demarcação étnica e racial que influencia sobre o acesso às políticas pelas pessoas e as juventudes. Percebem-se avanços em parte da juventude, entretanto, quando se compila e se apresentam os dados passa-se a ideia de que houve avanço geral, mas em se estratificando se percebe que em categorias de históricos de maior vulnerabilidade social os avanços foram perceptivelmente mais reduzidos.

Essas percepções merecem duas referências exemplificadoras: a juventude negra brasileira sofre o aumento da violência (morte e encarceramento), enquanto a juventude branca se beneficia com sua diminuição nos últimos 10 anos (**Mapa Da Violência 2013**). Outro recorte deve ser feito com a juventude rural brasileira, que amarga saída de metade das migrações no Brasil na última década (dos 2.000.000 de imigrantes entre 2000 e 2010, 1.000.000 foram de pessoas com idade entre 15 e 29 anos – **IBGE- Censo 2010**). Reflexo da carência de Políticas Públicas direcionadas para este foco estratégico dentro da agenda nacional de desenvolvimento e da garantia de direitos. Há ainda, apontamentos sobre a assimetria de gênero, as jovens mulheres acessam os direitos de forma menor que os jovens do sexo masculino, dentre outras.

Portanto, dentro do perfil de idade da juventude definido por lei (Estatuto da Juventude, 2013) deve-se também a observância das diferenças entre os iguais na idade, mas com histórico de vivências bem distinto, o que orienta a adoção de recortes necessários como um princípio equanimizador das assimetrias herdadas.

## **1.2 UM TRILHAR JOVEM POR VELHOS E NOVOS CAMINHOS: A TRAJETÓRIA DA JUVENTUDE NA ONU.**

A Juventude é um sujeito político novo. No Brasil podemos dizer que é novíssimo nas Políticas Públicas também. Somente, entrando na agenda na primeira década do ano 2.000. Pois, mesmo havendo antes dos anos 2000 algumas ações de políticas públicas para o público caracterizado como jovem, ainda não havia um recorte definido em lei e não o entendimento deste público ser considerado sujeitos de direitos a partir de uma lei específica que é o Estatuto da Juventude (2013), definidor do sujeito jovem com idade entre 15 a 29 anos. Estas ações não possuíam um caráter compreensivo da juventude enquanto sujeito político, uma vez que nem na própria constituição havia a palavra juventude. Eram ações dispersas que chegavam ao público na idade, mas não como sujeitos específicos, portanto.

Na ONU (2005) remete ao ano de 1965, que foi o ano em que “os Estados Membros das Nações Unidas respaldaram a Declaração sobre o fomento entre a juventude e ideias de paz, respeito mútuo e compreensão entre os povos”. No ano de 1985, 20 anos depois, é celebrado o Ano Internacional da Juventude, destacando a importância da juventude e sua contribuição para o cumprimento dos princípios da Carta das Nações Unidas. Propondo, portanto, que a juventude não somente fosse um objeto das ações dos governantes, engendradas por uma população de não jovens tão somente. Ainda em 1985 a ONU constrói diretrizes planejadas com o enfoque da juventude, reconhecendo a pluralidade e diversidade desta categoria etária social. Em vez de uma entidade demográfica única é considerado os subgrupos que compõem este sujeito histórico.

No ano de 1995 ocorre a primeira década de aniversário do Ano Internacional da Juventude das Nações Unidas que foi um marco no fortalecimento dos compromissos com os jovens do mundo e a partir daí a sugestão do apontamento de ações para a juventude no próximo milênio. Para tanto, foi criado pela ONU o Programa Ação Mundial para a Juventude (PAMJ) até o ano 2000 e subsequentes, tendo o propósito de abarcar com mais qualidade a resolutividade dos problemas apontados e experimentados pela juventude. Contemplar ambos os sexos, de forma estratificada, e ampliar a participação juvenil se centram na agenda do programa orientador dos gestores públicos para que tenham mais sensibilidade às aspirações que tem a juventude. E, ao invés de esta categoria etária e sujeito político e social formar parte dos problemas seja vistos com parte da solução. Logo, foram priorizadas dez ações estratégicas para o PAMJ (2005), a saber:

1. Educação;
2. Emprego;
3. A fome e a Pobreza;
4. Saúde;
5. Meio Ambiente;
6. Uso indevido de drogas;
7. Delinquência Juvenil;
8. Atividades Recreativas;

9. Meninas jovens (gênero)
10. Plena e efetiva participação dos jovens na vida e na sociedade na adoção de decisões.

Nesta feita o Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, recomendava que as ações do Programa fossem realizadas de maneira conjunta com os jovens e também que ocorressem ampliações nas políticas para este segmento.

A escolha destas áreas se deu com a perspectiva de abrangar temas de caráter mais global e que conjuntamente gozava de maior relevância social.

A partir da orientação da ONU os Estados Nacionais passaram a adotar ações para se pensar a juventude e aplicar as recomendações. No ano de 1998, entre os dias 08 e 12 de agosto ocorreu à primeira Conferência Mundial de Ministros responsáveis pela pasta da Juventude. Deste encontro foi tirada a Declaração de Lisboa sobre Políticas e Programas relativos à Juventude. Nesta declaração, dentre outros apontamentos há em sua 12ª recomendação o apoio às ações Sul – Sul. Além, da solicitação de que seja a Juventude uma agenda de toda a ONU em suas agendas estratégicas e não somente ser uma parte de eventos e tocada por parte específica da ONU. Desta maneira, reconhecia-se que havia um fosso no acesso às Políticas Públicas pela Juventude, mas também de que não ainda se figurava como uma agenda estratégica na ONU.

Em sua Assembleia Geral em 2003 a ONU aponta cinco preocupações para os assuntos juvenis, que são:

- ⌚ Globalização;
- ⌚ Tecnologias da informação e da comunicação;
- ⌚ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – HIV-AIDS;
- ⌚ Os Jovens e a prevenção de conflitos;
- ⌚ Relações Intergeracionais;

Estas preocupações denotam a adoção de novos temas de debates e bandeiras levantadas pela juventude neste período a partir dos diálogos e lutas atualizados pelos movimentos de defesa dos direitos das juventudes.

Além, de outras preocupações este encontro ainda teve como objetivo a avaliação da execução das propostas tiradas em torno das ações fomentadas para a juventude pelos países. Estas avaliações foram feitas à luz dos quatro fóruns mundiais de juventude que ocorreram em:

- ⌚ Viena, Áustria em 1991;
- ⌚ Viena, Áustria em 1996;
- ⌚ Braga Portugal em 1998;
- ⌚ Dakar, Senegal em 2001.

Esta avaliação foi centrada também nos pilares da garantia dos direitos, prestação de contas aos grupos majoritários, empoderamento da juventude, participação e não discriminação e atenção aos grupos vulneráveis. Está disponível em seis idiomas oficiais das Nações Unidas (2005). Foi chamada também à atenção especial aos grupos específicos de jovens urbanos em situação de vulnerabilidade, jovens rurais, estudantes e jovens trabalhadores. Todas estas garantias ocorrendo em visita aos direitos humanos fundamentais e as liberdades fundamentais orientadas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, positivada em 10 de janeiro de 1948 pela Organização das Nações Unidas – ONU.

O encontro de avaliação do PAJM em 2003, apontou que no mundo:

- ⌚ 130 milhões de jovens não frequentavam a escola;
- ⌚ Havia muita discriminação por conta da orientação sexual, por pertencer a etnias subvalorizadas, ser morador da periferia da cidade ou da zona rural, ser pobre dentre outras;
- ⌚ Percebeu-se ainda que mesmo entre os países mais desenvolvidos e ricos a origem étnica influencia enormemente o alcance aos direitos fundamentais para a vida.

A partir destas constatações - e de outras forjadas nos seios das formulações das lutas- é que movimentos de diversos países em todo o mundo se orientam em contemplar a diversidade juvenil em suas plataformas com o propósito de reconhecer os recortes existentes entre os públicos juvenis e apontar alternativas possíveis de superação do problema diagnosticado.

A partir da fotografia da juventude mundial, dentre outros, foi proposto pelas esferas:

1. Melhorar a educação básica, formação profissional e alfabetização entre os jovens;
2. Promover oportunidades de trabalho por conta própria;
3. Aumentar a rentabilidade da agricultura e o atrativo da vida nas zonas agrícolas;
4. Prestação de serviços básicos à saúde;
5. Integrar a educação ambiental nos programas de ensino e formação;
6. Integrar a participação da juventude e das organizações juvenis nos programas de redução da demanda destinada aos jovens;
7. Priorizar as medidas preventivas para a delinquência juvenil;
8. Promover atividades recreativas como parte integrante das políticas e programas para a juventude;
9. Eliminar a discriminação contra as jovens mulheres;
10. Reforçar o acesso dos jovens à informação, de modo que possam utilizar melhor suas possibilidades de participação;
11. Conseguir que a globalização se converta numa força positiva para todos os habitantes do mundo;
12. Promover ações e estratégias de acesso às tecnologias da informação antes de 2005;
13. Assegurar o estabelecimento de execução de estratégias e planos de financiamento nacionais multissetoriais para lutar contra a AIDS/HIV.

Tornar estas orientações mundial da ONU objeto de reflexão para introduzir as ações pensadas para o Brasil e, nesta, a Juventude Rural, mister se faz por conta de percebermos que, mesmo o Brasil adotando a faixa etária da Organização Iberoamericana da Juventude adota as ações e orientações da ONU em suas proposições de ações para este público, mesmo porque é signatário. Ao se analisar o Estatuto da Juventude e O Plano Nacional de Juventude e os Planos Estaduais percebe-se a aproximação com o pensamento da ONU para o segmento.

Esta constatação demonstra a influencia que a ONU possui e sua capacidade de influir nas agendas dos países membros e da importância que a adoção da agenda da juventude foi para o reconhecimento da existência deste público e que, mesmo ainda muito incipiente, a juventude tem ganhado espaço em agendas nacionais de desenvolvimento.

Tratar dos documentos que poderíamos denominar de **“Demiurgos das políticas de juventude no mundo”**, uma vez que basta analisarmos as propostas, pelo menos do Brasil, para percebermos esta assertiva cabe, neste estudo *stricutu sensu* a percepção de que a forma pela qual o documento se reporta a juventude rural é a mesma que os documentos e proposições têm adotado no Brasil.

No eixo que trata da pobreza e da fome é onde se trata do meio rural e da agricultura. Assim, a aproximação entre estas formulações tem caminhado lado a lado e atuando de forma a uma narrativa construída em que somente ver o campo enquanto o lugar da pobreza e da produção de alimentos e não com outras ações prioritárias. Algo, como a diminuição do termo **“se o campo não planta a cidade não janta”** formulado por movimentos de defesa do direito de produção e garantia de direitos no campo.

Portanto, importante se faz esta compreensão da partida da construção das políticas nos países signatários para podermos adiantar na compreensão do por que a juventude rural ainda é um sujeito em construção no Brasil. E nas políticas públicas e o porquê de mesmos nos governos de centro-esquerda ela não ser um sujeito estratégico para engendrar-lo de Políticas Públicas, pois a sua definição está inserida na gramática de campo como o lugar do atraso, orientada somente pelo modelo agroexportador e de uma linha de pensamento positivista.

Algo que a superação se faz necessário para o engendrar de uma Juventude que consiga conviver no meio Rural de forma harmoniosa, gozadoras dos direitos e tendo a sustentabilidade como princípio norteador da produção e que possam gozar de outras políticas para além, da produção agrícola e pecuária.

### **1.3 UMA CONSTRUÇÃO DA JUVENTUDE NA AMÉRICA LATINA: EXCERTOS PARA A PROPOSIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE/COM/PARA A JUVENTUDE.**

A entrada da juventude, enquanto uma das pautas prioritárias para a Organização das Nações Unidas – ONU, mais fortemente ao final da segunda metade do século XX, contribuiu de forma decisiva para o alcance da taxonomia desta categoria social na agenda das políticas públicas nos cinco continentes do planeta Terra, principalmente nos países signatários dos acordos construídos pela ONU. Logicamente, que estas ações de políticas não foram lineares em tempo, espaço e definição em todos os países que engendraram, no entanto há de se perceber a tentativa, pelo menos, na América Latina da construção de unidade diante do quê uma vertente de pesquisadores da juventude têm denominado de *pacto geracional para construção de uma "agenda" comum da juventude latino-americana*.

Fruto do esforço pela unidade da pauta é que no ano de 2007 foi realizada uma pesquisa em seis países (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai) coordenada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE e Instituto Polis (Brasil) com a perspectiva de verificar como as juventudes destes países se percebiam enquanto jovens. De onde partiam a sua concepção de juventude, e posteriormente estas definições seriam passadas (e foram) para os gestores destes países para subsidiar a construção de Políticas Públicas para o segmento. As demandas apresentadas foram nas áreas: educação, trabalho, cultura, meio-ambiente, segurança e mobilidade.

Com o objetivo de contribuir para a produção de conhecimentos que pudesse contribuir para ações mais qualificadas e para a formulação e implementação de políticas de juventude a pesquisa referida acima foi desenvolvida a partir da construção de grupos focais em cada país para a construção do insumo.

Mesmo compreendendo que "nas pesquisas as pessoas entrevistadas criam estratégias de apresentação social" ( Bourdieu – *A Ilusão Bibliográfica*- 1986) deve-se compreender a importância das colocações destes e destas jovens pesquisados/as, pois, ainda que estes e estas tenham se municiado de identidade do seu grupo – não necessariamente jovem -, de fato, isso diariamente devem formar

parte das relações sociais construídas e dos diversos matizes que conformam a identidade destas pessoas.

Eles falam de uma categoria, com o olhar de uma tribo, de uma orientação política, mas são representações simbólicas destes. O que significa ser jovem em cada lugar? Foi a pergunta orientadora para os/as jovens e, a partir das respostas obtidas pelo Instituto Polis foi possível se constituir um espectro do significado de ser jovem para aqueles grupos e permitir o apontamento de algumas ações de políticas públicas com as considerações apontadas pelos integrantes dos grupos focais.

#### **1.4 IDÉIAS DE INSERÇÃO DA JUVENTUDE LATINOAMERICANA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: Moratória Social Garantia de Direitos e Consumismo Juvenil.**

Quais sentimentos e percepções entram em campo quando se fala de juventude? Que tipos de políticas devem ser formulados para a juventude? São ações para pré-adultos ou ações para um segmento específico? Estas questões, ademais de outras, foram suscitadas na primeira década do século XXI acerca do que poderia ser feito para a construção das Políticas Públicas no América Latina. Estas ideias, por suposto, foram orientadas pelo pensamento do pensador *Peirre Bourdieu*, que na última década do século XX construiu excertos de relevância impar sobre os diálogos no campo da sociologia da juventude.

Deste debate latino-americano foram levantadas ideias que reverberaram por todo o continente, inclusive no Brasil, algo que contribuiu para o plasmar das Políticas Públicas de Juventude no governo Lula e Dilma. Ideias como a Moratória Social da Juventude enquanto paradigma hegemônico das políticas públicas. O Estado devendo ser o garantidor da fase e idade juvenil.

“moratoria social entendida como un período de transición y preparación para la vida adulta brindando la posibilidad de postergar exigencias de la dicha etapa de la vida” (Borzese, Lopez y Ruiz – 2008)

Daí se parte a concepção acerca do significado e da aplicação das ações com a previsão a partir do significado de Moratória Social da Juventude que é, de fato, o tempo em que o Estado se direciona a promover o desenvolvimento integral das pessoas em idade juvenil. Para somente depois, da chegada à vida adulta e o alcance de maioridade, inclusive em autonomia financeira, possam contribuir com o Estado com a devolução em serviços qualificados para o fortalecimento da máquina estatal.

No caso brasileiro há duas vertentes de pensamentos distintos sobre: a pesquisadora Helena Abramo defende a inserção destes sujeitos, enquanto jovens no mundo de trabalho para contribuir com a sua autonomia, enquanto o Márcio Pochmann defende que estes sujeitos somente devem adentrar ao mercado de trabalho após terem concluído seus estudos.

Ideias que vem a ser complementadas posteriormente a partir das acepções de que não havia somente uma juventude e sim várias e de como é que esta moratória chegava às distintas classes sociais em posições, condições e frações e como estes sujeitos seriam tributários delas. Daí também saiu à ideia não contemplada sobre a inclusão da juventude rural na proposta de Moratória da Juventude. Pois, devido à situação de extrema pobreza no campo as ações têm se voltado majoritariamente para o combate a esta situação social.

Destaque merece no âmbito da América Latina as investidas do governo desenvolvido na Argentina com um forte viés de inclusão social e intervenção estatal, pelo Juan Domingo Perón, militar e estadista argentino, que foi eleito presidente daquele país, em 1946, 1951 e 1973, inaugurando um modelo de gestão que ficou conhecido como *Peronismo*. Entre os anos foram construídas políticas para a juventude na Argentina numa perspectiva de moratória social – investimento social pública e “gratuita”- e conseguiu avançar até os setores mais populares da sociedade, alargando assim a moratória para lugares mais necessitados e contrariando a regra, acaba desfrutando pouco da proposta, mesmo sendo, ela a mais debatida quando do engendrar da mesma.

No entanto, aparece também um que poderíamos denominar de moratória às avessas ou de moratória para os jovens empobrecidos. Pois, para as categorias

juvenis e moradores dos territórios mais empobrecidos, - a maioria dos países da América Latina-, construíram uma idéia de preparação para a vida adulta a partir de outro viés e perspectiva: controle os corpos. Para "adestrar" estes jovens e torná-los homens e mulheres trabalhadoras e trabalhadores, batalhadores, respeitadas e servis como foram seus pais a estratégia foi colocar a polícia como a principal ação na linha da moratória ao contrário para os homens, e para as meninas o próprio controle familiar. - O Estado atuando para o fomento dos futuros empregadores e futuros empregados -. Uma ação que dialogava e ainda dialoga com a idéia do delinqüente em potencial para ambos os sexos. No entanto, muito mais perigosa esta. Trata-se de um convencimento político da família e da sociedade de que esta ação é importante para se construir um sujeito responsável no futuro: A construção da hegemonia na guerra de movimento, conforme as contribuições de pensador italiano Antônio Gramsci.

Estas ações foram dialogadas bastante com o período das ditaduras desenvolvidas no continente latino-americano. O que também chama a atenção é que Juventude Rural não aparece ou aparece pouco nas perspectivas de inclusão da juventude e, pela lógica empírica, estes rurais, devido ao estado de empobrecimento acabam por fazer parte da moratória ao contrário, mas ainda assim invisibilizada. Enviesada. Nem para a negação a Juventude Rural conseguiu entrar na agenda destes modelos enquanto categoria geracional.

Surge também no dialogo latino-americana a ideia da observação da juventude não mais como um problema, como no século anterior, mas como um Sujeito de direitos. Tipo: as Políticas Públicas que o Estado pensava para a juventude estavam na linha de serem fomentadas para evitar que este "delinqüente em potencial" se afastasse das possibilidades de realizar ações ilegais e malfeitoras para a sociedade.

Outra ideia que também foi incorporada no Brasil e, está de forma mais latente, inclusive sendo tema orientador da II Conferência Nacional de Juventude, ocorrida no Brasil no ano de 2008, que é a ideia da Conquista de direitos. Assim, percebe-se que a construção das políticas para a juventude na América Latina passou por processos distintos e não foi liderada por uma linha de pensamento

unísono, mas um “arranjo” de diversas formas de se ver a sociedade e a contribuição da juventude neste espectro.

Neste campo da garantia de direitos ainda ficou centrada numa juventude que se caracterizava mais sua identidade, enquanto estudante do que enquanto juventude. Além disso, com um viés de garantia de direitos para a juventude urbana, pois as perspectivas integracionistas das políticas públicas não chegavam ao meio rural, somente a perspectiva de aumento da produtividade de grãos, reforma agrária (mesmo que muito mais no papel) e, quando se tratava de cultura era numa visão folclorista do campo e da juventude enquanto categoria, via de regra, compreendendo que entre participantes e organização havia, de forma difusa ainda, ideias mais progressistas acerca da juventude rural brasileira.

Pode-se compreender que estas três perspectivas: moratória social, garantia de direitos e consumismo juvenil conformam a tríade da fotografia da juventude na América latina. Ao se analisar o Estatuto da Juventude brasileiro é possível perceber a influencia deste pensamento.

Para o fechamento da tríade - mais forte -, que orientou e ainda orienta, as políticas para este continente está a ação que os meios de comunicação de massas promoveram para a construção mercadológica deste segmento, enquanto modelo hegemônico desde meados dos anos 60. Um processo conhecido como:

"juvenialización". Que es la imagen y el consumo, articulado a partir de la centralidade y la valoración social que paulatinamente fueron adquiriendo pautas estéticas y culturales asociadas com um modelo de juventud."  
( Bozese, López y Ruiz, 2008, p. 125)

Logicamente que esta terceira acepção de políticas construídas (consumismo) com foco na juventude é direcionada para um público: aquele que pode pagar para consumir, mas como o capitalismo atua e se faz e refaz de acordo as condições apresentadas, consegue-se fazer isso chegar a diversas categorias sociais, compreendendo que também a ideia do consumismo não é o valor absoluto consumido, mas o percentual consumido dentro que o quê cada um possui e sobre os bens consumidos. É, de fato, a relativização da das condições materiais de consumo.

Desta forma, o consumo entra na agenda de um pensar articulado entre as ações do Estado em parceria com o mercado para o suprimento desta demanda como se fosse uma ação de possibilitar a satisfação juvenil e não a sua própria satisfação: O lucro.

Logo, a **moratória social**, a **garantia de direitos** e o **consumismo juvenil** formaram parte, de forma majoritária, da orientação de construção de Políticas Públicas para a categoria juvenil latino-americana. Ainda que, compreendendo e o consumismo como uma característica de toda a sociedade, mas, relevo deve-se dar ao fato de que a sociedade se organiza para atender a cada geração a partir da construção de um espaço de consumo e, a juventude tem ocupado um espaço de "objeto" nesta conjuntura.

Entendendo que a forma como o Estado se organiza, desenvolve as ações e oferta as políticas públicas constrói as formas de as pessoas se relacionarem entre si, a partir das ações desenvolvidas pelos entes federados e se relacionando com outras forças de influência social como o mercado, comunicação e outras. Assim, o Estado construiu na juventude algumas formas de se organizarem para a vida e para o acesso às políticas públicas.

Sobre moratória social a pesquisadora (ABRAMO 2011) chama atenção que a moratória também traz consigo a presunção da ilegitimidade, pois está se tratando de um sujeito para o futuro. "O adiamento dos deveres, direito da produção, e reprodução e participação, por um tempo socialmente legitimado para a dedicação exclusiva à formação para o exercício do futuro dessa dimensão da cidadania". Ainda infere sobre a necessidade acerca da compreensão de que há distinções entre a situação juvenil (estar jovem) e condição juvenil ("poder ser jovem") o jovem a quem as políticas da moratória consegue atingir.

Assim, sendo, o recorte da juventude deve aparecer como algo completador do conceito da juventude e da sua materialidade. Ou seja: para a moratória poder ser vivenciada é necessário mais do que estar jovem na idade (situação) é imperioso que se tenha condição de estar jovem. O ponto de interseção entre ser e estar é o caminho feliz para a existência da moratória.

É notória que cada geração é portadora de uma forma particular de se relacionar socialmente, a geração que usufrui destas políticas experimentou o que

Margulius (sic Borzese, Lopes Y Ruiz) denomina de Nueva *episteme*. Pois, a partir da ideia de que a etapa de vida da juventude não é somente uma transição para a vida adulta, mas uma forma de ver a vida e de traduzir os desejos desta geração traduz sentimentos, valores, interesses, a cultura através do que ficou conhecido como tribos. As famosas tribos juvenis. Isso muito associado à ideia de tribalização da juventude. Orientando, portanto, a pluralização da juventude, pois, são várias e distintas tribos, várias e distintas formas de organização. Esta forma de organização aproxima os parecidos e repele os distintos. Contribui também para a dificuldade da construção do pacto geracional se não se encontra um ponto de intersecção no diálogo: a interlocução, mas, reconhece a diversidade de forma elevada.

Esta ideia de tribo é tão forte que, no Brasil, por exemplo, no eixo da diversidade as Políticas Públicas de Juventude – PPJ tratam das diversidades em forma de tribo. Pois, lá estão as categorias que necessitam de políticas específicas. A partir desta afirmação há uma incompreensão de alocação da categoria jovem rural e se constrói uma lacuna que há é que coloca a Juventude Rural no eixo de negro, LGBTT etc. como se a juventude rural fosse uma tribo única e, não houvesse conflitos dos jovens heterossexuais e, muitos homofóbicos, como aos jovens homossexuais, como se não houvesse conflitos entre as meninas jovens, que vivem sob o jugo do machismo, e outras categorias. Apontando desta maneira a necessidade de se promover políticas com recortes para estes públicos diversos e de perceber que o meio rural é muito mais do que agricultura e pecuária.

Assim, como desde há muito não se via a juventude rural – e ainda não se vê como uma categoria complexa tanto quanto a juventude urbana, pois estamos tratando de espaços geográficos e territórios distintos, a trata com uma tribo a parte e, disso vem às políticas públicas para os “adultos em formação” no campo. Não para jovens rurais. As tribalização das políticas públicas dão conta tão somente de uma categoria juvenil que se aproxima das camadas mais favorecidas que se possuem estão cerca da classe média, mas, longe, muito longe, das leituras e produções dos que compreendem haver uma “nova classe média no campo”. Não chegam enquanto identidade nos jovens mais vulnerabilizados, ainda que cheguem as ações, não chegam os símbolos que constrói a identidade juvenil.

## 1.5 A JUVENTUDE DAS PALAVRAS E DAS DEMANDAS

As palavras **liberdade** e **rebeldia** são vocábulos que estão no capital simbólico da juventude de forma bem construída e estabelecida. As ideias de aproveitamento da vida, do *carpe diem*, de poder transgredir alguns valores sociais estamentados, inclusive a lei formam parte de um pensamento da juventude enquanto necessária do controle social dos adultos, sendo, portanto, um dos grandes motivos dos conflitos geracionais.

Por outro lado, a ideia de rebeldia, dialogando de perto com a ideia da liberdade sugere ainda mais controle para a não permissão da transgressão. Estas duas ideias estão intrinsecamente ligadas à noção de moratória. Pois, requer as ações do Estado para a promoção de controle para um e potencialização para outro. Construir praças para potencializar a liberdade e presídios para conter a rebeldia. Leiam-se para quais territórios simbólicos que são construídos os presídios e as praças. Como a política pública atua na construção dos sujeitos de forma sutil. O Estado escolhe quem irá poder transitar e que deve ser contido. Os recortes territoriais, raciais e sociais para a escolha são as tônicas. Desta forma o Estado organiza os espaços destinados às juventudes. Neste ínterim a Juventude Rural se aproxima pela negação.

A tribalização está afiliada à noção de geração, pois, é a fuga de uma geração para um mundo só seu. (*Borsese et al*). Uma espécie de ostracismo. Como os espaços de encontros da juventude rural enquanto categoria geracional é bem diminuto, estas acepções não conseguiram chegar ao meio rural, tirando destes sujeitos estas noções de tribos. As tribos é uma invenção política urbana e nela se encerra. Ocorrendo de forma bem incipiente em alguns grupos de jovens rurais que se aproxima de forma mais robusta com os signos que constroem e fortalecem a ideia de urbanidade e de juventude da cidade.

A Juventude Rural foi “beneficiada” com muito mais ênfase pela ideia de juventude enquanto ator político, muito influenciado, pelas ideias dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STR, mas também os colocando enquanto responsáveis pela mudança e melhoria da vida. Não necessariamente gozadores das conquistas, mas os responsáveis pela não transgressão genética, como propalava o *Ernesto Che*

*Guevara*. Rebelar-se contra a ordem estabelecida. Assim, o mito fundador da juventude enquanto ator político foi à ideia de mudança. Historicamente, construída como grande espaço político ainda. Isso causa grave problema da percepção de duração temporal da mudança, sempre se apresenta a metamorfose, como algo que nasce todos os dias e parece morrer com o pôr do sol para nascer novamente no dia seguinte. A noção de tempo não acompanha o mito da mudança ou extrapola a temporalidade. Ela se assenta muito mais numa concepção política do signo do que numa assertiva política da necessidade social.

## **1.6 UM MITO A IMITAR AS GERAÇÕES**

A transitoriedade, como já apontada tem orientado a constituição de políticas para a juventude. O pensamento de ações transitórias e preparatórias têm sido a tônica do pensar as políticas. Isso tem contribuído, inclusive, para que as políticas de juventude não sejam específicas, mas geralmente, estão dentro de outra política maior e se constrói recortes para a juventude. Assim é, por exemplo, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que dentro dele criou-se a linha PRONAF – Jovem, bem como dentro do Programa Nacional do Crédito Fundiário - PNCF, pensado para ser mais uma alternativa de acesso a terra no Brasil também foi criado à linha Nossa Primeira Terra - NPT. A orientação de transição e de mudança é a grande tônica da narrativa desta gramática social da juventude.

Assim, na Bolívia o sociólogo Mario Yapu (2008) ao realizar pesquisa com seis grupos focais de jovens identificou que para estes jovens a ideia mudança é uma constante, pois eles ao serem indagados respondiam que ser jovem é: uma etapa de decisão, de preparação para a vida, de transição e câmbios dentre outras. Sem embargo, é apontada por parte considerável dos entrevistados que a educação e a formação assumem papel decisivo sobre os desfechos destas mudanças. Pois, mudar nem sempre é para melhor. É preciso que as mudanças sejam orientadas para o caminho da melhora numa compreensão pessoal e comportamental, mas também

holística da sociedade. Mudar deve ser uma necessidade do que se aparenta avaria, portanto, aspira a metamorfose e o ajuste do concerto.

Sobre as possibilidades da vida do trabalho e as condições oferecidas para ser jovem merece destaque:

'Este ingreso a la vida vía a la experiencia, sobre todo laboral, llega temprano entre sectores populares, quienes además comienzan con frecuencia a formar un hogar y tener hijos apenas terminada la adolescência. Luego se destaca la energía y la fuerza que representa los jóvenes, al igual que la libertad. Empero, de inmediato ven los riesgos, dificultades y limitaciones. Con esta libertad se puede incluso permitir soñar em permanecer jóvenes, como muchos lo hacen hoy en día..(Borsese, 2008. P.152)

Assim, se percebe que as distintas juventudes têm pautas bem distintas também. Como perceber um jovem rural nesta perspectiva? Pois, se começa a trabalhar ainda criança já se torna adulto (constitui famílias e custeios de casa) quando se é adolescente ainda; antes dos 20 anos já é adulto, situação percebida entre a maioria neste condomínio, uma vez que as políticas públicas onde existem somente lhes é dada a possibilidade do "adulthood" para a inclusão num único mundo possível no campo: o do adulto.

Poderíamos dizer que há duas migrações que assolam a Juventude Rural. Uma é a que faz os corpos e sonhos e tristezas saírem em busca de dias melhores nas cidades, mas também há aquela intralocal, que é quando os jovens em idades juvenis precisam migrar para outra faixa etária simbólica, a dos adultos, para poderem ser aceitos em alguns meios e poderem desfrutar dos poucos espaços possíveis de vida e de respeito no campo. A única tribo. Desta forma o jovem rural imita a geração anterior à sua por não haver outra referência de poder a sua vista. Pois, é compreendido que a identidade é construída a partir da interação com o entorno e com outros, o que é apresentado como possibilidade de interação são o mundo adulto e suas particularidades tão horizontais e planificadas. Um todo em que desconsidera as particularidades.

Estas ocorrências e mais recentemente de forma mais forte entre os menos escolarizados, mas tem mudado muito ultimamente com o desenvolvimento tecnológico e as políticas de difusão dos celulares *smartphones*, que as espertezas da

- etimologia das palavras- não estão nos fones, mas nas outras possibilidades apresentadas pelo aparelho celular móvel. Isso também fruto daquela leitura da juventude enquanto consumo, mas também acesso e desfrute. A partir da chegada destes aparelhos, o mundo “urbano” e “evoluído” tem sido mais presentes entre as juventudes, construindo a ideia de um pacto geracional na rede e emergindo tribos das redes, onde compartilham um mundo geracional, muito mais convencido pela hegemonia citadina. Todavia não é somente o bônus do mundo urbano que chega. Os usos de entorpecentes também fazem parte deste imaginário juvenil como forma possível de entrada neste ambiente.

A cidade política – a Polis- vende a ideia do lugar perfeito e em troca pede somente o corpo vital, para poder produzir riqueza para ela e o consumo para poder fazer a moeda circular. Nada mais. Somente o todo. Mas, um todo baseado na ideia de transição, das possibilidades de estar se preparando para a vida e não necessitar, por suposto, de exercícios mais complexo de teorizar e de planejar a vida. Como o enigma da esfinge. A grande maioria da juventude rural não a decifra, logo é devorada pelo sistema do pensamento citadino, que é uma construção mundial e com grande força na América latina. E, não construída pela juventude.

## **1.7 AS ASSIMETRIAS ASSIMÉTRICAS**

Ao se tratar do tema da juventude, que somente existe enquanto categoria porque há outras, em especial a adulta, estamos tratando também de diferenças. De convivências assimétricas. De hiatos sociais. E, nestes fossos de separação, a juventude ocupa a parte desfavorecida dentro da sua classe social, independentemente de qual seja. No entanto, dentro das classes há ainda um sentir de outras assimetrias dentro destas já previstas pela idade. Se é jovem e se é negro; se é mulher, se é LGBTTT, se é rural se encontra numa condição de exclusão entre os excluídos, em se sendo a intersecção da assimetria não se encontra num lugar de destaque ou respeito na sociedade. É a escória negada.

Os jovens empobrecidos urbanos nas relações de poder estão sob os jovens abastados e dentro da fração de condição de classe está sobre os jovens

empobrecidos rurais. Tributariade advinda do território político urbano. A Polis é o centro do poder. Não adentraremos aqui a outras diferenças devidas necessitar de mais espaço para estas elucubrações, que são os casos dos jovens que são oriundos de povos e comunidades tradicionais, especialmente indígenas e quilombolas, que também são jovens rurais, com exceção dos quilombolas urbanos e de indígenas que habitam as cidades, e ainda estão assimetricamente ainda mais prejudicados pela nossa formação político-social.

A guisa explicativa sobre a violência que a negação promove é necessário à percepção que o grupo *Quijotadas* da Bolívia fala sobre os índios, para afirmar que os mestiços deste país sofrem. Dizem:

*" ni los mestizos ni los blancos te discriminan, ya el indígena te discrimina [...]yo veo ahora más racismo del indígena al mestizo que del mestizo al indígena"*(Borsese, 2008. P.161)

Alegam existir este "racismo ao contrário" por conta de a Bolívia ter um presidente índio e isto ter provocado entre os indígenas uma autoestima elevada acima do limite na leitura do grupo, por assim dizer. Como se o índio sofrer o racismo fosse um lugar comum, possível e permitido, mas posicionar-se de maneira, ainda que seja equivocada, não se é permitido. Algo parecido, mas de vertente distinta é também presenciado no Brasil, mas mais ligados à questão de classe com reverberações em outras a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República.

Pois, as políticas desenvolvidas permitiram a ascensão de negras/os, nordestinos e periféricos/as à lugares antes não possíveis. Escuta-se também pessoas dizerem que estes/as negros/as agora estão ousados". Assim, com a juventude, outras representações dentro da juventude atuam como oriundas de um lugar. O lugar do não poder. As narrativas sociais que comportam a constituição do lugar negado se tratam de engendrar um *locus* para a existência de um novo grupo social.

São perceptíveis ainda relatos progressistas na questão de gênero, que também abrange a juventude fortemente, na Argentina de Cristina Kirchner, no Chile de Michele Bachelet e no Brasil com Dilma Rouseff. Somente para se perceber que as representações sociais personificadas possuem influência, se não determinante, mas muito fortes quanto à ocupação de espaços sociais e na autoestima das pessoas. Como há pouquíssimos jovens nos espaços de poder e entre os mais vulneráveis, quase nenhum, logo não há a construção de uma identidade juvenil fortalecida e definida contribuidora de uma autoestima geracional. Diante disso *Pierre Bourdieu*, em *La Distinción* afirma que estilos e preferências juvenis estão atravessados por diferenças sociais.

Portanto, as diferenças sociais têm provocado desigualdades entre os sujeitos juvenis na América Latina, sendo necessário o que orienta Boaventura de Souza Santos: *Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem, lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize.*(SANTOS, 2002).

Assim se coloca como imprescindível na taxonomia da gramática social da juventude latino americana a orientar as políticas públicas e os entendimentos das frações das classes. Pois, o pesquisador Jessé Souza, valendo-se também dos estudos promovidos por *Bourdieu*, aponta que há transformações de necessidades em virtudes nas camadas mais populares. Desta forma o trabalho infantil que nega a juventude enquanto direito é colocada enquanto uma virtude do menino ou da menina que é corajoso e destemido para enfrentar a vida desde cedo.

Este denominado esforçado é fruto de um desfocar as possibilidades sociais que lhe é apresentada. Ainda, que para isso ele tenha que negar sua cultura e em última instância a si mesmo. Sendo, jovem rural precisa escutar as duas "vozes da experiência" a voz da experiência etária dos mais velhos do seu lugar e o da experiência do lugar. O saber citadino que é hegemônico, mesmo dentre a mesma categoria geracional uma vez que no espaço geopolítico os de mais idade possui respeito maior no âmbito geracional e o "melhor nascido" na geografia é contemplado com aceitabilidade social e dotados do "discurso da verdade".

## **1.8 O BRASIL E A EDIFICAÇÃO PAVIMENTADA DE UM ESPECTRO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE.**

A década de 1980 entra para a história brasileira no campo econômico pelo lado nebuloso. Ficou conhecida entre muitos economistas, pesquisadores e parte significativa da sociedade com a “década perdida” devido o fato de ser um período de menor crescimento econômico em comparação a década anterior. No entanto, em se tratando de juventude no mundo, esta década se destaca por ser um ano que demarcou a presença desta categoria na gramática social. Um momento em que a juventude entra mais fortemente na agenda da ONU e consegue se reverberar para diversas partes da terra. Nisso se inclui também o ano da juventude e a dedicação de uma década de estudos sobre a temática.

Neste momento, histórico o Brasil passava por momentos de retomada da democracia, tirado das nuvens que encobria o sol brasileiro depois de vinte e um anos de chumbo nos país com a ditadura civil-militar. Esta década também marca a constituinte e a aprovação da Constituição Cidadã em 1988. E, ao retomar a democracia entra de forma conservadora e, no mínimo, intrigante. Mesmo com os avanços da constituinte, parte significativa dos participantes ativos do golpe civil-militar foram as pessoas responsáveis pela modernização e retomada democrática na República Federativa do Brasil com a eleição de Tancredo Neves e a assunção de José Sarney ao Palácio do Planalto. Sarney é seguido por mais quatro governos de ideologia neoliberal, de construção do Estado Mínimo que são os governos de Fernando Collor, que sofre impedimento e o Itamar Franco assume e dois governos do Fernando Henrique Cardoso. Estes quatro governos duram dezesseis anos no Brasil. Momento de desmonte da máquina pública e de elevação ao trono do deus mercado adotando a agenda da privatização e diminuição do tamanho do Estado. Concluindo, desta forma, o milênio com uma política de viés neoliberal.

Iniciar falando do momento político da década de 80 e de 90 no Brasil serve para nos situar o porquê de as políticas de juventude entrar para a pauta mais veementemente na década de 80 e no Brasil somente no início do século XXI. Serve para nos situar de que as convenções e tratados internacionais influenciam as políticas nos diversos Estados-membros, mas não tem poder impositivo e, o que

define as políticas públicas é a linha ideológica de cada governo e não a existência de um Estado Democrático de Direito em pleno funcionamento. São as decisões dos governantes e legisladores que constroem Estados de Direito ou não.

## **1.9 O PT E UM PLANO PARA A JUVENTUDE BRASILEIRA**

Como todo partido de base ideológica centrada à esquerda o Partido dos Trabalhadores desde a sua fundação, ainda que pouco estruturado possuiu ideias de que deveria priorizar a juventude no eventual governo. Isso demonstrado nas estruturas para diálogos e formulações da juventude dentro do partido.

Ao chegar ao governo em 2003, depois da vitória nas eleições de 2002 o Partido dos Trabalhadores põe em relevo ações de políticas públicas que o mundo e a América Latina já experimentaram desde a segunda metade da década de 1980.

Desde o ano de 1991 o então eleito em 2002, presidente Luís Inácio Lula da Silva, "cortou chão" visitando os cantos do país para perceber como deveria ser um eventual governo seu, que veio há ocorrer 11 anos depois e após três tentativas sem êxito. Estes encontros no Brasil ficaram conhecidos como ***Caravanas da Cidadania*** promovida pelo Instituto que levou o mesmo nome. Deste Instituto o presidente Lula somente veio a se afastar para a assunção do mais alto cargo político no país: a presidência da república.

Assim, na perspectiva de construir o que se denominava de Brasil mais justo havia a perspectiva de ações na área de moradia, segurança pública, reforma política, Fome Zero entre outros. Muitas destas ideias viraram programas a partir de 2003. Logicamente que em todas estas ações haviam jovens a serem contemplados, mas ainda era necessária uma ação efetiva com o foco estratégico na Juventude Brasileira. Desta forma o Projeto Juventude foi um dos grandes, pode-se dizer que o maior mentor teórico e empírico orientador das Políticas públicas fomentadas para a Juventude Brasileira desde o início do governo Lula em 2003 e que ainda influencia tanto no governo federal e reverbera nos governos estaduais e municipais de gestão petista e outras que se destinam a construir políticas para a juventude.

ABRAMO (2005) afirma que:

O Projeto Juventude reuniu análises e dados provenientes de distintos instrumentos acoplados. Promoveu a mais abrangente pesquisa quantitativa nacional já realizada no Brasil sobre o tema.

Tal pesquisa visitou todos os Estados brasileiros, escutou diversos jovens e em 2003 foi publicado um dos dois livros que esta pesquisa conseguiu produzir. (...) além da publicação dos livros o Projeto Juventude organizou também um seminário internacional em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com a presença de especialista de 17 países, além de 200 brasileiros de vários estados. Realizou seminários em 11 unidades da Federação, em parceria com ONG e poderes públicos locais, e 20 oficinas temáticas e eventos de consultas a entidades, movimentos sociais e estudiosos.(ABRAMO,2005, pg. 11.)

Compreender a gênese orientadora das políticas de juventude no Brasil deve nos servir para contribuir com a crítica na saída e não somente na chegada ou compreender que a saída pode ter sido eficiente, mas a chegada com pouca efetividade ou para constatar que tanto saída quanto a gestação e a chegada conseguiram fazer desta política um êxito da gestão.

**O Projeto Juventude** investigou 3.501 jovens brasileiros, contemplando pequenos, médios e grandes municípios, com a variedade de expressões juvenis que vai desde o nível de renda a graus de escolaridade, orientações sexuais, local de moradia etc. isto dividido em 160 questões em mais de dez temas (ser jovem, escola, trabalho, valores e referencia, sexualidade, drogas, cultura e lazer, mídia, violência, política e participação e direitos). Foi contratada uma equipe para dissecar os dados e fazer as analisar dos dados coletados, cada um tendo 600 tabelas produzidas pelos pesquisadores.

Falar em dados nos serve para a verificação de que para a construção de uma política pública de forma que dê conta das ânsias do seu foco estratégico. Carece antes, de um trabalho investigativo minucioso. Concordando com Marilia Sposito e Regina Novaes citada por (ABRAMO 2005) afirma que pesquisas quantitativas servem menos para provar realidades do que para levantar novas questões a serem

investigadas. Assim sendo, esta pesquisa povoou as mentes dos gestores e a orientação do formato que o governo Lula deveria ter para dar conta de ações para a juventude em seu governo.

### **1.10 JUVENTUDE UM TEMA TRIVIAL. TEMA DE TODO MUNDO. MAS, HÁ DADOS.**

“Juventude é destes termos que parecem óbvios, dessas palavras que se explicam por elas mesmas e assunto a respeito do qual todo mundo tem algo a dizer, normalmente reclamações indignadas ou esperanças entusiasmadas. Afinal, todos nós somos ou fomos jovens (há mais ou menos tempo), convivemos com jovens em relações mais ou menos próximas, e nas últimas décadas eles tem sido tema de alta exposição nos diferentes tipos de mídias que atravessam o nosso cotidiano”. Desta maneira, (ABRAMO2005) inicia o seu artigo *Condição juvenil no Brasil Contemporâneo*.

Todas as vezes que qualquer grupo político chega ao governo costumeiro é se escutar a assertiva acima transcrita citada por ABRAMO. No sentido de dialogar também com estas vozes que podem contribuir para o debate e a constituição de alternativas acima do senso comum é que os governos organizam formas distintas de oitivas para poder construir ações mais fidedignas e com possibilidades maiores de êxito.

O saber que se sabe sobre juventude tem sido uma negação sobre os avanços das políticas para este setor. Por se fazer parte do senso comum esta sapiência é que muitas ações não tem tido frutos, em muitas unidades federativas, de ações formuladas e implementadas com vistas a dar respostas as demandas apresentadas pela sociedade juvenil.

Em alguns diálogos em que o senso comum se coloca como algo mais forte do que os estudos empíricos costumam-se colocar a juventude da década de 1960 como o modelo de juventude brasileira. E, em especial o ano de 1968. Ocorre que, de acordo com (ABRAMO 2005) “ (...) pelo menos até a década de 1960 a visibilidade

da juventude no Brasil ficou restrita a jovens escolarizados e de classe média, situação que condensava o significado da condição juvenil”. Assim, o movimento estudantil se confundia, - e, ainda se confunde em menor medida- com os movimentos juvenis. Nem, todos estudantes estão ou são jovens e nem todos os jovens são ou estão estudantes.

Já nas décadas seguintes há um clamor maior para as crianças e adolescentes, que ganham tanto destaque a ponto de no primeiro ano da década de 1990 termos sido aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em 1991. Pois, o debate sempre se dava formado um tripé para se tratar dos/as adolescentes nas escolas brasileiras: Sexo, Drogas e Gravidez na Adolescência. A partir da redemocratização e da década de 1990 por orientação de diversos movimentos sociais e da influência da ONU é que o tema juventude, ainda que de forma não bem desenhada ganha corpo no Brasil.

### **1.11 UMA HISTÓRIA RASCUNHADA E SEM DIREITO A PASSAR A LIMPO: A INSERÇÃO DA JUVENTUDE NA GRAMÁTICA SOCIAL E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.**

Tratar dos rascunhos não pode ser entendido como as partes perdidas e que necessitam de ser refeitas. Na história de “gente real” os rascunhos são uma constante na vida no caminho a melhoria do texto final. Este que jamais chega. Entendendo assim nos convida a ideia de que a história da juventude é formada por estes rascunhos em constantes riscos e rabiscos desde a década de 1980, que é o marco da inserção da juventude numa agenda mais “estratégica” para o desenvolvimento do mundo, da América e do Brasil, por conseguinte.

Com a redemocratização do país no ano de 1988 a palavra juventude não foi incluída no texto da carta magna. No entanto, fora construído um instrumento de grande valia geracional, que foi o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que prevê ações para a população, que depois viria a ser considerada juventude, jovens (homens e mulheres) com idade entre 15 e 17 anos. Os considerados “jovens – adolescentes”. De acordo com o Plano Nacional de Juventude (Brasil, 2005).

Em territórios “mais evoluídos” politicamente na conjuntura apresentada consegui construir leques de ações mais progressistas para a juventude. Destes, um exemplo que merece ser citado é o Orçamento Participativo de Juventude, em Belém/PA no ano de 1996 numa gestão do Partido dos Trabalhadores.

Com a chegada de um governo progressista e com orientação política, mais ligada ao pensamento da esquerda (Lula 2003-2010) a agenda da juventude conquista espaço nas políticas públicas. Já no primeiro ano de gestão – 2003- há grande mobilização nacional sobre a temática juvenil, a saber:

1. Lançamento da Frente Parlamentar com o objetivo de acompanhar os projetos do governo destinados à juventude e dessa frente é engendrada a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude – Cejuvent, que passa a integrar o Conselho Nacional de Juventude;

2. A Cejuvent formada por parlamentares passa a se debruçar sobre a temática em outros países para a construção de referências, com organizações juvenis, universidades etc. para a construção de estratégias para o segmento. A mesma realiza a Semana Nacional de Juventude, audiências públicas e no ano de 2004 realiza uma Conferência de Juventude para a oitiva e elaboração de propostas para subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Juventude – PNJ -.

3. Há a elaboração da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Juventude, de Nº 42/2008, que foi apresentada em 2003 na Câmara dos Deputados e aprovada no ano de 2010. Conhecida com a emenda 65, que inclui a palavra juventude.

4. No ano de 2004 o Projeto do PNJ: Projeto de Lei (PL nº 4.530/2004), com metas e ações para a juventude. Tal plano foi fruto de diversos diálogos com vistas à construção de ações entre os três entes federados (municipal, estadual e federal) para serem alcançados em 10 anos. Em 2006 ocorre a aprovação do parecer pela comissão especial, em 2008 e 2009 há apreciação e discussão, mas por não haver acordo entre os líderes não foi votado. 2011 e 2012 também marcam a tentativa de vários deputados requerimentos na pauta de votação, sem sucesso.

5. Ainda em 2004 ocorreu a elaboração do Estatuto da Juventude, o PL 4.529/2004, também fruto do trabalho da Comissão Especial de Juventude e passou

a tramitar em novembro de 2007 com o PL 27/2007. Este projeto foi aprovado em 2013.

6. O ano de 2004 também teve a juventude fotografada com a criação do Grupo Interministerial composto por dezenove ministérios para diagnosticar e propor a instituição da Política Nacional de Juventude.

## **1.12 2005: O ANO REFERÊNCIA DA JUVENTUDE BRASILEIRA**

A antropóloga, pesquisadora da temática juvenil no Brasil e primeira presidenta do Conselho Nacional de Juventude, Regina Novaes, afirma que o ano de 2005 se trata de um marco para a configuração do “campo da juventude”. Pois, este ano encerra os símbolos da juventude responsável tanto pela formulação e implementação de políticas públicas quanto à construção simbólica da construção da própria concepção de juventude pelos grupos organizados. Em 2005, é o ano de criação do que veio a ser um dos maiores grupos organizados da juventude brasileira: o Levante Popular da Juventude, a partir de uma articulação intergeracional de organizações, durante o Fórum Social Mundial. Este mesmo Fórum também foi o responsável pelo Movimento Passe Livre. Aquele de **“deixou a esquerda atônita e a direita perplexa”** no histórico junho de 2013, quando parou diversas cidades do país no maior movimento que estas terras tupiniquins já vivenciaram, não sendo organizado por nenhum grupo de vanguarda.

O que deixou os líderes políticos sem condições de dialogar por não saber a forma como fazê-lo. Marca ainda o ano de 2005 o Encontro Nacional do Movimento Hip Hop dentre outras ações da juventude brasileira em diversos espaços, além de este Fórum e ano terem sido os palcos do lançamento do Projeto Juventude, produzido pelo Instituto Cidadania. Sendo o mais denso e completo documento diagnosticador apresentado à sociedade brasileira sobre a situação juvenil neste território.

1. No âmbito das Políticas Públicas o ano de 2005 se destaca pelo lançamento da Política Nacional de Juventude – PNJ, construída pelo Grupo Interministerial e da Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados;

2. Foi o ano da criação da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, ligada à presidência da república, instancia que doravante responsável pela articulação de forma matricial das Políticas Públicas de Juventude no Brasil; (No ano de 2015 foi deslocado para o recém-criado Ministério das Mulheres, Direitos Humanos e Juventude) A Secretaria Nacional de Juventude foi criada para fazer de forma matricial a transversalidade das Políticas de juventude pelos ministérios do governo Lula. Para tanto, a mesma foi criada num ministério sistêmico, que foi a secretaria geral da Presidência da República. Tendo, portanto, uma função articulatória e propositiva. Agenda estratégica do governo. Apresentando um equívoco tanto na política quanto na gestão.

3. Há ainda a criação do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, composto por 2/3 da sociedade civil e 1/3 do Poder Público, instancia responsável por avaliar e propor políticas para a juventude no país e realizar o controle social. Sendo 60 membros entre titulares e suplentes ( 40 da sociedade civil e 20 do poder público)

4. Há o lançamento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, orientada por nove desafios a serem superados, dentre outras, priorizando educação, saúde, cultura e trabalho. O PROJOVEM tinha como premissa a formação integral dos jovens por meio da qualificação profissional e formação cidadã. O Projovem foi dividido em quatro modalidades: Projovem Adolescente; Projovem Urbano; Projovem Campo e Projovem Trabalhador.

O ano de 2008 marca a realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude com o Tema **Levante Sua Bandeira**, a partir de realização de etapas municipais e estaduais. Foram eleitas 22 prioridades, escolhidas pelos 2.500 delegados presentes na capital do país. Foram 8 meses de debates realizados e todos os Estados da Federação e envolveu mais de 400 mil participantes.

Em 2009 houve a criação do Subcomitê do Trabalho Decente para a Juventude, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com a perspectiva de

facilitar o diálogo entre empregadores e trabalhadores e com os Conselhos de Juventude, do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – CONANDA para a construção da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude – ANTDJ, criada em 2010.

O ano de 2010 inaugura a aprovação da PEC da Juventude (Emenda Constitucional – EC nº 65/2010), o Projeto que fora apresentado no ano de 2003. Esta emenda altera a denominação do Capítulo VII, da Constituição Federal, que passa a se chamar Da família, da Criança, do Adolescente, do jovem e do idoso, inserindo, portanto, a palavra juventude na Carta Magna; além de dispor sobre a criação do Estatuto e do Plano Nacional de Juventude. O PNJ com duração de 10 anos.

Em 2011 ocorre a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude com o tema **Conquistar Direitos, Desenvolver o Brasil**, como parte do Fortalecimento da ideia do Sistema Nacional de Juventude. Fortalecendo o debate sobre Direitos da Juventude e de forma compartilhada entes os entes federados.

No ano de 2013 aconteceu a aprovação do Estatuto da Juventude: Lei 12.852/2013, no mês de julho e sancionado no dia 05 de agosto, onde estabelece princípios e diretrizes para a instituição do Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

Em 2015 ocorre a realização da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude com o tema **As Várias Formas de Mudar o Brasil** para o aprofundamento do SINAJUVE e da interiorização das políticas públicas de juventude, bem como o deslocamento da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ para o ministério da Mulher, Direitos Humanos e Juventude. Tirando, assim, a SNJ de um ministério sistêmico e a colocando num ministério finalístico.

Destaque merece as ações, ainda que não bem estruturada e sistêmica, mas apontando possibilidades para a juventude rural. Houve a constituição de espaço de fomento de ações em outros ministérios, a exemplo das assessorias de juventude no âmbito do ministério do Meio Ambiente – MMA e no Ministério do desenvolvimento

Agrário – MDA. Esta última assessoria de maior relevância para este estudo e apontamentos sobre a juventude rural em âmbito federal.

Assim, podemos dizer de mais de uma década de gloriosa para a juventude brasileira na construção de uma nova narrativa para as políticas públicas, a começar pela própria definição de idade que ainda não havia no Brasil e o Estatuto da Juventude estabelece ser jovem no Brasil as pessoas com faixa etária entre 15 e 29 anos. Categorizando em três juventudes: (jovem-jovem 15-18 – os que também estão sobre o guarda-chuva do Estatuto a Criança e do Adolescente – ECA; o Jovem Adolescente, com idade entre 19 e 24 anos e o jovem adulto, compreendido entre os 25 e 29 anos). Assim se constituiu algo e suma importância para se pensar e implementar as políticas, além da contribuição para a sua disseminação e implementação pelo Brasil.

No entanto é importante ressaltar o equívoco da mudança de localização da SNJ, pois ocorreu a perda do prestígio político no governo e tira o foco mais holístico e articulador das políticas de juventude devido a sua condição de desenvolvimento das atividades. Estas ações também influenciaram os Estados a exemplo da Bahia que também sacou a Coordenação de Juventude de uma secretaria sistêmica para uma finalística.

### **1.13 JUVENTUDE X JUVENTUDES: CONSIDERAÇÕES**

Ao conquistar espaço na agenda da política nacional os movimentos e organizações juvenis passam a perceber que as inclusões deste segmento etário não necessariamente significavam uma entrada de todos neste funil. A partir desta percepção é que surge o uso do termo Juventudes. Neste sentido surgem as propostas de cotas e de políticas específicas para as juventudes que está dentro da Juventude e que não, necessariamente, alcança as políticas sem ser feito recortes. E, de fato não alcançavam. Dentre estas juventudes estão o que erroneamente as políticas públicas denominaram de diversidades. Neste bojo estão os/as jovens

indígenas, quilombolas, mulheres LGBT, rurais etc. somente para citar alguns. Daí se percebe algo simples de ser visto quando se olha para ver. E, como este texto se centra no jovem rural destinaremos maior relevo para estes. Mister se faz o entendimento de que Rural não se opõe a LGBT, mulheres ou negros por exemplo. Os/as Jovens podem ser rurais e ser também mulher, LGBT, negro etc. O que ocorre é que por falta de uma nomenclatura melhor elaborada e devido ao preconceito interno a destinação de estudos sobre a juventude rural ocupou a periferia da juventude brasileira e é colocada onde se acha que cabe. Prova disso foram as políticas implementadas (que antes de ir para a juventude rural eram experimentadas na cidade. Um exemplo disso foi o Consorcio Social da juventude e o Projovem).

Verifica-se assim, que o Moratória Social da Juventude foi bem distinta para as diversas juventude e que, após 10 anos de política a juventude urbana, branca e classe média ocupam espaços de maiores avanços na políticas pública em relação à juventude negra e rural, por exemplo. Isso aponta para estudos e recortes nas políticas que deem conta desta parcela da juventude que ainda acessa pouco da moratória, uma vez que vários são os recortes a serem percebidos e as ações necessitam de serem desiguais em diversos âmbitos – desde o regional, ao de gênero, étnico-racial, orientação sexual, territorial e outros para que possamos dialogar sobre a constituição de um pacto geracional quem que dentro da própria geração haja a negação dos “mal gerados”. Os gerados numa sociedade que escolhe – inclusive dentro das faixas etárias- quem serão vistos e lembrados para poder sentir-se incluídos pelo acesso às políticas e ações governamentais do Estado.

#### **1.14 O SONHO ENQUANTO UMA TRILHA: A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA DA JUVENTUDE NA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA BAHIA: OS DEMIURGOS DA JUVENTUDE BAIANA**

A partir do ano de 2007, com a chegada do governo Jaques Wagner com pauta progressista, em diversos âmbitos, o Estado da Bahia inaugura uma gramática

social e pública para a juventude residente e territorializada nesta unidade federativa.

Através de diálogos com a experiência de quatro anos de ações para a juventude, avançada, no âmbito federal, a Bahia trilha um caminho de fomento de ações para o setor populacional expressivo com idade entre 15 e 29 anos. Contando com parlamentares baianos que já havia fazia parte do diálogo nacional acerca das Políticas Públicas de Juventude em âmbito nacional a Bahia se destaca em mobilização e constituição de ações para este segmento.

Mais que ações foram construídos expectativas e sonhos a serem trilhados de forma inovadora na Bahia. Vale ressaltar, uma fala do Ex-Deputado Federal Zezeu Ribeiro – PT(*in memoriam*) que afirmava que: **"o futuro que um governo desenha para a sua juventude e o papel que esses jovens desempenham na sociedade são fundamentais para definir a visão de desenvolvimento do país"**. O então deputado Zezeu Ribeiro torna-se secretário de Planejamento do primeiro Governo Jaques Wagner, uma secretaria sistêmica e a pauta da juventude entram com uma das estratégias de planejamento e de desenvolvimento do Estado, a partir das articulações entre as ações desenvolvidas para a juventude no Estado. Merecendo, no entanto maiores e melhores considerações para uma abordagem mais sistêmica e matricial do tema.

Em âmbito estadual o debate acerca da juventude também vinha sendo fomentado na Assembleia Legislativa da Bahia - ALBA, destaque merece para o então deputado Yulo Oiticica – PT que foi coordenador da frente parlamentar por direitos e Políticas Públicas de Juventude na ALBA e foi relator do Plano Estadual de Juventude da Bahia. Contou também com as contribuições de outros parlamentares como a deputada federal Alice Portugal, o deputado Marcio Marinho, Javier Alfaya e Marcelo Guimarães Filho na Casa Legislativa do Estado.

Assim, ainda em 2007 o governo passa a incorporar a pauta da juventude, orientado e pressionado também pelos movimentos e organizações juvenis no Estado.

Prova de que o governo tomou para si a responsabilidade com a pauta da juventude é que o mesmo cria a Coordenação Estadual de Juventude – COJUVE- Seguindo uma tendência da SNJ- numa secretaria sistêmica e articuladora, que foi a

Secretaria de relações Institucionais – SERIN. Colocando, desta forma, a juventude como eixo central e matricial do governo ***Terra de Todos Nós*** (slogan do governo Jaques Wagner – BA – 2007 – 2014).

## **1.15 NA TERRA DE TODOS NÓS 1/3 DOS NÓS SÃO JOVENS**

Se no caso brasileiro a juventude representava em 2010 51 milhões de pessoas, totalizando 27% da população com idade entre 15 e 29 anos, período histórico conhecido com o boom da juventude, no caso da Bahia ainda foi um pouco maior o percentual, chegando a 28%, contabilizando mais de quatro milhões de jovens. O Brasil, com se sabe, adotou o conceito demográfico para a definição de quem seria a juventude nacional. Tendo como marco orientador a Organização Ibero-americana de Juventude - OIJ

Existe na Bahia cerca de quatro milhões de jovens entre os aproximados 15 milhões de habitantes e dentre o número absoluto de jovens há quase um milhão e cem mil jovens rurais (IBGE, 2010). Vale ressaltar, ainda que a Bahia também comporta 700 mil agricultores familiares. Estes dados apontam a importância de se tratar do tema com rigor e atenção necessária, visto que a AF é a responsável pela produção de aproximadamente 75% da produção de alimentos.

## **1.16 HERANÇAS E AVANÇOS**

O governo Jaques Wagner herdou da gestão anterior do ex-governador Paulo Souto (PFL) o Programa Jovens Baianos, que foi instituído pelo Decreto nº 9.462 de 21 de junho de 2005, com vistas a desenvolver ações integradas para a juventude e apoiar o acesso e permanência na escola, inclusão socioprodutiva, apoios a atividades recreativas e de lazer. O programa dedicou o ano de 2006 a formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário – ADC em vinte escolas da rede estadual de ensino do Estado da Bahia. A metodologia e execução ficaram á cargo da

Fundação Luís Eduardo Magalhães – FLEM. A perspectiva era de contribuir com a mudança de atitude do jovem em relação a si mesmo e às suas relações sociais.

Fica perceptível que desde 2005 quando o programa atuava e ainda atua com a ideia de mudança como o que constitui-se como o mito fundador da juventude. Não há uma pergunta previa sobre se está bem ou mal, mas, de promover a “mudança” como se fosse esta a necessidade premente, perene e imutável.

É importante ressaltar, que o programa se destinava a jovens com idade entre 16 e 24 anos e em 2006 é incorporado ao programa, após sua reformulação, a concepção de qualificação profissional para a inclusão e transformação social através da entrada dos jovens no mundo do trabalho.

Criada em 2007, pelo governador Jaques Wagner, através da lei Estadual 9.511/2005 a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES acolhe o PJB, passa a coordená-lo executá-lo e o programa passa a ser financiado com recursos do Fundo de Combate à Pobreza – FUNCEP.

A área de qualificação profissional ganha destaque no governo e as ações se centram neste campo de forma mais vultuosa: Tecnologias Audiovisual, musical, Técnicas agrícolas, dentre outras são ações que fizeram parte do cardápio de entrega para a juventude rural e urbana da Bahia.

Os projetos foram destinados à juventude:

- ⌚ Indígena – 300 Jovens Pataxó do Território da Costa do Descobrimento, município de Porto Seguro, com cursos profissionalizantes;
- ⌚ Rural -1.100 jovens assentados de reforma Agraria, do Extremo Sul da Bahia ligados ao MST com qualificação em Técnicas Agrícolas
- ⌚ Musica – 1.500 jovens com curso de percussão, Gravação digital e comunicação em rádio
- ⌚ Televisão – Projeto TV Rede Jovem na área de técnica em áudio, produção de TV e vídeo e interpretação, beneficiando 1.000 jovens
- ⌚ Projeto Educar para Construir beneficiando 2.110 jovens no ramo de Construção civil, respeitando 5% de vagas para jovens em cumprimento medida socioeducativa (semiliberdade)
- ⌚ Projeto Trilha da Cidadania – beneficiando 1.400 jovens na área de Tecnologia em projetos culturais.

- ⌚ Projeto semeando semente da Ciência – parceria com o governo italiano e o governo da Bahia para a qualificação até 2014 para o beneficiamento e 1440 jovens;

- ⌚ PROJOVEM

O ProJovem tratou-se de um programa direcionado para o público com idade entre 15 e 29 anos, que estivesse fora da escola e sem formação profissional formal. Contou com a integração de seis programas já existentes – Agente Jovem, Saberes da Terra, ProJovem, Consorcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica- com meta a ser atingida de 4,2 milhões de jovens até o ano de 2010, funcionando em quatro modalidades: ProJovem adolescente, ProJovem Urbano, ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador.

- o O sub-modalidade JUVENTUDE CIDADÃ teve como objetivo de formatação prepararem ocupações alternativas e geradoras de renda jovens com idade entre 18 e 29 anos, que estivessem em situação de desemprego e que possuíssem renda familiar de até meio salário mínimo e estivessem frequentando a Escola. Sendo uma parceria com o governo federal, tal programa foi executado pela Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE-, possuindo ainda como meta a inclusão de, pelo menos, 30% dos jovens contemplados pelo programa.

- o O CIDADANIA DIGITAL foi um programa para possibilitar à juventude baiana o acesso às tecnologias da informação e da comunicação através de recursos tecnológicos a partir da construção de Centros Digitais de Cidadania – CDCs -. Estes centros foram implantados em parceria com as instituições públicas e entidades da sociedade civil. Foi financiado a traves de emendas parlamentares, Fundo de Combate à Pobreza, parceria com o governo federal, através do ministério da Ciência e Tecnologia e do Fundo de Combate à Pobreza do Estado da Bahia – FUNCEP, sendo executado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia – SECTI. Foram instalados mais de 700 CDCs, com cerca de sete milhões de ações anuais. O espaço do CDC se tornou tanto um possibilitador de interação como um local de realizar as tarefas escolares. , uma vez que 84% dos acessadores foram estudantes e 93% dos acessos foram no primeiro ano de alunos/as da rede pública de ensino.

o Os PONTOS DE CULTURA foi uma iniciativa visando apoiar projetos desenvolvidos pelos grupos culturais da sociedade civil, selecionados a partir de editais públicos. Foram contempladas 59 entidades, o que deu ao título à Bahia de terceiro estado brasileiro em maior número de acessos, por se tratar de uma parceria entre o governo federal. O investimento do mesmo foi de 18 milhões de reais do Ministério da Cultura e 9 milhões da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, coordenadora do Programa no Estado. O *locus* de existência dos Pontos de Cultura foram as áreas de cultura popular, grupos étnico-culturais, patrimônio material, expressões artísticas, etc. com vistas a estimular a articulação com ações já existentes em cada um destes territórios culturais.

o O Projeto NEOGIBA se trata de uma parceria entre a *Fundación del Estado para el Sistema Nacional de las Orquestas Juveniles de Venezuela (FESNOJIV)* e o Governo do Estado da Bahia, foi lançado em junho de 2007 criando o primeiro núcleo no Teatro Castro Alves. Inicialmente contou com um investimento por parte do governo da Bahia de R\$ 300.000,00, chegando em 2010 a um investimento de R\$ 1,5 milhões.

o O Projeto Proteção de Jovens em Território Vulnerável – PROTEJO-desenvolveu ações com jovens baianos com idade entre 15 e 24 anos. Foram oferecidas 592 vagas para jovens dos municípios e Salvador, Camaçari, Simões Filho e Lauro de Freitas, região metropolitana de Salvador, portanto. Os jovens participantes receberam uma bolsa mensal no valor de R\$ 100,00 durante um ano, e, teve um investimento total de R\$ 2.000.000,00. Sendo fruto de uma parceria com o governo federal através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), tendo com objetivos o controle e a repressão à criminalidade.

o Com o objetivo de estabelecer um compromisso coletivo para a promoção da centralidade do trabalho e valorização social o Programa TRABALHO DECENTE se tratou de uma adesão à iniciativa da Organização Internacional do

Trabalho (OIT) e a assunção pelo governo da Bahia desta agenda política com vistas a garantia de direitos dos jovens à sua inserção no mundo do trabalho. Em verdade se trata de uma campanha de conscientização social para atingir os empregadores e toda a sociedade e contribuir para que os trabalhadores e empregados, não sejam submetidos à trabalhos degradantes, que em sua maioria são jovens e assim promover melhores condições de vida para este segmento.

### **1.17 ARTICULAR, ORGANIZAR, CENTRALIZAR E INTERSETERIALIZAR: COORDENAÇÃO ESTADUAL DE JUVENTUDE –COJUVE.**

Através do projeto de Lei 12.212 de 04 de maio de 2011 o Governo do Estado da Bahia modifica a estrutura administrativa do Estado. Além de outras medidas, esta lei inclui na Estrutura do Governo da Bahia a criação da Coordenação Estadual de Políticas Públicas de Juventude. A COJUVE.

A COJUVE nasce com uma perspectiva de ser sistêmica na estrutura governamental. Assim sendo, ela também é inserida numa Secretaria Sistêmica, que foi a Secretaria de Relações Institucionais – SERIN. Esta lei sofre modificação a partir da Lei nº 13.204 de 11 de dezembro de 2014, que novamente modifica a estrutura administrativa do Estado e, dentre outras mudanças, reloca a Coordenação de Juventude para uma secretaria finalística, que é a recém-criada Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS.

A função da COJUVE é de articular as políticas públicas desenvolvidas pelas diversas secretarias e órgãos do Estado, logo, o cumprimento de uma ação articuladora e sistêmica seria a sua tônica a partir da investigação, identificação e proposição de ações para a garantia dos direitos das juventudes pelo conjunto do governo do Estado.

O mapeamento e proposição devem ser feito em todas as áreas do governo e não somente nas secretarias com forte viés de ações sociais. Pois, a partir da mesma deve ser adotadas proposições de ações considerando a fotografia da demografia juvenil no Estado.

No entanto, a adoção das PPJ em áreas finalísticas ocorridas no Governo Dilma em âmbito federal e com o Governo Rui Costa em âmbito estadual mesmo com a tentativa de continuar sendo uma ação sistêmica apresentou perdas de poder no governo. A pusilanimidade da COJUVE se apresentou de forma que a execução e a articulação não conseguiu apresentar-se como uma prioridade dentro do governo como a área responsável pelo segmento geracional e pela oferta de políticas. Caso o governo do Estado não reorienta a alocação da COJUVE na gestão a apatia e a letargia será perseguidora das PPJ articuladas por esta coordenação.

### **1.18 UM PLANO PARA A JUVENTUDE BAIANA PAVIMENTAR: O PLANO ESTADUAL DE JUVENTUDE E A NOVA GRAMÁTICA DAS POLÍTICAS ORGANIZATIVAS DE JUVENTUDE DA BAHIA.**

Dialogadas por mais 110 mil jovens em todos os 27 territórios de identidade da Bahia e em 273, dos 417 municípios do Estado da Bahia as propostas para o alcance dos direitos para a juventude baiana se fortaleceu e mobilizou os pensamentos dos gestores públicos da Bahia, engendradas por três conferências de Juventude no Estado, ocorridas em 2008, 2011 e 2015.

A partir de Projeto de Lei 12.212 de 04 de maio de 2011 enviado à Assembleia Legislativa da Bahia - ALBA no dia 25 de janeiro de 2010, aprovado pela ALBA e sancionado pelo governador Jaques Wagner em 17 de novembro de 2011, o Plano Estadual de Juventude constitui o maior avanço no que diz respeito ao Planejamento de ações para o segmento populacional com idade entre 15 e 29 anos no Estado da Bahia, reconhecendo enquanto juventude.

O Plano considerou em sua constituição as propostas aprovadas nas duas conferências ocorridas no Estado, até então. Destaque merece a atuação da Frente Parlamentar por Direitos da Juventude da ALBA, que foi relatada, com empenho, pelo deputado Yulo Oiticica e a compreensão que a casa teve na compreensão da proposta e sua aprovação naquele momento, que reconheceu a juventude baiana como uma categoria social merecedora de atenção e legislação idiossincrásica.

O Plano Estadual de Juventude da Bahia LEI Nº 12.361 de 17 de novembro de 2011 prevê ações para a juventude baiana para serem executadas ao longo de **12 (doze)** anos a partir da publicação da lei, portanto até 2023.

Contando com cinco eixos orientadores: Emancipação e Autonomia Juvenil, Bem-Estar Juvenil, Desenvolvimento da Cidadania e Organização Juvenil e Reconhecimento das diversidades o plano se estrutura a partir da previsão de construção de Plano de ações bianuais, devendo ser promovidas pelo Conselho Estadual de Juventude e ser homologado pelo governador do Estado.

Destaque merece ainda o relevo que o plano dá para a participação juvenil na elaboração controle e avaliação das políticas públicas destinadas ao segmento juvenil. Pois, em seus 15 artigos, sempre o primeiro capítulo se inicia com a garantia da participação da juventude na elaboração das políticas públicas para cada segmento específico. Entretanto, registrar se deve à Seção VI , art. 19, que trata do jovem em conflito com a lei ou em restrição de liberdade, que não garante a participação destes na elaboração das políticas.

Portanto, até o ano de 2023, dia 11 de novembro este plano tem um longo e corajoso caminho para ser trilhado e a interiorização do diálogo e adoção das estratégias para a juventude devem ser o princípio norteador para a efetivação da garantia, de fato, ao que já é de direito.

### **1.18 UM CONSELHO PARA A JUVENTUDE BAIANA: A CRIAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE JUVENTUDE E UM NOVO MARCO DE RELAÇÕES, INTERAÇÃO E DIÁLOGOS COM A JUVENTUDE DA BAHIA.**

A partir do Projeto de Lei nº 13452 de 06 de novembro de 2015, sendo publicado no diário oficial do dia nove do mesmo mês e ano, o Conselho Estadual de Juventude da Bahia \_ CEJUVE, que antes funcionava por um Decreto do Governador, torna se lei. A lei que garante um espaço de diálogos e de construção de possibilidades para a juventude do Estado da Bahia.

Ao ser criado em lei, o CEJUVE destoa de quando estava em decreto devido à natureza de sua localização da estrutura governamental anteriormente. Pois, a partir da modificação na estrutura governamental, o CEJUVE já se situa na Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do governo da Bahia – SJDHDS, uma

secretaria finalística, que por sua natureza de atuação, apresenta assim, um “poder” menor de promover ações estratégicas de integração matricial das políticas de juventude ocupa uma posição cartesiana e não o sentido holístico e sistêmico que deve orientar as políticas transversais como é a de juventude.

Inspirado na estrutura do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, o CEJUVE se forma com a composição de 10 (dez) representantes do poder públicos e 20 (vinte) representantes da sociedade civil, divididas por: entidades de apoio às políticas de juventude; fóruns e redes e movimentos, associações e organizações de juventude. As competências do CEJUVE devem estar em consonância com o disposto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e na Lei nº 12.586 de 04 de julho de 2012.

Grupos de Trabalhos – GT, Comissões etc. poderão ser criadas com vistas a deslançar as ações do CEJUVE, que deve ter mandatos de dois anos.

Afora, - mas incluso, - as questões legais de criação do CEJUVE, sua maior grandeza está em se tornar uma política de Estado, portanto, permanente o Conselho, deixando de ser uma política de governo – transitória, e coloca na agenda de desenvolvimento do Estado, enquanto ente estruturador da sociedade independente do governo, a importância da juventude nesta gramática.

Após diversas incursões e diálogos promovidos pelos grupos ligados ao meio rural no Conselho Estadual de Juventude foi aprovado pelo pleno do Conselho à criação de um GT de Juventude Rural no âmbito do mesmo. Sua representação inicial teve como representantes o Coletivo Regional Juventude e Participação Social – CRJPS e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG – BA. O

O GT chegou a realizar o planejamento e propor uma agenda de trabalhos que ficou prejudicado devido o fato de não ter financiamento por parte do CEJUVE para a realização de reuniões, uma vez que os representantes do GT eram moradores do interior da Bahia.

Outra característica que os representantes da juventude rural têm e que o CEJUVE não conseguiu absorver foi o fato de os jovens residirem em áreas rurais e que não é dotada de linha regular de ônibus, também distante do local onde se pega o transporte para Salvador e não haver condições do pagamento deste deslocamento. Estas idiosincrasias da juventude rural acabaram por tornar o GT

com atividades reduzidas. O que demonstra de fato é que a juventude rural não cabe dentro do modelo de gestão de Estado em que não reconhece formas de vivências que não a urbana e suas regularidades.

Ainda assim, vale relevar sobre a importância da criação deste GT para dar visibilidade a juventude rural e contribuir para o fomento de uma agenda mais propositiva – ainda que conflituosa- da juventude rural neste espaço de dialogo que é o conselho.

### **1.19 DO SISTÊMICO AO FINALISTICO: UMA AGENDA (DES) FOCADA NA JUVENTUDE A PARTIR DE 2015**

Considerando todos os avanços que o Estado da Bahia apresenta no tocante à política de juventude a partir da chegada do governador Jaques Wagner – PT. Merece destaque o estaque e revezes sofrido nos últimos dois anos, em que se percebe menor organização da mesma e a sua colocação numa secretaria finalística, percebendo assim o seu distanciamento articulador das políticas e da centralidade matricial das políticas públicas de juventude no Estado da Bahia.

Ademais disto, a SJDHDS traz consigo as ações constituidoras de um dos mitos fundadores de parte das ações de juventude, que é seu tratamento tutelado e focado numa parte da juventude, que também merece de ser tratada, mas não é a única. Não que a secretaria esteja errada em realizar isso. Isso é imprescindível em qualquer governo, o que apresenta equívoco é de a Coordenação de Políticas de Juventude se situar nesta secretaria, que deveria ser mais uma parceira da COJUVE e não a executora, a ainda mais que a COJUVE não se encontra nem no gabinete, mas numa das superintendências. A Superintendência de Direitos Humanos.

As disfunções de compreensão acerca da concepção da gestão trouxe como consequências grandes desarticulações desta coordenação junto as políticas para a juventude que o governo vem implementando, mas sem o controle e a parceria da COJUVE, espaçamento demasiado de reuniões do CEJUVE e invisibilidade da pauta pelas demais secretarias do governo. O que deve orientar uma avaliação profunda para metamorfosear rumos e apontar novas perspectivas para as ações

desenvolvidas para a juventude neste Estado a partir de uma agenda planejada e articulada de forma Intersectorial da pauta prioritária e estratégica governamental.

## **CAPITULO II - DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL: UM PROJETO DE NAÇÃO ONDE O GRITO É CANTO E O CHORO MELODIA.**

A Juventude Rural não é um tema destoante do local onde as vivências de cada sujeito ocorrer. Desta forma ela é totalmente influenciada pelo projeto de desenvolvimento rural que o Brasil e a Bahia adotaram como modelo.

Situar o meio rural e as ações engendradas nele deve contribuir para situar a juventude que vive neste espaço geopolítico e compreender o entorno social é tarefa *sine qua non* tanto para o estudo quanto para a proposição da política.

O meio rural é um local em que as necessidades transformam-se em virtudes para serem mais aceitas. A adoção de carros pipas ao invés da construção de cisternas e perfuração de poços; o assistencialismo no local das ações de fomento à economia solidária e ações com os mesmos vieses forjam no campo uma melodia de agradecimentos pelo “presente” onde deveria fazer coro o choro pela falta de algo mais sustentável. As crianças que trabalham no momento em que deveriam estar na escola ainda são vista como pessoas corajosas e destemidas. Pequenos homens que ajudam a colocar a comida em casa. E, muitos se regozijam disso. O seu oposto é o preguiçoso. Aquele que estuda. Assim, ocorre o fomento da melodia a partir dos choros calados pelas necessidades.

O que se caracteriza enquanto Campo ou Zona Rural no Estado brasileiro? Quais modelos de desenvolvimento têm sido pensados para este espaço geopolítico? Foram propostas equivocadas, que não chegaram ao êxito, ou foram todas exitosas a partir do prisma de quem a forjou e implementou? Estas e outras questões, o capítulo ora apresentado tem a perspectiva de colocar em relevo. Descortinar, logicamente, com os limites de local e tempo que consiga contribuir dentro do espectro proposto para todo este trabalho, que é tão somente a problematização das políticas desenvolvidas durante 10 anos de gestões de governos petistas no Estado da Bahia, direcionada ou com rebatimento na juventude rural deste ente federado.

## 2.1 O MUNDO RURAL E A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DO ATRASO

É notório por parte preponderante da sociedade brasileira a leitura e aceitação de que o mundo rural é o lugar do atraso. O *locus* em que as coisas chegam depois e também, além de outras características pejorativas, é o lugar em que as pessoas – empobrecidas- são vistas como seres de segunda categoria. Como quem tem a aprender com a “sabedoria” citadina, baseado numa dominação costumeira que ocupa local de destaque desde há muito tempo na narrativa social, territorial, política e geográfica brasileira.

Esta leitura acontece em diversos campos da construção simbólica nacional. No campo da linguística, a forma de falar deste segmento populacional ocupam lugares menos desprestigiados. O pensador francês afirma que ***as pessoas valem na sociedade o que vale a sua forma de falar e suas palavras***. (LABOV, 2008. P. 60). Indagamos: - qual o valor social das palavras faladas pelo povo do rural brasileiro?

Quando se trata de engendrar políticas para a população rural, ela tem se dado muito na linha reativa (de combate à pobreza) e de poucos investimentos que não conseguem, de fato, contribuições sistemáticas e fortalecidas para a reposição social de classe. Ações reativas. E, quando é tratado de forma a ser potencializado é geralmente a partir da produção de grãos e pecuária a partir da produção de *commodities*. Numa perspectiva de ocupação do espaço terrestre e para o enriquecimento de quem não mora nela (mas, se fez dono) e de concentração, tomada do espaço territorial e político e expulsão, por conseguinte, dos camponeses que vivem da lida com a terra e da agricultura familiar e da vivência campestre como um todo neste espaço e, além disso, ainda há os casos de violência letal promovida pelos fazendeiros contra os camponeses.

O desenvolvimento rural brasileiro foi pautado e, ainda se é muito, no que Fajnzylber (Sic. Moraes) denominou de *casillero vacio* (conjunto vazio) que é a incapacidade de se conciliar crescimento com redução da desigualdade, uma vez que foram as *commodities* a grande responsável pela balança comercial favorável compartilhando um paradoxo com a saída de pessoas do campo (dois milhões entre

2000 e 2010, sendo um milhão de jovens) e, acentuação da pobreza, trabalho análogo à escravidão, dentre outras anomalias sociais.

Diversas famílias convivendo se sustentando tão somente pelos benefícios da bolsa família e pelo salário mínimo, já que o campo se tornou um lugar em que o envelhecimento é um perseguidor, provocado justamente pela timidez das políticas públicas direcionadas a este segmento. E, as grandes maiorias de aposentados vivendo no campo puderam contribuir com a dinamização da economia, a partir do aumento e valorização do poder de compra do salário mínimo. Assim, a população economicamente ativa não se vê em condições de continuar neste espaço e prefere migrar em busca de melhores condições de vida. Estas políticas implementadas para o campo brasileiro podem-se afirmar que o que (MORAES, 2014) denomina de legitimação do latifúndio. O modelo de desenvolvimento investido e operado - não permite outra denominação mais real – em eufemismos denominados de políticas de combate à seca durante muito tempo no Brasil. Como se fosse possível combater fenômenos sociais.

## **2.2 AGRARIO, RURAL OU AGRICOLA?**

Em reiterados textos e, em especial publicação do mês de maio de 2016 da revista *Le monde Diplomatique*, o economista Marcio Pochmann afirma que:

As novas elites se empenharam bastante entre as décadas de 1930 e 1970 foi central para viabilizar a transição da arcaica e longeva sociedade agrária para a urbana por meio do projeto de industrialização nacional. E de que a industrialização foi algo importante para que o Brasil se afastasse da subserviência. (POCHMANN, 2016. P. 13)

A urbanista Ermínia Maricato afirma que: *o fato de as pessoas morarem próximas umas às outras – nas cidades- facilita a disposição pública de serviços necessários para o bem viver destas* Assentam-se, estas duas assertivas, em veracidade comprovada uma vez que as pesquisas tem demonstrado isso. No entanto, os dois teóricos acima apontados não tomam o desenvolvimento urbano a

partir de uma leitura linear do fim do campo. O apontamento se dá na linha de que as forças políticas que imperam no campo, para a primeira afirmação, ocorrem no sentido do conservadorismo e a perpetuação de uma elite agrária e escravocrata, que paga quase nada de Imposto Territorial Rural – ITR nega direitos trabalhistas e vivem como se estivessem ausentes de uma Democracia e República, ainda se consideram moradores de feudos com poderes absolutistas. Assim sendo, o modelo está equivocado. Mas, o modelo, não o lugar. Não se é possível a metonimização do campo pelo modelo de campo para não se incorrer no erro da alegoria da criança suja dentro da bacia de água *"jogar a água suja fora com a criança dentro"*.

No segundo exemplo sobre a disponibilização dos serviços públicos, realmente mais "barato" fica para o Estado o seu oferecimento, mas do ponto de vista profilático, em especial na área da saúde e outros serviços básico de saneamento, por exemplo. Sem embargo, se verifica também que em outras áreas (no campo) este afastamento de vizinhos exitosos se faz para a garantia da produtividade e da relação com a terra. (Compreendendo também que a vivencia rural também pode se dá dentro de agrovilas). O processo de educação do campo e o ensino por alternância dão conta de experiência que ocorrem por estarem dentro de um processo de distanciamento da vizinhança.

Mesmo que dentro do que (SINGER 2013) denomina de Reformismo Fraco, utilizando-se das formulações de Antônio Gramsci, de ofertas de políticas e serviços públicos possíveis de melhoria da qualidade de vida no campo foram potencializados nas gestões petistas no Brasil. Infelizmente as políticas poderiam ser mais estruturantes. Podemos até nos centrar no que Guimarães Rosa chama de Realismo Esperançoso ao entendermos de que estas ações de pacto conservador no rural foi uma estratégia de muitos anos a partir da compreensão da estrutura encontrada e da conjuntura que possibilitasse a chegada ao poder naquele momento.

Junto a estas imprecisões de aplicações de políticas há ainda a imprecisão do que devem ser as políticas de Desenvolvimento Rural. Pois, confunde-se muito desenvolvimento rural com desenvolvimento agrário ou agrícola. Precisamente o desenvolvimento rural passa por estas duas vertentes e também pela pecuária, mas somente estes modelos agregados não garantem o desenvolvimento do campo. É imperioso o investimento nas atividades rurais não agrícolas. Em diversos sentidos.

Primeiro porque se percebe de que o campo não é somente o lugar da produção e segundo porque permite a pluralidade do campo e a construção de signos que fazem dos camponeses pessoas com melhores índices de satisfação. A pluriatividade e a diversidade no campo fazem parte de estudos diversos que tratam da chamada Nova Ruralidade.

O Governo Federal a partir da chegada do *lulismo* ao poder investe com mais vigor em abordagens importantes. A noção de desenvolvimento territorial e o incentivo a criação de redes, fomentando outros arranjos, que foram os consórcios. Além, da abordagem pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA de que municípios com densidade populacional abaixo de 50.000 habitantes são municípios rurais, somando mais de 4.000 no país. 80% dos municípios, aproximadamente. Esta integração do campo possibilitou diversas iniciativas que construiu outras leituras de campo juntamente com os investimentos para a disponibilização de bens duráveis ajudaram a construir pessoas com melhores condições de vida e autoestima no campo.

## **2.3 A IDEIA DE RURBANO**

Diversos pesquisadores têm apresentado outras definições de Desenvolvimento Rural a partir de outras percepções possíveis de agregações e integrações de ações que inclui o campo numa dimensão maior. Inclusive na relação direta com o urbano. Esta integração há os que denominam de Desenvolvimento Sustentável, outros de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável – DLIS. Alguns outros preferem Desenvolvimento Rural Sustentável – DRS e há ainda quem prefira somente utilizar a formação por aglutinação RURBANO.

Nesta ideia está contido o pensamento de que o campo não consegue se desenvolver sem a integração com o urbano, mas também a ideia de que se desenvolvimento em parceria com o urbano cria condições de relações políticas e sociais mais exitosas e sustentadas. Leia-se urbano a forma que temos hoje definida pelo IBGE e aprovado pelas câmaras de vereadores. Ideia que o *lulismo* refutou a partir do MDA e propôs outras formas a partir do número de habitantes no município

(50.000) muito ligado também ao pensamento da OCDE. Assim, as teias que integram o rural e o urbano são peças chaves, molas mestras para se alavancar o desenvolvimento rural. Não somente do ponto de vista econômico, mas também político. A partir de uma relação de trocas perfeitas de ativos de cada canto. Um pouco do pensamento do economista David Ricardo também, em menor medida, logicamente. No entanto, estas ideias não são descartadas da potencialização e do respeito às particularidades do campo, pois, para se ter o que se trocar, é preciso ter. e, para se ter é necessários incrementos políticos e culturais, inclusive de valorização e estima. Assim entra na arena de diálogo constitutivo de um novo campo, a ideia do *rurbano*.

Nesta perspectiva diversas ações foram desenvolvidas para o rural brasileiro com pontos de intersecção com a cidade. Destes, dois merecem destaque. Um na política simbólica e outra na prática econômica. O primeiro é a ideia de classe média rural. Classe média é um conceito muito utilizado na cidade e, que sofre de diversas leituras outras, inclusive de críticas contundentes. No campo, da economia está a ideia de incrementos a da industrialização. A constituição de agroindústrias tem sido a tônica da linha desenvolvimentista para o campo a partir do *lulismo*. Com mais fôlego inicialmente - e ainda o é - no eixo sul e sudeste, com mais destaque o sul e, ultimamente com ações no nordeste. Na Bahia, em julho de 2016, foi inaugurada uma agroindústria pelo governo do Estado no valor de quatro milhões de reais no município de Uauá, Território de Identidade do Sertão do São Francisco, sertão da Bahia.

A ideia de integração, para além de integração geográfica, promovida pela distribuição de implementos de melhorias de estradas vicinais para o escoamento da produção (patrulha mecanizada) e uma ação que se assenta tanto na economia, quanto na política, que são as ações de constituição e fomento dos territórios, tem também este viés de alargamento do tamanho político, econômico e geográfico do campo brasileiro.

## **2.4 O DESENVOLVIMENTO RURAL DESCOLADO DAS QUESTÕES AGRÁRIAS**

As questões agrárias têm sido colocadas como um dos vieses necessários para que seja potencializado o desenvolvimento do campo. Diversos teóricos têm formulado acerca e vários movimentos sociais, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST tem promovido enfrentamentos para que seja garantido o direito de uso da terra para a garantia da vida e de sua continuidade no meio rural brasileiro, desta forma consubstanciando o previsto pela CF de 1988.

Estas lutas constantes confrontando com os interesses do chamado "agrobusiness" têm provocado diversas mortes no meio rural brasileiro. Muitos trabalhadores rurais despossuídos de terra têm tombado diante de armas de jagunços e pistoleiros contratados por fazendeiros, que possuem terras às vezes de forma irregular, para que seja defendido o "seu" patrimônio.

Apesar de os estudos apontarem a necessidade de redistribuição das terras e as lutas eclodirem pelo país, e, junto a isso o Brasil ter contado durante este período com um governo de centro-esquerda, capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores – PT, conforme dados apresentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, órgão do Governo Federal, aponta que entre 2003 e 2014 a concentração de terras tem aumentado no país para os maiores latifundiários. Em todos os imóveis, desde os entre 1 a 10 hectares aos acima de 100.000 hectares sofreram aumentos e concentração. Junto a concentração também ocorreram a diminuição no número de donos. Destaque merece para os acima de 100.000 porque em 2003 eram 22 imóveis sendo 8.314.316 ocupações de área total. Este número chega em 2014 com 365 imóveis ocupando 138.641.532 hectares. (CNBB, 2014).

Relevo ainda merece dizer que em 11 anos aumentou o número de áreas menores de 100 hectares, saindo de 3,6 milhões para 5,2 milhões. Isso devido às subdivisões das propriedades rurais. Estes dados corroboram com um modelo adotado pelos governos Lula e Dilma a partir da ideia de crescimento com distribuição e do *Reformismo Fraco*, pautado pela reforma gradual e pelo pacto conservador. Este pacto conservador ocorreu diretamente com o rentismo bancário e o campo brasileiro foi deveras penalizados por conta da relação umbilical do governo com o agronegócio. Na verdade, esta "piora" com a questão fundiária não se dá pelo

aumento de mais fazendeiros no campo. Estas fazendas no campo são frutos, vultuosamente, das vendas das ações nas bolsas de valores e fazem parte de uma arquitetura e engenharia universal. É um modelo de desenvolvimento que se ancora na apropriação dos lucros em detrimento do diálogo com a vida de quem vive no lugar. E, os governos que aceitam este diálogo – o *Lulismo* aceitou-. Aumentam suas riquezas a partir da arrecadação que a balança comercial favorável lhe apresenta a partir da venda de *comodities*. O problema é que vende produtos *in natura* e importa os industrializados. (conforme (Pochmann 2015) este um dos sintomas do atraso brasileiro). Desta forma fica perceptível quando se observa que durante o *Lulismo* (governos de Lula e Dilma) o agronegócio foi que puxou a arrecadação para cima.

Um destaque do ponto de vista do cuidado com gentes é o de que muito deste aumento da concentração pode ter sido influenciado a partir de novas ocupações – mesmo mais de 500 anos depois das primeiras- das terras indígenas para a produção de grãos com esta finalidade e, também das áreas públicas registradas. Os imóveis entre 100 e 1000 hectares passaram de 500 para 700 mil o número de donos e de 140 para 198 milhões de hectares a concentração. (CNBB, 2014).

Diante dos dados podemos inferir algumas coisas. Primeiramente é perceptível que há uma tendência de nos últimos 10 anos uma subdivisão dos imóveis rurais. Apresentando assim diminuição das áreas que podem ser utilizadas para a Agricultura Familiar, inclusive. Mas, esta diminuição pode ter se dado pela construção de chácaras próximas às cidades e “condomínios rurais” de luxo nos arredores das cidades e pequenas fazendas para uso “weekend”. Pois, verifica-se o aumento entre os imóveis com menos de 10 hectares. Algo ainda a ser ponderado é de que o governo legalizou a posse de fazendeiros a partir da garantia da posse na Amazônia Legal. Estes dados nos apresentam algumas leituras possíveis para a mãe de todos os bens e males: a política. Nos, apresenta a forma como o campo foi tratado pelo *lulismo* no Brasil. No livro **Os Sentidos do Lulismo**, André Singer aponta que: *a ideia da reforma gradual, a partir do reformismo fraco, por ser fraco, implica ritmo tão lento que, por vezes, parece apenas eternizar a desigualdade.* (p.199).

Uma aparente contradição que o *lulismo* apresenta é que ao mesmo tempo em que aumenta os ganhos, por altos juros, dos banqueiros, totalmente enfiados no agronegócio, também ocorre a transferência de renda para os mais pobres. Mas, a partir das contribuições de Karl Marx- de que não há condições materiais de criação de riqueza para uma classe sem se tirar de outra e, de que não há criação mágica da riqueza. (SINGER, 2013) Assim, se explica na economia uma decisão política de como o *lulismo* consegue ao mesmo tempo aumentar o crédito da agricultura familiar sem enfrentar o latifúndio e ainda aumentando o mesmo no país. E, para cada um deles sempre houve um discurso aceitável para ambos os lados. Mas, isso tem um teto. O teto é quando um percebe que o marxismo existe e tem razão ao se tratar da materialidade da produção da riqueza. Desenvolvendo uma política parecida (não igual) na economia, o governo de Getúlio Vargas ganhou a alcunha de "*Pai dos Pobres e Mãe dos Ricos*".

## **2.5 BRASIL: O LOCUS DAS POLÍTICAS TARDIAS**

O Brasil e os demais países que ficam num local, simbólico e real também, conhecido como a periferia do capitalismo central são lugares a que a literatura da economia e outras ciências correlatas denominam de capitalismo tardio. O importante não é somente chegar, mas chegar na hora certa ou anterior para que se possa preparar o terreno. No caso, brasileiro foi diferente, o capitalismo se aflora tarde. Quicá devido a isso que costuma se dizer no Brasil uma expressão muito conhecida que diz: "antes tarde do que nunca". Esta frase, inclusive, são os dizeres da bandeira do Estado de Minas Gerais. Procurar símbolos sociais para dar explicação a um fato concreto tem sido muito utilizado na literatura atual. Pois, Thomas Piketty também se utiliza da literatura de Jane Austen na Inglaterra e Honoré de Balzac na França para demonstrar como a literatura romancista explica a sociedade econômica em que vive, em seu *best seller*, **o capital do Século XXI**, lançado em 2014 aponta o aumento gradativo da desigualdade e da pobreza no planeta terra.

Esta leitura de chegadas tardias é também utilizada para explicar a estrutura agrária e agrícola da economia brasileira a partir do entendimento de que esta

“ruralidade” provoca atrasos econômico e desenvolvimentista do país. Assim, o Brasil passa a inaugurar o modelo de desenvolvimento do campo, de forma tardia, que é a ideia de desenvolver o campo a partir de outra perspectiva. Neste ínterim, está a Agricultura Familiar – AF. Que de forma tardia o *Lulismo* inaugura na arena das políticas públicas do Estado brasileiro, mesmo dentro das contradições e que, tardiamente reconhece que a agro industrialização, por exemplo, não se trata de negar o trabalho manufaturado e nem de negar o campo, mas de potencializar o campo para garantir melhores produções e qualidade de vida. Ainda que, conforme Eli da Veiga, esta ideia de desenvolvimento do campo também contribui para o *agrobusiness*. Este autor aponta que não há uma definição em língua portuguesa de *agrobusiness* e que denominar de agronegócio e diminuir o tamanho da ideia. Ainda, aponta que a AF se vale desta ferramenta de desenvolvimento, pois consome insumos para a produção e proteção da lavoura das empresas que produzem para o agronegócio.

## **2.6 O BRASIL E AS GERAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

Em um artigo publicado na Revista Economia e Sociologia Rural, 2014, Catia Grisa e Sérgio Scheneider apontam que entre o final e início do século passado até os dias de hoje (cerca de 15 anos) houve três gerações de políticas públicas para o rural brasileiro. Que se inicia ainda em governos neoliberais e vai se aprimorando para chegar em 2016 com a fotografia percebida. Inclusive em termos de nomenclaturas do que vem a ser isso. Neste, os autores frisam que a primeira geração é pautada no viés agrícola e agrário enquanto categoria social; o segundo focado nas políticas sociais e assistenciais e o terceiro focado na construção de mercados orientados pela segurança alimentar, pela sustentabilidade ambiental e por cogestão de políticas entre a sociedade civil e o Estado. Apontam ainda a passagem de concepção e atuação dos movimentos sociais do campo, que passam da condição de críticas e denúncias para uma postura propositiva – não que sejam ações antagônicas- mas, agora com um viés de executor e co-executor gestor e co-gestor de políticas públicas para o desenvolvimento rural. (GRISA e SCHENEIDER, 2014).

Este fenômeno ocorre por conta da eleição de um governo sensível ao tema e ter fomentado políticas para este segmento.

Após a ditadura franquista da Espanha, no meio da década de 1980, aquele país vivenciou o período denominado de *la movida española*. Este período se caracterizou pelas ações de aproveitamento do dia, o conhecido *carpe diem*. As pessoas faziam diversas ações na Espanha, que eram negadas pela sociedade e rechaçada e que o regime ditatorial causou nas mentes daquelas pessoas. Como aquele período foi também vivenciado ditaduras em outros lugares do mundo, com o Brasil também não foi diferente. Também no ano de 1985 o Brasil passa a celebrar o fim dos anos de chumbo nas terras tupiniquins. Acabava a ditadura civil-militar que perduraram 21 anos de negação de direitos políticos, mas também de um modelo de desenvolvimento da economia em que apresentava altas taxas de crescimento do PIB junto com o aumento da desigualdade. (*o casillero vacío*) que Frajnzilber aponta.

Neste caso à brasileira. A ideia neste período era primeiro fazer o bolo crescer e depois reparti-lo. Mas, não se havia indicadores de até quanto o bolo deveria ser crescido para que se fosse permitido a distribuição. Assim, com metas flexíveis sempre o bolo precisava crescer mais e abastecer uma pequena parcela da sociedade.

Um tanto distinto da Espanha, - no caso da *movida* – mas, como em termino de toda ditadura, o Brasil após a ditadura civil-militar apontava uma necessidade de constituir direitos necessários para que fosse erguida uma nação nos parâmetros da legalidade e apontando para um modelo de desenvolvimento mais inclusivo. No Brasil esta garantia legal veio com o advento da constituição de 1988, um marco da garantia de direitos no país. Assim, o reconhecimento dos sujeitos como detentores de direitos e a legalidade restaurada estava pavimentada na lei os caminhos possíveis para se forjar outro modelo de desenvolvimento, superador do conjunto vazio. Mas, não foi bem assim. Pois, as eleições posteriores foram “ganhadas” por pessoas e políticos apoiadores e fomentadores do golpe civil-militar que acabava de acabar. Mas, nem com redundância acabara, de fato.

Neste período foi apresentado para o campo brasileiro um modelo de desenvolvimento conhecido como Revolução Verde. Compreendendo o aumento de uso de agrotóxico, investimentos em grandes fazendas e monoculturação no

campo, mecanização agrícola, não distribuição de terras pela reforma agrária e não feitura de um modelo de desenvolvimento do campo que incluísse os pequenos agricultores rurais. Neste tempo ainda não havia a disseminação do conceito de agricultura familiar. Assim, entre a proibição de direitos e a concentração de rendas o Brasil apresentava o primeiro ciclo ou geração de políticas para o desenvolvimento rural.

## **2.7 A CONSTRUÇÃO DE UM TERMO POLÍTICO, SOCIAL E DE RESISTÊNCIA: AGRICULTURA FAMILIAR.**

Ainda em meados dos anos de 1990 a categoria social e política dos pequenos agricultores familiares, pequenos produtores rurais, dentre outras tantas formas de designar a categoria do campo que mais sofre, ainda quase todos ligados à ideia de pequeno, insuficiente, produção de subsistência parte dos movimentos sociais do campo brasileiro, com grande participação em movimentos latino-americanos, forjam o termo agricultura familiar. Justamente na perspectiva de, para além de valorizar a produção deste grande grupo formado por pequenos, também criar condições para a articulação de uma frente política no campo.

A agricultura familiar tem uma missão muito maior do que aumentar a produção de grãos, mas de criar novas e melhores condições de trabalho e vida para as pessoas. Uma atitude demiúrgica. Concebendo um campo plural e holísticos. Para além da agricultura e da pecuária, mas com todos os direitos que os sujeitos e sujeitas da zona urbana teve em sua formação. Logicamente que nem todos os sujeitos da zona urbana gozaram destes direitos. Bem como no berço da democracia, Grécia antiga, nem todos cidadãos eram agraciados com o direito à democracia. No entanto, algo se deve o relevo.

Os signos que constituem a cidade são signos de maiores poderes ainda que fazendo parte do mesmo de espaço socioeconômico semelhante no meio rural. Ou seja: o empobrecido urbano por ser urbano em comparação com o empobrecido rural se coloca numa posição de gozo e poder maior em relação a seu "igual" socialmente. Foi percebido que as políticas universais e ideias totalizadoras não dão

conta das idiosincrasias, se estas não estão colocadas à mesa. Uma ideia fundamentada no pensamento de Vladimir Lênin em sua teoria da curvatura da vara. Desta forma apontando o princípio da necessidade de equidade nas políticas públicas ao invés da proposição de igualdade como apontam os tradicionais. Pois, se a vara está curvada para um lado, a forma de garantir a igualdade e justiça deve ser cruzá-la para outro lado.

Assim, como se percebeu que o crescimento do PIB não garantia melhoria da qualidade de vida das pessoas e redução das desigualdades, foi compreendido também que há distintas categorias de empobrecidos e condições diversas também para a sua superação. E, as particularidades do meio rural deveriam ser consideradas neste bojo. Pois, uma das ideias utilizadas para a explicação da pobreza rural era de que as famílias eram muito numerosas. Ideia baseada no pensamento de Thomas Malthus, que justificava a pobreza sem problematizar a riqueza. Como se haver dez mil empobrecidos fosse diferente, em sua essência, de existir mil empobrecidos. E isso não estar atrelado ao modelo de produção e de reprodução da pobreza. Matar o pobre não elimina a pobreza.

A agricultura familiar vai se constituindo a partir da problematização de todo o modelo de rural que se existia. Claro que dentro das condições objetivas dadas, conforme orientava e ainda orienta o pensador alemão, Karl Marx. Pois, além da inserção econômica destes empobrecidos no mercado a partir da venda da mão de obra a agricultura familiar também apresentava conceitos como o cooperativismo e as ações de empreendedorismo rural e educação do campo. Para citar alguns. As ações de empreendedorismo e seu conceito ocorrerem, no início, em menor força e com grandes críticas por conta de uma relação ainda não "resolvida" com a forma com a qual o sistema S e em especial o SEBRAE tratava a questão, que era na linha de que se as pessoas se esforçarem, este esforço o fará tirar das condições de pobreza, sem debater a riqueza existente naquele *locus* e as questões macro e estruturantes daqueles espaços.

## **2.8 POLÍTICAS, PROGRAMAS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS: AGENDA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.**

“Os sonhos vão empurrando as gentes” e a gentes vão empurrando o mundo. Assim ocorreu e ocorre com as políticas públicas de caráter mais inclusivo. De tanto os movimentos sociais organizados progressistas terem lutado e engendrado ações que demonstraram o quanto algumas ações eram possíveis de serem feitas, alguns governos, mesmo que forçosamente, devido a conjuntura, acabaram por adotar estas agendas. Foi desta forma que as ações para a Agricultura Familiar no Brasil ocorreram.

Numa contradição aparente as políticas demiúrgicas do desenvolvimento rural a partir da agricultura familiar preludiam no governo neoliberal do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC.

Ainda sob a paira do odor da garantia de direitos e constituição de espaços de diálogos comentados pela constituição de 1988 é que os movimentos sociais e o governo, mesmo neoliberal, conseguem dialogar e constituir algumas ações para o público produtor da Agricultura Familiar.

O ano de 1995 (ano que também marcou a década da juventude) entra para a história da Agricultura Familiar brasileira, do ponto de vista de início de ações do Estado, por ser o tempo cronológico da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Um programa que previa diversas ações para este público específico. Era o início do reconhecimento institucional do Estado para este público estratégico para o desenvolvimento nacional. Sendo que há escrituras que marcam que 1992 foi o ano em que foi primeiramente utilizado este termo, conforme Abramovay. Mas, é sabido que este termo já era utilizado desde o início do século XX a partir dos estudos do Karl Kautsky.

As ações para o meio rural brasileiro eram orquestradas somente pelo Ministério da Agricultura até fins da década de 1990. A mesma pasta que cuidava dos donos das terras cuidava de quem a ocupava. Cuidava da raposa e das galinhas. Promovendo uma dubiedade em concepção e oferta das políticas públicas. O problema se centrava em que quem cuidava era sempre indicado ou o próprio dono das raposas, jamais das galinhas. Os galinheiros diminuía, e decisões eram

favoráveis aos latifundiários. Quem detinha esta prerrogativa era o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA).

Uma crescente de pressões no ano de 1999 foi um marco acerca de espaço estratégico porque marca a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. O MDA nasce com a função de pensar ações estratégicas para o público ligado a estes novos sujeitos políticos do meio rural brasileiro: o/a agricultor/a familiar. (Categoria ainda não aceita por alguns movimentos que preferem a denominação campesinos/as) Dentro do modelo de desenvolvimento dos latifundiários, inclusive. No ano de 2001, menos de dois anos antes, portanto, de deixar a presidência da república FHC cria a Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, no interior do MDA. Em 2006 já no governo Lula foi regulamentada a Lei Agricultura Familiar no país. Um reconhecimento à categoria social e a definição de estrutura conceitual para balizar políticas para este setor estratégico. No sentido explicativo acerca destas conquistas, Grisa (et al) define:

As políticas públicas refletem, portanto, o entendimento dos grupos sociais sobre sua própria condição e sobre a sociedade em geral, bem como sobre os instrumentos necessários para aperfeiçoar esta condição. (GRISA e SCHENEIDER, 2014. P 23)

Uma leitura bem marxiana materialista acerca da vida das pessoas no universo e suas formas de relações e de fazer os espaços e se refazerem enquanto seres históricos.

## **2.9 GERAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM POUCO OLHAR GERACIONAL AINDA. A GERAÇÃO DO GÊNESES E ÊXODO.**

O Brasil, na segunda metade do século XX orienta o seu desenvolvimento a partir do pensamento da industrialização. Este processo mais fincado no eixo

geopolítico do sul e sudeste. O Sudeste, principalmente São Paulo, sendo o Estado mais beneficiado e concentrador dos investimentos. Uma frase alegórica, inclusive, ficou bastante conhecida no meio político e acadêmico que afirmava que “*O Brasil é um trem, os Estados são os trilhos e São Paulo é a locomotiva*”. Desta forma, os investimentos vultuosos tanto de pesquisas e demais investimentos se centraram neste espaço geopolítico. Construindo assimetrias regionais gigantescas. Neste modelo de desenvolvimento, o campo, inclusive, ficou sob a lógica da industrialização citadina. À medida que as indústrias produziam peças de implementos agrícolas, defensivos, as universidades faziam pesquisas etc., deveria ser aplicado em algum lugar. Constituindo, desta maneira, uma relação positivista da cidade enriquecida com o campo empobrecido. Enquanto a cidade possuía estas condições de produtora o campo experimentava o que já foi citado acima: um período conhecido como Revolução Verde. Denominação que ficou conhecida entre os acadêmicos e políticos progressistas como a Renovação Conservadora da Agricultura brasileira. O que forma também a ideia de *agrobusiness*.

Neste momento alguns teóricos, com mais destaque os cepalinos, construíam ideias contrapostas a este modelo de desenvolvimento apresentado e gestado. Com destaque para Caio Prado Junior e Celso Furtado. Enquanto movimento reivindicatório de lutas pela defesa dos direitos do povo do campo o destaque para a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG promoviam fortes enfrentamentos, neste momento histórico, pelos direitos dos pequenos agricultores no campo.

A chegada dos anos 1980 já percebendo os sintomas da retomada da democracia vindoura, outros movimentos foram criados para contribuir com a CONTAG nesta luta, dentre estes se destaca a Central única dos Trabalhadores – CUT, dentro da CUT o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais.; o Movimento de Atingidos por Barragens – MAB, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e, um já criado aos fins dos anos 1970, que foi o Conselho Nacional de Seringueiros.

Este momento caracterizado como a primeira geração da Agricultura familiar é marcada fortemente como um momento de reivindicação e exigências. Momento em que se debatia o novo sindicalismo rural. O rural era, inclusive, de menor

relevância política, nos espaços sindicais. Mas, destaque merece por ter sido muito vultoso e propositivo durante a criação da CUT e com o lema de juntar o campo e a cidade.

Estes movimentos reivindicatórios construíram documentos solicitando a constituição de espaços específicos para este foco estratégico. Em fins da década de 1980 e início dos anos de 1990 é apresentado pela CONTAG a Lei Agrícola, além de outros textos para discussão com as bases e contribuições para a reforma constituinte e, embates com as propostas do patronato rural. A Lei Agrícola é aprovada, ainda, com os interesses do patronato, mas também reconhecendo a diversidade da agricultura brasileira. Pois, Delgado citado por Grisa e Schneider aponta que havia:

Certo “vácuo” da parte do Estado para tratar das demandas dos pequenos agricultores e a cultura institucional de instituições de crédito, pesquisa, extensão e comercialização, não habituadas a incorporar em suas metodologias de atendimentos demandas deste segmento. (GRISA e SCHENEIDER, 2014.p. 27)

O ano de 1994 foi um marco de constituição da primeira edição de um movimento que ganhou repercussão e demarcou espaço na agenda política nacional: o grito da terra. Neste ano foi elaborado um documento, que foi denominado de “Propostas e Recomendações de Política Agrícola Diferenciada Para o Pequeno Trabalhador Rural”. (BRASIL, MAARA, CONTAG, 1994). Tal documento foi elaborado pela Comissão Técnica do Pequeno Produtor (Portarias MAARA nº 692 de 30/11/1993 e nº 42 de 24/01/1994) do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA).

Dentre as ações propostas havia o Programa Especial de Crédito para os Pequenos Produtores Rurais, de caráter específico. Eis o protótipo do PRONAF. Este encontro fomentou a institucionalização do substitutivo ao Projeto de Lei ou minuta de Medida Provisória para a inclusão no Plano Safra 1994/95. Para o coroamento da luta dos/as sujeitos/as do campo, no ano de 1995 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Para a

(FAO/INCRA-1994) o PRONAF delineava-se com como uma política de crédito rural que contribuiria para a capitalização e o acesso dos agricultores familiares “em transição” aos mercados, tornando-os consolidados.

Em 1994 ainda houve a criação do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF-2004) e os Programas de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF-2006) e a retomada da Assistência Técnica Rural – (ATER) pública. Os anos vindouros reforçaram este cenário positivo.

O PRONAF se constituiu como a principal política agrícola para a Agricultura Familiar (em número de beneficiários, capilaridade e recursos aplicados, conforme dados oficiais apresentados pelos autores. O Plano Safra chega ao ano de 2014 contando com um montante de 24,1 bilhões de investimento na Agricultura Familiar brasileira. Entretanto, um problema de regionalização se coloca para que seja observado e resolvido. Esta política apresenta ainda grande concentração nas regiões Sul e Sudeste, principalmente financiando o investimento em Agroindústrias. Relevante merece o fato de o milho e a soja representar, desde 2001, mais de 50% destes investimentos para custeio. Considerando que em 2002 e 2003 estas duas lavouras chegaram a 60%. Se somarmos ao café este número chega a 70%, conforme (GRISA et al 2014, p 25) Estaria a Agricultura Familiar correndo risco de inclinar para monocultivos?

Conforme já apontado estes movimentos de constituições de possíveis reposicionamentos se dava em ambiente – como sempre- de luta de classes, de conflitos e convergências internas para os enfrentamentos necessários. A década de 1990 ficou marcada por muito derramamento de sangue e de corpos tombados no campo brasileiro. No ano de 1995, na cidade de Corumbiara, Estado de Rondônia ocorreu um fato que ficou conhecido como “**Massacre de Corumbiara**”. Deste conflito o saldo foi o tombamento de 10 trabalhadores rurais ligados aos Movimentos dos Trabalhadores Rurais de Terra – MST. Um ano depois, 1996, portanto, ocorre no Estado do Pará, o assassinato de mais 17 agricultores fazendo existir outra mancha – de sangue- no campo, denominado de “**Massacre de Eldorado dos Carajás**”. Devido à repercussão nacional e internacional destes “eventos” voltou a cena o debate que ocorrera no início da redemocratização, no governo Sarney, que estava arrefecido pelos latifundiários, que foi o debate acerca do I Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA).

Devido às lutas e repercussões das mortes, inclusive, entre 1995 e 1997 o número de assentamentos chegou a 92,99 famílias no último ano, mas logo havendo a redução gradativa, sem que as pessoas sentissem a diminuição da dose. Somente se retoma o processo de assentamento no governo Lula, quando, em 2005 ocorre o assentamento de 104.197 de famílias assentadas. O recorde, até então. Este número de assentamentos, apesar de vultoso, dentro duma perspectiva histórica governamental, não foi acompanhado de infraestrutura necessária nestes assentamentos. Ocorreu muito amontoado de pessoas em terras sem condições de desenvolvimento das ações e da vida em si. As famosas “lonas pretas” dos assentamentos. Ao perceber isso, os governos Lula e, depois Dilma se debruçaram para atuar na qualificação e estruturação para a produção, também, destes assentamentos. A proposta foi à adoção da política de infraestruturas físicas, apoio para a produção, equipamentos públicos e a disponibilização das políticas sociais para o público de assentados no Brasil.

Assim neste ambiente de Gênese e Êxodos ocorre o que Grisa e Schneider denominaram de Primeira Geração de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar. Gênese porque foi o início da construção moderna da AF e Êxodo porque marca a saída destes/as agricultores/as em busca da terra, promovendo ocupações colocando em relevo as pautas da para o fortalecimento da AF, bem como de todo o meio rural.

## **2.10 A TERRA PROMETIDA FOI DOADA AOS ALGOZES: SEGUNDA GERAÇÃO DE POLÍTICAS PARA O CAMPO BRASILEIRO – O NEOLIBERALISMO**

O que se caracteriza como uma estratégia de desenvolvimento rural na agricultura familiar nesta segunda geração de políticas para o campo? Em quais fundamentos se centram as estratégias? Como são tratados os/as sujeitos/as do campo neste movimento? Compreender este momento histórico nos coloca diante não de uma leitura de erro estratégico e desenvolvimento do país, mas de entendimento e um modelo de desenvolvimento que, na melhor das leituras – a mais otimista, pueril e romântica- podemos denominar de travessia. De passagem. Poderíamos dizer, alegoricamente, que foi uma tempestade ocorrida durante a

passagem no mar vermelho. Uma passagem em que os sujeitos não foram considerados na estratégia de desenvolvimento nacional, mas somente o uso dos seus corpos para servir um modelo em que as empresas transnacionais e o liberalismo do mercado davam à tônica. Não era o propalado e esperado, logo após um período ditatorial e a conquista da democracia. Neste tempo o mote era: “*Não se deve dar o peixe, mas sim ensinar a pescar*”, no entanto, para quem ficava o pescado? Quem se apossava deste produto? Quem o comercializava e se usufruía dos lucros? Estava além do ensinar e aprender algumas técnicas mais avançadas de produção. O problema se centrava na concepção de produtividade, de mercado e de gente.

O horizonte precisa estar focado na apropriação dos meios de produção e de toda a produção e usufruto, conseqüentemente. Pois, reduzir a pobreza e não reduzir as desigualdades não é sustentável a longo prazo para uma nação.

## **2.11 O PRÍNCIPE DOS SOCIOLOGOS E O SOCIOLOGO DOS PRINCIPES.**

O ato comparativo que ocorria com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC com a sociologia e o aprendizado – equivocado ou planejado e acertado- com um dos livros mais emblemáticos da ciência política pairava sobre mentes durante este momento de desenvolvimento brasileiro e do meio rural conseqüentemente.

Numa das passagens do livro O Príncipe de Nicolau Maquiavel, (*Nicolaus Maclavellus*), escrito no século XVI, ano de 1513, ao realizar análise e tecer crítica acerca de como deve ser o processo de afirmação do soberano (príncipe) ele afirma que:

Não há meio seguro de conquistar uma cidade a não ser a destruição. E quem se tornar senhor de uma cidade acostumada a ser livre a não a destruir, espere ser destruído por ela. Pois a rebelião nascerá em nome da liberdade e das tradições, que não são esquecidas

nem com o tempo e nem com o benefício (CNBB, p.31-ed. 2012, 22º impressão, Paz e Terra).

Analisando o pensamento do pai da ciência política, Maquiavel, aparenta que o ex-presidente aprendeu e apreendeu, ao pé da letra, (*ipsis litteris*) como deve se dá as formas de conquistas territoriais, sua dominação e manutenção. Pois, de forma bem articulada e organizada, o período do início dos anos de 1990 é marcado pela implementação, no Brasil e em muitos lugares do mundo, de um modelo de política conhecida como globalizantes. De acordo, com os ditames necessários de integração mundial e aumento constante de aproximação das relações por conta da ampliação e difusão do uso da internet. Desta forma a famosa aldeia Global (Planeta Terra) deveria se integrar.

Mas, integrar o quê, para quem e para que? Pelos resultados auferidos era integrar (entregar) para continuar mantendo a produção de riqueza e de poder nas mãos de poucos e aumento da desigualdade no planeta. Movimento em que um dos grandes mestres na área de Geografia Humana, Milton Santos, rechaçava porque neste modelo ele afirma não haver a inclusão de gente. Ele afirmava que este modelo só conseguira globalizar a miséria. Esta sim, se alastrava por todo o mundo, principalmente o mundo da periferia do capital. Os países de cone sul, principalmente. Os acordos de Breton Woods (1944) e o consenso de Washington (1989) deram a tônica do que fazer na política nacional nos momentos em que foram fomentados e conseguiram perdurar por todo o século. Tendo ainda em 2016 o poder de influenciar nas relações sociais, políticas e econômicas.

Os conflitos agrários, a expulsão do povo do campo e o empobrecimento não era um ponto fora da curva. Era a estratégia do caminho. Era a mola mestra na travessia. Foi o modelo “maquiaveliano” empregado pelo sociólogo dos príncipes em terras tupiniquins.

A aplicação da política neoliberal no Brasil ganha mais força, ainda no governo do primeiro Fernando, O Collor de Melo. Este vai pavimentando a via para a passagem da banda que passaria “não cantando coisas de amor”. Acreditavam, concordavam e implementavam “ O Fim da História”, fazendo uma referência ao artigo que fora publicado em 1989, pelo cientista político e economista americano Francis Fukuyama.

Para demonstrar que não havia “brincadeira” na proposta neste momento o rural brasileiro foi “agraciado” – presente de Grego: cavalo de Tróia- com a extinção da EMBRATER e a liberalização dos mercados. Ato que influenciou as taxas de câmbio e rebatimento direto na Agricultura Familiar (Grisa e Scheneider). Estas propostas eram propagadas como ações de combate à pobreza rural. Logo, eram ações do Estado para “corrigir” as falhas do Mercado. (*El Dios Mercado*). O senhor das mãos invisível, conforme, Adam Smith, em seu livro *A Riqueza das Nações*, escrito em 1776. Uma das referências, senão a maior, do pensamento liberal. O inaugurador. O fim da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER somente volta a fazer parte da cena do desenvolvimento nacional de forma pujante e, – contrariamente a outros países mais progressistas- durante o governo no presidente Lula a partir de 2003. Para o desenvolvimento rural brasileiro, esta sim, a de 1990, foi uma década perdida por parte dos investimentos estratégicos e estruturantes no campo.

O assistencialismo era a tônica. Acordados com o Banco Mundial e seguindo os seus conselhos, o governo FHC, de fato, inaugura esta geração de políticas para o meio rural. O Programa Comunidade Solidária foi a maior proposta deste governo para o combate à pobreza. Como a pobreza, historicamente, se centrou no meio rural, este programa foi implementado de forma mais veemente neste espaço geopolítico.

Foram elaborados dezesseis programas em seis áreas de atuação: redução da mortalidade na infância, alimentação, apoio ao ensino fundamental e pré-escolar, habitação e saneamento, geração de ocupação e renda e qualificação profissional e fortalecimento da Agricultura Familiar. (BRASIL, COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 1998,).

A concentração destas ações deveria ocorrer nos municípios mais empobrecidos do Brasil. A roupagem do mesmo que ocorreu no Estado da Bahia foi o Programa Faz Cidadão, concentrado nos 100 municípios de menor IDH deste Estado. Nestes foram desenvolvidos Planos Municipais de Desenvolvimento local Integrado e Sustentável – PDLIS e constituição de Fórum Municipal de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável - FDLIS. A proposta era a consertação e concentração de esforços, de diversos segmentos para a superação destas “mazelas”, mas dentro da lógica de desenvolvimento. Ações orientadas pelo

pensamento de Augusto de Franco e elevada à categoria de política pela ex-primeira-dama Ruth Cardoso. Como não há reposição social se não se propõe um diálogo acerca do materialismo histórico, o programa teve “êxito limitado”, para utilizar um eufemismo. Ou previsto, para ser real. Pois, não se objetivava a centralidade nas ações para as conquistas a partir da redução das desigualdades a partir dos acessos aos meios de produção.

Como algo bem estruturado e com ações homeopáticas de avanços, foi dado passos importantes para a AF. Foi criada a linha Infraestrutura e Serviços Municipais do PRONAF, com a perspectiva de apoiar a infraestrutura municipal com a “distribuição fundiária mais pulverizada, a menor taxa de urbanização e a mais baixa produtividade agrícola”. Com esta proposta o Estado entrou, de fato e de direito, para “corrigir” algumas ações que o Mercado ainda não havia feito. Chegar mais longe e “redescobrir” novas terras e suas riquezas. – para se apossar posteriormente- Assim foi feito.

Compreendido já pelos Movimentos Sociais, o programa foi denunciado de assistencialista. No III Grito da Terra, ocorrido em 1996, às organizações da agricultura familiar chamavam a atenção que “O PRONAF não deveria ser confundido com programas de assistência social, mas deveria ser uma prioridade do Governo Federal para o desenvolvimento da Agricultura Familiar como a mais eficiente nos aspectos econômico e social.” Vale ressaltar, que a Proposta do Pronaf foi uma proposta da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG e elaborado, legislativamente, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Rural do MAARA.

Se para o Governo o PRONAF era uma estratégia reativa de combate à pobreza rural, dentro do escopo do Programa Comunidade Solidária, para as entidades ligadas à Agricultura familiar era isso também, mas não era somente isso. Era o PRONAF uma estratégia de inclusão socioeconômica e de Desenvolvimento Rural.

Fruto destas lutas é que no ano de 1997, pressionado, o Governo Federal cria o “Pronafinho” e em 1999 a linha B do PRONAF. Uma linha de crédito para atender a Agricultura Familiar. Neste constava linhas de créditos e grupos diferenciados e nestes grupos um agricultor ficava corresponsável pelo pagamento do “colega” do seu grupo, caso ela não pagasse, ficariam todos impedidos de realizarem novas

operações. Um vigia do “amigo”. Não que devesse ou se deva haver incentivo à inadimplência, mas isso denota dois motivos. O primeiro é que o PRONAF não era pensado como uma estratégia maior de desenvolvimento regional e nacional, tanto que os investimentos eram poucos e de pouca representatividade no PIB nacional e, segundo é que não havia confiança na capacidade de os empobrecidos honrarem seu compromisso com o banco e o governo e ainda servirem de delatores, controladores e “responsável solidário” para arrumar um nome bonito e eufemisticamente mais aceitável para não dizer, o X9. Uma espécie de capitão do Mato domesticado pelo capitalismo neoliberal.

A partir do segundo mandato de FHC há a implementação de ações mais focadas na transferência de renda, que chega a Agricultura Familiar, mas, esta não era a centralidade, programas como a Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás foram ações desenvolvidas de forma desintegradas e assistencialistas para este público. A partir de 2003 estes programas passam a fazer parte da Bolsa Família, que também há a distribuição do valor monetário, mas dentro de uma lógica mais estruturante, principalmente com a saúde e a educação.

O Governo Lula também se figura nesta parte denominada de Segunda Geração de Políticas para a Agricultura Familiar. Trata-se do momento de transição, de fato, necessária para outras abordagens possíveis. E, devido a estruturação da pobreza com algo necessário a este modelo de desenvolvimento nacional arraigado é que, ainda no governo Dilma as ações de combate à pobreza continuam, mas de forma mais estratégica e matricial. Aliás, o *slogan* do primeiro Governo Dilma foi “País rico é País sem Pobreza”. Pois, a constituição do Plano Brasil sem Miséria, foi de fato, um demarcador histórico devido, pela primeira vez na história do país, reconhecer a pobreza enquanto um problema estrutural e impedor do desenvolvimento nacional e o diagnóstico de quem eram os empobrecidos e onde eles estavam. O resultado da pesquisa foi que as maiorias destes empobrecidos se encontram no Nordeste do país e centralizados no meio rural e entre crianças, adolescentes, jovens e idosos. ***O modelo que serve somente ou prioritariamente o adultismo não consegue abranger demais categorias e cria ilhas de mais pobreza entre os/as já empobrecidos/as.*** A partir daí surgem diversas ações para o combate à pobreza rural fazendo parte da estratégia de

desenvolvimento nacional, logicamente que ainda fazendo parte do Reformismo Fraco e do Pacto Conservador marcador do *lusismo*.

Os Planos Brasil sem Miséria, Brasil Carinhoso e Bolsa Verde se figuram neste espectro de ações implementadas. Para as famílias cadastradas nestes programas foi planejado e executado uma linha de crédito a fundo, não perdido, mas, não reembolsável no valor de R\$ 2.400,00 para a aquisição de insumos e equipamentos, assistência técnica e ainda contando com a doação de sementes e do uso da EMBRAPA para contribuir com a pesquisa e fornecimento de tecnologias. É criado ainda o Programa Garantia Safra para assegurar as lavouras em caso de perdas por escassez ou excesso de chuvas. O Programa Garantia Safra - PGS foi centralizado na Região Nordeste do país, norte de Minas, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e norte do Espírito Santo.

Ainda em 2003 o Governo Lula cria o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR visando à aquisição de materiais e construção de unidades habitacionais de agricultores familiares, atendidos nos parâmetros do PRONAF. O ano de 2003 ainda marca a extinção do PRONAF – Infraestrutura municipal pelo governo Lula e inaugura, de forma coerente e corajosa, o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT. Criando, desta forma, a estratégia de Desenvolvimento Territorial, que se figura com uma política exitosa, inclusive incentivando a criação de consorcio e de outras formas de aplicação de políticas públicas. Mais um ente que contribui onde o município não pode porque o problema é maior e o Estado não chega porque é pequeno. Assim, surgem os territórios e os consorcio. Logicamente que os Territórios se tratam de uma estratégia bem maior do que os consórcios e faz parte de uma lógica de desenvolvimento libertadora e se figura como uma política emancipadora e integradora em sua totalidade. Os consórcios acabam por se destacar mais do que os Colegiados Territoriais por conta de serem geridos por prefeitos e possuírem recursos financeiros e poder conseqüentemente.

O ano de 2008 é marcado um novo impulso que as abordagens territoriais nas políticas públicas se fortalecem ainda mais. A criação do Programa Territórios da Cidadania (PTC) visava à articulação e potencialização das ações de um conjunto, específico, de políticas públicas para os territórios mais vulnerabilizados. Os mais próximos da ideia de conjunto vazio de Fajnzylber (Sic. Moraes) denominou

(*casillero vacio*). A iniciativa de fomentar os territórios e os consórcios são utilizadas para reescrever a gramática social do território rural e construir novas possibilidades. Ou seja, concertar o espaço rural para a superação dos conjuntos vazios.

## **2.12 A DICOTOMIA CONSTRUÍDA PARA MANTER OS EMPOBRECIDOS NO ANDAR DE BAIXO: DA FARSA DAS POLÍTICAS SOCIAIS E ECONOMICAS E DA INUTILIDADE POLÍTICA DA IDEIA DENOVA CLASSE MÉDIA RURAL.**

É notório que no Brasil se é muito comum à divisão entre as áreas das políticas públicas em sociais e econômicas. Mesmo em governos de centro-esquerda como foram os governos de Lula e Dilma esta dicotomia não se fez ausente. Inclusive com a ocupação de ministérios e outros espaços estratégicos.

Via de regra os ministérios e as pautas mais ligadas ao “social” fora ocupado por pessoas e partidos ligados aos movimentos sociais de esquerda e as pastas mais ligadas ao modelo macroeconômico de desenvolvimento destinadas às “parcerias eleitorais e políticas” mais ligados ao centro. (se é que se é possível conceituar a existência de um centro na política) e direita. Ressaltar merece para apontar que as pastas ligadas ao social sempre gozaram de menor aporte financeiro por parte do governo. Aliás, mesmo com todo o esforço e avanços protagonizados do *lulismo* na área do rural, à guisa explicativa, o orçamento do Plano Safra da Agricultura Familiar foi cerca de 10% do que contemplou Agronegócio. Com avanços que devem ser reconhecidos pelo esforço do governo que aumentou em quase sete vezes mais desde que chegou ao poder. Assim, reverberou bastante a premissa de construção de políticas para empobrecidos e para enriquecidos de maneira distintas, no entanto ações com o acesso à Universidade, o programa ciência sem fronteira, Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e outros são demarcadores históricos desta dicotomia. Pois permite a “mistura” e a disputa política nos mesmos espaços. Temas como o incentivo à Agroindustrialização pela Agricultura Familiar se tornam cada vez maior a disputa e a competição no âmago do governo, além da disputa acerca da faixa que deve ser a fronteira da AF no país.

Navarro “et al” apontam que a produção agropecuária nacional está concentrada em 8,19% dos estabelecimentos (423.689) que atingiram um valor

equivalente a 84,89% dos estabelecimentos da produção dos 5.175.489 de estabelecimentos. Apontam ainda que cerca de um milhão de estabelecimentos necessitam de apoio (crédito, ATER e infraestrutura) para se desenvolverem. Apontam ainda que há 3.775.826, cujo valor da produção por mês é de R\$ 128,13. Estes não possuem condições de se desenvolverem e poder competir no mercado a partir de sua produção, devendo, portanto, que o Estado cuide destes, dentro de uma estratégia de maior prazo que outros. Diversas categorizações dentro da categoria da Agricultura Familiar.

Estes dados apontam a importância da AF no país e, para além disso, aponta um mapa estratégico com possibilidades de criação de indicadores de curto, médio e longo prazo para cada ação. Daí, surgem alguns problemas.

Sendo fruto, como já é sabido, de pacto conservador, e dentro da ótica do crescimento e distribuição, os governos Lula e Dilma sempre foi demarcado por ser uma área de disputas constantes e intensas. Às vezes veladas. Os enriquecidos do campo, herdeiros dos espólios e roubos das terras e riqueza nacional, não conseguem identificar e aceitar que haja Agricultores Familiares desfomeados e com condições dignas de vida. A este público o comando central do governo aceitou e adotou, erroneamente, o conceito de nova Classe Média Rural. Ou seja, os trabalhadores rurais que não se parecem com mendigos e os filhos podem estudar e desfrutar de condições de vida mais digna não podem, sequer, serem denominados de Agricultores Familiares, mas, sim de Nova Classe Média Rural. Nesta denominação estava explícita, mesmo que nos bastidores das “mentes pensantes” dos enriquecidos uma disputa social de projeto. Ou seja. Os investimentos que o governo fez para que esta categoria saísse da condição de pobreza deveriam ser entendidos como investimentos para que estes/as também deixassem de ser agricultores/a familiares. É impossível que agricultores/as familiares sejam gestores de pequenas agroindústrias por eles mesmos.

Desta forma a disputa se faz de forma mais contundentes na determinação social deste público eu saíram da extrema pobreza e da pobreza. A disputa para serem geridos não mais no âmbito do MDA (Ministério da Agricultura Familiar), mas no âmbito do MAPA (Ministério do Agronegócio). A materialização da disputa entre o econômico e o social. As políticas para os empobrecidos não podem ser sociais e não deveriam ter caráter emancipatórios para estas pessoas na visão dos

enriquecidos. E o governo topou. Tanto que topou, que financiou diversos estudos acerca da nova classe média rural. Inclusive um livro cujo título é SUPERAÇÃO DA POBREZA E A NOVA CLASSE MÉDIA NO CAMPO, financiado pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) ligado ao MDA e que o prefácio do livro é escrito pelo então Ministro de Estado do Desenvolvimento Rural, do Partido dos Trabalhadores, Pepe Vargas. O que não representa, necessariamente, uma guinada na essência de pensar e de fomentar as políticas públicas, mas, a parametrização dos agricultores que ultrapassam a linha da pobreza e podem acessar políticas que lhes garanta o mínimo de direitos e conforto ser classificado como classe média rural formam parte de um arcabouço preconceituoso e ignóbil acerca do sentido de desenvolvimento e de como devem viver os agricultores familiares no sentimento de uma unidade de nação.

Esta elaboração teórica se dá no mesmo momento em que a Fundação Perseu Abramo – FPA, ligada ao Partido dos Trabalhadores – PT, partido do comando do governo, elaboras diversas construções divergindo desta ideia, empobrecida e preconceituosa, de denominar a nova Classe Trabalhadora de Nova Classe Média. Destaque para o livro ***Classes? Que Classes?*** Em eu diversos estudiosos do tema, dentre estes o presidente da FPA, Márcio Pochmann, uma das mais contundentes petistas, a filósofa Marilena Chauí se figuram entres os maiores críticos desta definição, dentre tanto outros. Aí concentra tanto a disputa entre a ideia de descolar o econômico e o social, mas também a ideia de descolar o governo e o partido. Como se quando o partido ganhasse o governo não tivesse mais compromisso e saber que deve estar sob a orientação partidária. O conceito de nova Classe Média debate números da economia, o da Nova Classe Trabalhadora debate ideias e movimentos para este alcance. Debate a política e compreende os sujeitos políticos de forma mais holística. Mister se faz lembrar que a saída de cerca de 40 milhões de pessoas da condição de pobres e extremamente pobres não são frutos de outra coisa senão de uma decisão política. Os números da economia são resultados da decisão política e não o contrário. Daí, denominar este avanço dos empobrecidos em direção a emancipação ser algo visto com a constituição de uma nova classe, para a além de um erro estratégico e político é a expressão horrenda do preconceito com os/as trabalhadores/as. Um entendimento que se quem não se parece esfomeado não pertence à classe trabalhadora. (SINGER, 2013) chama

atenção que a melhora na qualidade de vida propiciada pelo *lulismo* não tira, por si só, a pessoa da condição subproletária. Pode representar um alívio na pobreza, mas sem superar a pobreza. E (SOUZA, sic. SINGER 2013) ainda aponta que as ciências dominantes, que legitimaram a ordem vigente, têm que esconder a verdadeira gênese das classes, embora falem da “boca pra fora” de classes.

Todos os avanços que esta segunda geração de políticas apresentou são inegáveis para potencializar o desenvolvimento rural, mas a cessão estratégica poderia ser menor para um maior movimento de construção demiúrgica. É necessário que “ a palavra chegue junto com o pão” pois superar a pobreza não é somente superar as carências alimentares do corpo, mas também e necessariamente da alma. Caso não ocorra assim é desconhecer o que forma esta ideia de dominação e de empobrecimento das pessoas. O que (DEMO, 1997) denomina de pobreza política.

## **2.13 TERCEIRA GERAÇÃO: A *PANTHEON***

O *Pantheon* é a morada dos deuses. O lugar supremo. O ponto mais alto alcançado até então. Assim é a terceira geração da AF. O ápice até então alcançado: o desenvolvimento de políticas públicas a partir da convergência de esforços entre a sociedade civil organizada e o poder público a partir da cogestão.

A terceira geração de políticas públicas para a Agricultura Familiar se caracteriza pela construção de referenciais. Prioritariamente para a feitura do “caminho feliz’ da produção, que é o acesso ao mercado. Este que era -e ainda é- o ponto de maior queixa dos/as agricultores familiares, por conta de investir muito para produzir pouco e, ainda vender em preço mais baixo na hora da colheita. Como além de acessar o mercado, a AF tem outros princípios, esta terceira fase também se centra na segurança alimentar e nutricional e na agroecologia. Estes princípios da produtividade trata o campo não somente como um bom produtor de muitos alimentos, mas também que sejam alimentos com qualidade e, priorizando a alimentação dos/as agricultores/as e suas famílias e não, como de costume, primeiro se observar a venda dos alimentos de melhor qualidade e consumir o restante. A sobra.

Mesmo sendo parte, como já apontado, os governos de Lula e Dilma se situaram no rol em que se ajuntava, mas não misturava forças políticas distintas, modelos distintos e interesses distintos também. Dentre estes estava a leitura da produção de alimentos. Os setores mais ligados ao *agrobusiness*, adotaram, como sempre a linha de produção para vendas, o lucro em primeiro lugar e a venda das *commodities*. Desta forma caminhavam no mesmo governo, mas em linhas paralelas. Governos de coalizção tentam fazer algo distinto daquela premissa de “servir a Deus e ao Diabo ao mesmo tempo”. O problemas são os detalhes. Nele Asmodeu faz moradia. O detalhe para a AF é: Até onde a/o produtor/a pode ser considerado AF e onde ele passa a ser do Agronegócio. Esta é a fronteira do detalhe. É não é um simples detalhe. É a Alsacia Lorena da AF. Fazendo uma alusão à primeira Guerra Mundial. A área de confronto. Uma vez que a fronteira definida pelo MDA é de faturamento até R\$ 350.000,00 para que a unidade já não seja mais considerada AF. (MDA 2013)

Sendo parte integrante da das pautas dos movimentos sociais do campo brasileiro, os temas acima citados ganharam mais força desde a década de 1990. Mas, somente a partir de 2003 com a chegada do Lula à Presidência da República é que este tema se torna ação governamental.

Ainda no ano de 1991 estes movimentos propuseram uma Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA) e que não fora, logicamente, implementada, por conta de este não ser um tema que faz parte do arcabouço da política neoliberal. Esta campanha fora liderada por Herbert de Souza (Betinho) e a Campanha Nacional de Combate à Fome em 1993 e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, proposto no ano de 1993. Sendo bastante importantes ter colocado na agenda nacional estes temas, ainda de forma incipiente na década de 1990. Esta proposta de Segurança Alimentar e Nutricional foi substituída pelo governo FHC pelo Programa Comunidade Solidária. O tema é arrefecido e sofre retrocessos. Este tema somente volta a fazer parte da “ordem do dia” com a chegada do Governo Lula a partir de 2003. Este ano marca a colocação do tema do combate a fome enquanto prioridade institucionalizada. Reestabelece-se o CONSEA e é criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional - MESA, tendo à frente o professor e ativista da causa, José Graziano da Silva, um dos maiores intelectuais acerca do tema, que, devido ao êxito dos

trabalhos desenvolvidos, posteriormente passa a dirigir a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação FAO/ONU.

Foi o MESA quem criou e coordenou o programa Fome Zero que, ressaltava o potencial do mercado institucional (alimentação escolar, hospitais, presídios, distribuição de cestas básicas). Esta proposta de trabalho contribuiu para a dinamização da economia nos municípios, interiorizou a produtividade e renda, e trouxe à cena atores antes desconhecidos das compras públicas, contribuindo ainda para balançar- um pouco- o modelo de venda das empresas com os órgãos governamentais. Além de dinamizar a economia o programa garantiu ainda melhores alimentos e mais saudáveis para estudantes empobrecidos nas escolas públicas e, ainda traz à tona uma mudança linguística e conceitual acerca do alimento escolar, que deixa de ser nomeado de merenda e passa a ser alimentação escolar. Todo este processo acompanhado por nutricionistas com metas para cada categoria de estudantes.

Das propostas materializadas acerca da segurança alimentar e nutricional, somando-se ao ponto de intersecção com o acesso ao mercado, duas se destacaram: o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Estes programas a partir da compra institucional formaram parte do arcabouço de entregas do governo. No entanto, os grupos de produção necessitam de se organizar para a entrada nos mercados formais e não somente se situar nas compras institucionais.

Sendo criado em 2003 o PAA teve como atribuição a articulação da compra de produtos da agricultura familiar dentro da ideia de fortalecimento da segurança alimentar e nutricional e combate à fome e à vulnerabilidade social. Ressaltar merece que no início o Programa passou por um processo de “espanto” e afastamento da ideia principal do programa: uma ação estruturante. Sendo parte integrante do Programa Fome Zero, o PAA foi observado como um projeto piloto e, com a extinção do MESA também sofreu com tal evento. Mas, após o período de experimentação o Programa se tornou referência nacional e internacional no combate à fome e na garantia de alimentos saudáveis na mesa dos/as brasileiros/as.

O PAA recebe reforço importante e fundamental no ano de 2009. A partir de uma mudança na lei de Licitações (Lei 8.666/93) é instituído o Programa Nacional de

Alimentação Escolar – PNAE. Isso ocorre com um recorte importantíssimo, que foi a Lei 11.947 que determinava que em toda a alimentação escolar fica na obrigação da compra de, pelo menos, 30% dos produtos advindos da Agricultura Familiar. Compras que fossem feitas a partir de recursos advindos do governo federal para esta finalidade.

A partir de 2012 é instituída uma nova modalidade do PAA, no sentido de ampliação das possibilidades mercadológicas. A Compra Institucional possibilitou que Estados, Municípios e órgãos federais pudessem adquirir alimentos da agricultura familiar a partir de chamadas públicas com os recursos próprios e, com a dispensa de licitação. Diversos órgãos da administração direta se beneficiaram com esta lei porque pôde ter alimentos mais saudáveis, a agricultura familiar teve um grande aquecimento nas vendas e a segurança alimentar foi fortalecida, tendo rebatimentos positivos, principalmente, na saúde das pessoas.

Destaque ainda merece o a criação no ano de 2004 do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) com vistas ao estímulo e aumento da produtividade e compra de oleaginosas da Agricultura Familiar, crédito, ATER e seguro agrícola formaram parte das ofertas desta política. Este programa ainda instituiu o selo “combustível social”, destinado a quem produzisse biodiesel adquirindo da AF. Tal programa fora criticado devido ao fato de ter maior concentração na produção de soja enquanto matéria prima. Ainda como complemento houve a criação da (PGPM) destinados aos produtos da Sociobiodiversidade, uma especificidade para os extrativistas inseridos ao PGPM, que foi instituída desde 1945. Aos agricultores que comercializassem seus produtos por um preço inferior ao fixado pelo governo federal a Lei 11.775 de 2008 garantia a modalidade Subvenção Direta para garantir que não houvesse perdas por parte do extrativistas.

Como forma de fortalecer ainda mais esta política o governo criou ainda ações em outras áreas da administração públicas com este propósito. Houve avanços e aprimoramentos nos sistemas de fiscalização da sanidade agropecuária a partir da inspeção. Selo da Identificação da Agricultura Familiar, Selo Quilombos do Brasil e ampliação de formas de certificação dos produtos, em relevo a certificação orgânica.

## 2.14 OS GOVERNOS DO PT E O DESENVOLVIMENTO RURAL MACRO

Diversos são as questões que para a construção do campo enquanto um lugar de vida e produção autônoma da vida necessita de ser enfrentada para a constituição deste respeito. O autor, de *A Revolução Brasileira*, Caio Prado Junior criticava a forte concentração de terras no meio rural, colocando este problema como um dos estruturantes no meio rural brasileiro. Luis Bernardo Pericás faz a seguinte assertiva (*Le Monde Diplomatique*, maio 2016)

Os governos de PT (especialmente nos dois mandatos de Lula), por certo, tiveram importantes êxitos no campo social e fizeram avançar uma pauta progressista no país. Mas, a agenda lulista nunca foi socialista (nunca se propôs, a isso, de fato). (...) o lulismo encarou a política como um movimento de progresso da classe trabalhadora, mas a ênfase foi colocada na ascensão econômica e no consumo dado na ascensão econômica e no consumo. (...) O sonho lulista vislumbrava a transformação de fatias inteiras da população em “classe média”, com amplo acesso a bens duráveis e serviços. Se na tradição marxista do século XX homens como Lenin, Trotsky e Che Guevara defendiam a construção do “homem novo”, o lulismo acabaria por criar o “consumidor novo”.(p.12)

Estas, além de outras críticas são feitas ao modelo de desenvolvimento adotado pelo *lulismo*. Estas têm chão no momento em que se constata uma narração de desenvolvimentismo e uma execução de políticas de austeridade fiscal. A manutenção do tripé macroeconômica (metas de inflação, controle cambial e taxas de juros.) merecem destaque nesta narrativa do *lulismo*.

Este modelo de desenvolvimento do *lulismo* fez do campo um local em que o agronegócio continuou a dar o tom. – sem se desconhecer os avanços da AF- O extrativismo predatório e o cultivo de produtos para exportação com uso intensivo de pesticidas e outros defensivos químicos. A agricultura brasileira se vê enredada pela aliança entre o capital financeiro e as grandes corporações: o crédito e os insumos monopolizados nas mãos de bancos e empresas multinacionais contribuem para

uma narrativa de “conciliação de classes” no campo, aponta Pericás. Somente as cinquenta maiores companhias da agricultura brasileira tiveram em 2014 ganhos em torno de 70% do PIB agrícola. Sendo a maior parte dos ganhos auferidos pelas empresas de capital estrangeiro, e junto a isso um endividamento das empresas nacionais, devido a um deslocamento equivocado dos investimentos do BNDES.

O ATLAS da Terra no Brasil 2015 (USP/CNPQ), coordenado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira aponta que 66 mil imóveis rurais com 175,9 milhões de hectares improdutivos no país. As terras do campo (43%) estão concentradas nas mãos de 1% dos donos. Os indicadores mostram que em 2010, 238 milhões de hectares eram considerados “grandes propriedades de terra” no Brasil, chegando em 2014 com um crescimento que chegou a 244,7 milhões de hectares, aumento de 2,5% em quatro anos. Significa dizer que houve um aumento de seis milhões de hectares para as mãos dos grandes latifundiários. Junto a isso a violência no campo apresentou 49 assassinatos de posseiros neste período. O Brasil continua forte na venda de *commodities* minerais e agropecuárias para o mercado internacional, o que coube alcunha por alguns de modelo produtivo-comercial e “regressivo-colonial”.

Junto a estes problemas ainda, o governo comprou e defendeu a narrativa da reforma de previdência rural, desconsiderando os artigos 194 e 195 da constituição que garante recursos para esta finalidade a partir da arrecadação de impostos específicos que garantem a seguridade social. Estes recursos foram (e ainda são) desviados para pagamento da dívida pública aos rentista através da Desvinculação da Receita da União – DRU. Retomando o Caio Prado Junior “*não se deve confiar na burguesia. Ela tem uma agenda própria*”.

## **2.15 COGESTÃO SEM CONGESTÃO**

Diversas análises – muito maniqueístas as vezes- delimitam de forma veemente o tamanho e função do Estado na oferta de políticas públicas e o papel da sociedade civil. O primeiro como ofertante e o segundo como demandante. Tal assertiva faz parte, ou deve fazer de uma concepção de Estado que entendia a sociedade enquanto governantes e governados. Leitura superada pelas novas

relações entre Estado e Sociedade Civil Organizada e contribuições de estudos, com comprovação empírica, inclusive.

Esta terceira geração de políticas para a Agricultura Familiar é a comprovação mais fiel da possibilidade de o Estado e a Sociedade civil poder se unir em prol da oferta mais qualificada de políticas. Desde a década de 1990 o Brasil já experimentava estas possibilidades, que somente ocorrem a partir de uma confluência de êxitos. Havendo governos dispostos a realizarem tais funções e sociedade civil preparada para realizar esta ação de parceria sem se “fagocitar” e mantendo sua autonomia. Logicamente que ainda tem de se tomar cuidados para não executar as ações que são de obrigatoriedade do Estado desenvolver, mas de atuar na qualificação destas ofertas. Pois, o neoliberalismo também adotou tais ações, mas com outras finalidades, de se eximir do processo e da responsabilidade estatal.

A Lei nº 9.637/1998 e 9.790/1999, Lei das Organizações Sociais – OSs e Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, respectivamente são arcabouços jurídicos permitidores destas relações. Ações como o Projeto Lumiar (1997) Programa Um Milhão de cisternas (2003), Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural formam parte desta experiência no Brasil. Demonstra ainda que estas ultrapassam tempos e governo neste processo constitutivo. O que deve mudar nela é a forma de tratamento que cada governo dá, sendo que o embasamento legal é o mesmo.

Grisa e Schneider ainda apontam que a semente desta relação não é nova na república brasileira. Estudos apontam que de forma incipiente ainda o Getúlio Vargas e na década de 1970, durante a ditadura, estas relações foram fomentadas com vistas a possibilitar o emprego de algumas funções na gestão, no entanto se dava dentro do que Romano (2009) denominava de “anéis burocráticos”. Observado também em gestões municipais como o saneamento básico no Rio de Janeiro entre 1975 e 1996.

Portanto, observa-se que durante as três gerações de políticas organizadas para a AF, bem como a sua definição do que seja passa por distintos momentos até alcançar o ponto da relação de Cogestão das políticas. No entanto, estas ações não ocorreram de forma a contestar o modelo de Estado existente, mas se deu

dentro da lógica. Foram aplicados mecanismos que possibilitam melhoria nas condições de vida das pessoas, principalmente da AF, mas sem “balançar” a reposição social e a redistribuição da riqueza e das classes. Uma espécie do que alguns teóricos liberais chamam de relação ganha-ganha, como se isso fosse possível no capitalismo. Destaque merece estes investimentos para que, dentro da visão do Reformismo Fraco, estas ações formem parte de uma travessia. **A travessia que aponta para a Quarta Geração, que deve se basear na expropriação de terras, melhoria na pesquisa e extensão e radicalização do processo educacional pública, de qualidade e do campo** – em sentido lato, também- para possibilitar maiores investimentos por parte dos/as agricultores, melhoria na produtividade e conseqüente indicadores de felicidade e qualidade de vida no campo brasileiro.

## **2.16 O FILHO IMITA O PAI: EXCERTOS SOBRE O GOVERNO DA BAHIA.**

O modelo de desenvolvimento rural adotado pelo Brasil foi também seguido pelo Estado da Bahia. Principalmente a relação de convivência entre os modelos da AF e do Agronegócio a partir dos investimentos nas duas áreas.

Em relação à organização administrativa já em 2007 o Governador Jaques Wagner cria a SUAF na estrutura da SEAGRI e em 2014 com a reforma administrativa cria-se a SDR para dar um tratamento mais qualificado e organizado para a AF a partir do início do governo Rui Costa. Pois, tal qual o MAARA congregava as duas funções a SAEGRI também o fazia e o MDA (criado ainda na era FHC) e a SDR fazem parte da compartimentalização das áreas para a consecução de políticas mais robustas.

Dentre os avanços com a construção da SDR estão a criação de duas superintendências (CEPEX e SUTRAG) para que a primeira possa se declinar a realizar pesquisas para a adoção da ciência como princípio da AF e a adoção da matriz agro ecológica como fronteira de desenvolvimento da AF no Estado.

Além da criação destas duas superintendências também houve a reorientação da ATER (extinguindo a antiga EBDA e criando a BAHITER). Ação criticada por parte dos movimentos sociais por entenderem que a ATER deve ser pública, mas

elogiada por outros por fazer parte da noção de cogestão do Estado em que os técnicos são contratados pelas entidades conveniadas. No entanto, deve se avançar para maior presença do Estado como o executor da política de ATER no Estado. A CAR, uma das maiores empresas públicas do Estado, é incorporada à SDR para fortalecer a oferta de serviços e a ação em todo o entorno social e geopolítico da Bahia. A SUAF, que podemos dizer que foi o protótipo da SDR, é incorporada também à nova secretaria bem como a CAR, que atua com dois grandes projetos Bahia Produtiva e Pró Semiárido, mobilizando nos dois mais de um bilhão de reais, a partir de empréstimo junto ao FIDA e Banco Mundial, que tem a missão de atuar com a regularização fundiária com vistas à garantia de segurança jurídica para os agricultores familiares.

A partir destas ações o Estado da Bahia se destaca tanto por ter a maior comunidade de AF no país, mas também pela oferta de políticas para este público. Reconhecendo os avanços que as mesmas ainda carecem, principalmente em relação à abordagem de gênero e geração. Estes dois destaques foram fortalecidos com o Lulismo, mas também não se figuraram dentro da estratégia macro de desenvolvimento.

### **CAPÍTULO III - JUVENTUDE RURAL: DOIS SUBSTANTIVOS ADJETIVADOS**

Os identificados como *jovens e rurais* (Wanderley, 2007) seriam aqueles que vivenciam o que podemos denominar de duplo “enquadramento”. Por um lado sofrem as imagens pejorativas sobre o mundo rural e as consequências desta desvalorização do mundo rural no espaço urbano – ou seja, a associação do imaginário sobre o “mundo rural” do *atraso* e a identificação dos jovens como *roceiros, peões, aqueles que moram mal*. Por outro, no meio rural, muitas vezes são deslegitimados por seus pais e *adultos* em geral, por serem muito urbanos. Jovem rural carrega o peso de uma posição hierárquica de subalternidade, ou seja, uma categoria percebida como inferior nas relações de hierarquia estabelecidas na família, bem como na sociedade. (Castro, 2009)

A juventude rural é um tema que se coloca à margem das pesquisas acadêmicas e na incipiência das políticas públicas e empoderamento social a juventude rural é a soma dos extremos antagônicos de aceitabilidade social. Embrenhar-se numa tentativa problematizar este tema e de apontar possibilidades novas e mais “coerentes” tratativas sociais para esta temática se centra na coragem de abduzir dois temas que são conhecidos socialmente com desdém e desconsideração da maior parte dos demiurgos sociais.

Ser e dialogar sobre a juventude numa sociedade marcada pelo *adultismo* se trata de uma tarefa em que o convite à desistência caminha junto com cada letra escrita na construção de cada palavra, oração e textos, por conseguinte. Tratar o termo com importância política e estratificar somente para a parte geográfica rural se trata de buscar o desconhecido. O quase inexistente. Aquilo que serve somente para fazer com que os outros sejam sujeitos e existam e, este seja o objetivo e sirva tão somente de acompanhamento; de complemento de outrem. Assim é o tema da Juventude Rural. Uma temática em que há muito poucas pesquisas acadêmicas, reduzidas políticas públicas e a construção constante de signos de negação social.

Este capítulo, portanto, tem a finalidade de “somar” os dois primeiros, que tratam da juventude e do desenvolvimento rural e debater o Sujeito Juventude Rural

e apontar alternativas de ações possíveis de valorização deste sujeitos e destas sujeitas.

### **3.1 QUEM É A JUVENTUDE RURAL?**

O que denominamos de juventude rural? Por que denominamos? Quais critérios utilizamos? Há jovens rurais para efeito de políticas públicas? Estas e outras questões suscitam e vêm afloram quando vamos dialogar sobre juventude rural no Brasil. Devido à sua definição ainda incipiente e em construção, diversos autores tratam o tema de forma distinta.

Alguns autores, como (WEISHEIMER, 2005) consideram que o termo o termo Juventude Rural é dotado de amplitude demasiado para efeito de elaboração e execução de políticas públicas e prefere utilizar o termo Juventude na Agricultura Familiar, por exemplo. Outros autores que vêm dialogando sobre o conceito de Novas Ruralidades admitem que haja jovens no meio rural e não jovem rural, uma vez que estes e estas entendem que o rural não qualifica ninguém. Afirmam que o que chamamos de rural não pode ser uma apresentação imagética do passado. Há os que creem que desenvolver e tirar do atraso no século XX era transformar o rural no urbano.

Algumas outras narrativas apontam que se deve avançar na qualificação dos jovens que vivem no campo para quando da sua partida para o meio urbano estes terem condições de competição em melhor colocação com os jovens urbanos. Desta forma apontando duas questões pelo menos. Uma é o urbano como única possibilidade e a segunda é que o urbano deve ser o modelo de desenvolvimento.

Assim, desorganizada e despolitizante vai se constituindo a identidade de uma população de mais de Oito milhões de jovens rurais, entre os 50 milhões que há no país, num universo de mais de 200 milhões. A identidade do que sobra.

### **3.2 DEFINIÇÃO DE JUVENTUDE E DEFINIÇÃO DE RURAL**

Como já apontado anteriormente, no Brasil a definição de juventude compreende a população com idade entre 15 e 29 anos de idade, e a definição de rural é a negação de tudo o que não é urbano. Desta forma a juventude rural são todas as pessoas que está com este recorte etário e este recorte geográfico também. No Brasil a população rural soma cerca de 30 milhões de pessoas (IBGE2010) e a população juvenil, aproximadamente 50 milhões de pessoas. O ponto de intersecção entre as duas categorias (juventude e rural) que se sintetiza em juventude rural que compreende algo próximo de 8 milhões de pessoas no Brasil.

Na Bahia compreende entre os, aproximadamente, 15 milhões de baianos, 4 milhões de rurais e também 4 milhões de jovens. Nesta fatia a juventude rural se “coagula” mais de um milhão e setenta e duas mil de pessoas (IBGE 2010). Estes números em percentual representa no Brasil 20% de jovens rurais entre a juventude e na Bahia a fatia de aproximadamente 26%. Tanto entre os jovens quanto entre os rurais.

O estrato populacional sociopolítico da juventude rural passa por dificuldades de terem políticas formuladas por diversos motivos, dentre os quais está a própria indefinição. Há as pessoas que acham que a juventude rural são somente os jovens que atua no trabalho agrário e agrícola. Um grande equívoco. Pois, o jovem rural pode viver no campo e trabalhar no próprio campo com atividades não agrícolas, como pedreiro, carpinteiro, pintor, cabeleireiro, médico, professor, advogado e diversas outras atividades remuneradas. Podem também viver no campo e trabalhar na cidade no comércio, *call center* etc. pode morar no campo e ser empreendedor, tanto no campo quanto na cidade. E há os jovens que são urbanos que podem ter funções na agropecuária, por exemplo. Situações que ocorrem muito em agrovilas. Comunidades que foram “elevadas” à categoria de urbana e que nela morava o vaqueiro, o agricultor continuará tendo estes como moradores, doravante urbanos, mas com atividades rurais. E, devido o fato de no Brasil este fato ter ocorrido de forma bem pujante, temos hoje muitos jovens urbanos com atividades rurais e agrícolas, bem como muitos jovens rurais com atividades não agrícolas. E também há os jovens que podem possuir o meio rural como lugar de produção durante três

dias por semana, por exemplo, e a cidade ser o local de escoamento durante uma vez por semana.

Este é o espectro a ser problematizado e colocado na arena dialógica e propositiva de ações que mitiguem (academicamente) e que formule possibilidades de, pelo menos entre as gestões petistas e progressistas, consigam construir estratégias de fortalecimento e ações que coloquem este segmento populacional na gramática da governança. Compreendê-los como um ente *sine qua non* para o desenvolvimento da gestão comprometida com a inclusão social e o desenvolvimento com sustentabilidade deve ser a premissa governamental progressista e inclusiva.

### **3.3 A JUVENTUDE RURAL NA ACADEMIA**

É sabido por parte considerável da sociedade acadêmica – e brasileira, por conseguinte- que a juventude é um tema novo enquanto objeto de estudo acadêmico. Se a juventude é recente, a juventude rural ( adjetivador do inadjetivável) é ainda mais recente. Data da segunda metade da primeira década do século XXI as primeiras pesquisas acadêmicas acerca deste segmento enquanto foco estratégico das ciências. Principalmente das ciências sociais. Além disso, a maioria dos estudos centrados na situação de pobreza, êxodo rural e outras equivalências semânticas que contribuem para a constituição de um signo de negatividade para o campo. O campo do êxito não ocupou a maioria do tempo dos bancos, das mentes e das prateleiras universitárias.

Dentre os livros publicados acerca da temática, relevo se deve à série construída em parceria com a UFRJ e NEAD/MDA acerca da juventude rural. O primeiro destes tratando do tema do êxodo rural. “*Os jovens Rurais Estão indo embora?*”. Livro organizado pela pesquisadora Elisa Guaraná de Castro *et al* (2009). Neste foi apresentado os resultados de uma pesquisa, que fora fomentada no sentido de desconstruir a invisibilidade da juventude rural brasileira; o perfil dos jovens nos movimentos sociais; a diversidade da juventude rural; as subalternidades

(entre as juventudes) e seu peso em cada ser; a construção do ator político e os desafios colocados para esta juventude.

O livro acima apontado se valeu do arcabouço metodológico da observação do grupo focal – jovens relacionados e oriundos dos movimentos sociais rurais-lideranças juvenis e mais velhos, estudos bibliográficos, dentre outros.

Neste livro já aponta o que já se é sabido por quem trata do tema da juventude e em especial da juventude rural. O recorte do ano de 2005 se apresenta como o ano em que houve a maior quantidade de documentos e publicações acerca do tema. Tanto da academia quanto nos movimentos sociais. Os diversos eventos ocorridos contribuíram para tais publicações.

O congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra -MST , ocorrido entre os dias 11 e 15 de junho de 2007, em Brasília e a II Plenária da CONTAG, entre os dias 23 e 26 de outubro de 2007, em Luziânia – DF, foram eventos construídos na perspectiva da constituição do diagnóstico da juventude rural e proposição de ações de políticas públicas para o segmento. Já foi com esta iniciativa permitido entender as várias denominações que a juventude rural é identificada (jovem camponês, jovem agricultor familiar, filho de agricultor familiar, jovem assentado etc.) (Castro 2009) muitas categorias juvenis em disputa e, perceptível estar muito ligadas ao que cada instituição concebe acerca da juventude rural.

A disposição dos acadêmicos em estudar a juventude rural contribuiu enormemente para que estes/as sujeitos/as se afastassem um pouco da invisibilidade que sempre os cercaram. Estudos onde coube a juventude rural faziam parte de outras categorias de estudo onde cabia a juventude rural.

O estranhamento quanto à percepção recorrente que associa juventude rural e migração – deu-se a partir da retomada da percepção *juventude rural* como uma categoria privilegiada para observamos os processos de disputa e classificações na sociedade (CASTRO, 2009, Bourdieu, 1982)

Percebe-se aí que a juventude rural está sendo utilizada como estudo dentro de um arcabouço maior, que é o poder social e sua constante disputa. Castro, 2009, ainda aponta que

Embora *juventude* não seja uma temática de estudo nova, é recente o tema da juventude do meio rural como alvo de pesquisas. Assim, a *juventude rural* é ainda uma categoria analítica em construção, cujos contornos são poucos delineados, defrontando-se com a dupla dificuldade nas definições tanto de “juventude” como de “rural”, ou seja, a polêmica sobre as categorias sociais e representações sobre elas construídas. (P. 63)

Como já abordado no primeiro capítulo, o início do século marca uma guinada nos estudos acerca da juventude. Saindo da marginalidade e ocupando a cena, principalmente nas ciências sociais. No entanto, sobre a juventude rural se é possível, “*como se diz na roça*” “contar de dedos” a obras com esta temática. Foi feito um levantamento (Castro, 2009) acerca das produções bibliográficas sobre a juventude e foram encontradas em todo o país somente 197 obras relativas ao tema. Merecendo destaque o fato de ter sofrido grande incremento, pois, o mesmo levantamento comprovou que entre 1960 e a década de 1990 o todo produzido acerca da temática somente somou 19 publicações. A partir de 2000 é que a produção aumenta ou tendo como referencia e, tomando o ano de 2007, como o recorte, este numero contabiliza de 22 trabalhos por ano. Maior relevo ainda merece o ano de 2006 que marca a produção de 40 trabalhos sobre. Somando 20,30% de toda a produção. Foram 93 referências bibliográficas (47,20%) dentre artigos, capítulos de livros, relatórios de pesquisa e resumos em anais; 89 referências (45,2%) para teses, dissertações e monografias e 15 livros publicados. (Castro, 2009)

Mesmo o ano de 1985 ser o ano da juventude par a ONU, a juventude rural não gozou do direito de ser vista, pois entre os anos de 1985 e 1997 não há qualquer registro de publicação acerca da juventude rural. Sendo que a primeira tese data de 1988; escrita por Márcia Regina de Oliveira Andrade com o tema *A Formação da Consciência Política dos Jovens no Contexto dos Assentamentos*

*Rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais – MST*, pela Universidade de Campinas.

Devido o fato de o Brasil ser um país marcado pelas disparidades regionais, esta assimetria também se coloca diante das pesquisas produzidas para a Juventude Rural. Entre os livros publicados, Teses, Dissertações, Monografias, artigos, resumos e demais, o sudeste lidera com folga em todos os cenários, seguido de Sul e Nordeste. Devemos inferir que ser jovem rural nas regiões em que as pesquisas são mais parcas deve ser algo mais invisibilizado ainda.

Estas produções, conforme (Castro, 2009) é fruto de no ano de 2002 a cidade de Porto Alegre ter sediado o Congresso da Associação Latino-americano de Sociologia Rural (ALASRU) e em 2003 ter ocorrido em Belo Horizonte – MG, o encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia. Dois incentivos à produção acadêmica. O Distrito Federal se desponta com cinco livros escritos, somente perdendo para o sudeste que apresenta sete, muito por conta de os livros serem publicados em eventos que ocorreram no DF. O nordeste apresentou somente um livro escrito, até tal data. Dentro da região nordeste, destaque merece ainda para as Universidades Federais do Ceará e da Paraíba cada uma com quatro trabalhos produzidos. Releva ainda o fato de nenhuma universidade baiana ter produção. O que contribui também para o lugar diminuto que a juventude baiana logrou diante das políticas públicas quanto a área de concentração. A maioria das pesquisas sobre a juventude rural se centraram principalmente nas áreas de educação e sociologia.

### **3.4 OUTRAS IDIOSINCRASIAS DA JUVENTUDE RURAL**

Quando se é criança se está sob a tutela familiar. A passagem para outra dimensão etária acarreta entre a juventude rural uma sensação de pertencer ao não lugar. Pois, como a juventude rural ainda não se categoriza (de direito) no campo, este experimento etário causa indefinições enquanto colocação interna psicológica e classificação social destes e destas “meninos/as”.

Esta (in) classificação tem provocado entre a juventude uma corrida mais rápida a procura de relações conjugais. É natural no campo, ainda hoje, as pessoas se casarem mesmo antes dos dezoito anos. Pois, o casamento marca a constituição de um sujeito social com lugar de fala. Tanto para o homem – que passa a ser chefe de família e, com isso, ‘mais’ respeitado, e para as meninas, que passam a fazer parte do seletivo grupo de mães de família: “Comadres”. A distinção entre casados e não casados está na base das representações sociais da juventude, (Wanderley 2007).

Outro demarcador da juventude rural são as habitações distanciadas, o que provoca mais dispersão para as relações de amizade e outras formas de relacionamentos em relação ao uso do tempo livre, poucos serviços (às vezes nenhum), o que provoca dependência da sede do município e de outros municípios, inclusive, serviços sociais quase que inexistentes – saneamento é um exemplo- bem como as escolas de ensino fundamental dois e médio e outros. A remuneração planejada mensal também se constitui num formador de identidade rural muito forte, dentre outras. Estas questões contribuem para que os/as jovens não construam ideias de continuidade de vida nestes espaços, uma vez que o seu padrão comparativo (jovem urbano) possuem, mesmo que pertencentes à mesma classe social, outras condições de se constituírem sujeitos.

Uma das características marcantes no campo são as famílias numerosas e, junto a este fenômeno as poucas condições de criar. Estas características provocam o fato da sucessão pelas questões objetivas de sobrevivência. A herança, quando se tem, fica limitada a destinação para um dos filhos, que geralmente fica sendo o filho homem, – não necessariamente o/a mais velha/o-. O que contribui também para a saída das filhas do sexo feminino e dos outros irmãos homens. Esta leitura não está apegada à teoria Malthusiana de que o controle de natalidade resolveria a chaga da pobreza. Não se trata disso. O fato de existir dez ou cem empobrecidos não diminui a existência da pobreza, somente diminui o número de empobrecidos e não se soluciona o problema, que está na produção, distribuição e acesso à riqueza.

Há fatores ainda não estudados, mas que a convivência e o empirismo nos mostra, que é a saída dos/as jovens de orientação sexual homo. Este tema ainda é um tabu pouco tratado no meio rural devido à violência, tanto psicológica como a

física, que jovens que se orientam sexualmente homo sofrem. Muitos/as nem sequer migram. São expulsos de casa, pois, para o pai (principalmente o pai, homem, varão) é uma afronta e desprestígio social ter um filho *gay* ou uma filha *lésbica*. Preferem perder o/a filho/a (para sempre) a aceitar a homossexualidade. Assim, muitos/as que se veem nesta orientação também migram para um lugar mais “avançado” em relação às questões de sexualidade.

Outro fator que contribui para a deserção da juventude rural é o não acesso às políticas públicas no campo também se dá devido a inexistência de documentações. Muito jovens, sequer, possuem documentações obrigatórias. Mas, não somente os jovens não possuem, mas também as residências. Muitas famílias não acessam programas habitacionais e de créditos, por exemplo, devido à inexistência de documentos comprobatórios da terra. A chamada segurança jurídica do imóvel rural. O que também contribui para a perpetuação da pobreza e incentivo ao êxodo. O meio rural ainda é o lugar dos desdocumentados.

A certeza do trabalho remunerado e de que ao final do mês o salário estará na conta é um dos atrativos e incentivadores da emigração também. O trabalho braçal no campo, além de muito duro e penoso é muito pouco remunerado e somente se verifica o pagamento quando da safra. Se a safra for “boa”, já que não há planejamento da propriedade, via de regra. Ao cabo a pessoa recebe por seis meses de trabalho (correspondente a uma safra) menos que se ganha num mês em uma atividade remunerada mensalmente. Sem contar que no campo ainda os trabalhos desenvolvidos nas unidades de produção familiar são frutos de conflitos. Uma vez que são os pais (homens) que ficam com o dinheiro quando da venda da safra. Na verdade os trabalhos que os jovens desenvolvem não são vistos como um trabalho, mas como um complemento. E, por consequência em nível de poder, o/as jovem acaba por ser também um complemento político do senhor (pai) adulto.

Há de se levar em consideração, ainda, a imagem que toda a sociedade e a literatura têm construído acerca do campo e que os meios de comunicação explicitam. A ideia de atraso, de lugar de menor valor é quotidianamente utilizada pela mídia. Além disso, Brumer apud Castro (2005: 332) aponta que “a imagem de um jovem desinteressado pelo campo e atraído pela cidade não é nova, faz parte da literatura clássica sobre o campesinato”. (...) “Chamapgne constatou que, ao fazer

sua avaliação do modo de vida urbano, o que os leva a considerar a agricultura de maneira mais negativa do que positiva. Entre os aspectos negativos, eles destacam a ausência de férias, de fins de semanas livres e horários regulares de trabalho”. Percebe-se aí que o Padrão Comparativo do jovem rural é o citadino e tudo o que se desvia do padrão também recebe um convite (oculto ou explícito) para aproximar e afastar-se do destoamento.

As pesquisas sobre a juventude rural tem apontado uma masculinização do campo entre a juventude. Pois, por motivos já mencionados as mulheres saem mais. Ainda vale ressaltar que as mulheres jovens também saem mais em busca de qualificação e estudos. O Estado da Bahia possui 417 municípios. Destes em 391 há entre a juventude rural há mais homens do que mulheres convivendo (IBGE 2010). Ou seja, somente em 26 municípios há mais mulheres do que homens. Já no meio urbano é diferente.

Wanderley aponta que

A emigração de jovens e sua visão relativamente negativa da vida no meio rural revela a existência de uma crise de reprodução social, apontada por (Bourdieu 1989). Ademais o casamento depende da oferta de jovens do próprio meio, sendo raros os casos de jovens citadinas dispostas a casar com agricultores, e o número de moças migrantes é proporcionalmente maior do que o de rapazes, o risco do celibato pode ser um estímulo adicional à migração dos rapazes (Lopes, 2006).

Conclui.

Outro fator que contribui para a saída de jovens do campo é o acesso a terra. Mesmo os jovens que desejam seguir a profissão dos pais e mães não podem ficar por conta de não possuir terras para desenvolver as atividades. Portanto, o não acesso a terra também contribui, enormemente, para diminuir as possibilidades de sucessão rural na Agricultura Familiar e no campo como um todo.

São diversos os empecilhos que são formadores da estrada que o jovem rural necessita de passar para garantir a sua permanência. Somente foram apresentados

alguns. Pois, as chances objetivas de construção de vida no campo atuam de forma a afastar os jovens de perceber no campo um local de possibilidades.

### **3.5 NÚMEROS DE UMA JUVENTUDE ÁVIDA POR POLÍTICAS PÚBLICAS**

Entre os anos de 1950 e o ano de 2000 houve uma mudança considerável na população brasileira quanto ao local de moradia (rural x urbano). Se em 1950 a população rural correspondia a 63,8%, esta população chega aos anos 2000 representando 18,8%. Quanto a juventude rural, somente entre os anos de 1991 e 2000 foi reduzida em 26%. (WEISHEIMER, 2005).

Se em 1950 a população rural representava 33,16 milhões de pessoas no campo. Esta população chega ao ano de 2010 reduzido a 29,8 milhões. Enquanto isso a população urbana que era de 18,78 milhões em 1950, chega em 2010 com 160,9 milhões de pessoas (IBGE – 2010). Nestas análises acerca das saídas das pessoas do campo, em especial a juventude, relevo também merece a leitura acerca dos que ficam. Por que alguns ficam? São os que não conseguem lugar na cidade ou os que optam, de fato pelo campo?

O Censo Demográfico de 2010 aponta que dentre a população brasileira existem mais mulheres (83,63 milhões) do que homens (77,20 milhões) convivendo nas cidades; na área rural há 14,32 milhões de mulheres para 15,51 milhões de homens. (Castro et al, 2013). Estes dados apontam que na área urbana há cerca de seis milhões e quatrocentas mil mulheres a mais do que homens vivendo nas cidades; em contrapartida na área rural aproximadamente um milhão e duzentos mil homens a mais do que mulheres. Estes Censos apontaram ainda que o meio rural concentra o maior número de analfabetos e as menores taxas de estudos em todas as idades. Entre os jovens as mulheres estudam mais do que os homens. No campo 82% das casas é controlada por homens e somente 18% por mulheres; já na área urbana este número é de 36,3% para os domicílios que têm nas mulheres as chefas de família. Quanto aos equipamentos domésticos somente o freezer se figura no campo maior do que nas cidades. Os demais todos existem mais nas cidades. Nas

idades 61,4% possuem redes coletoras de esgoto nas casas; na zona rural este número é de 6,9%. Água encanada na cidade chega a 97% das casas; já na área rural chega a 68%. Na região Sul a água encanada chega a 95,3% dos domicílios e no nordeste chega a 50,4%.

Estes dados demonstram o tamanho do hiato que há entre campo e cidade e também quanto ao desequilíbrio regional que há no país. Aponta ainda o mesmo Censo que em 2006, havia 67% de homens e 33% de mulheres trabalhando na Agricultura,. Estes números chegam a 2009 com 69,3 para homens e 30,7 para mulheres. Demonstram que mesmo com a tentativa de governos progressistas – mesmo que no Reformismo Fraco- não conseguiu ainda repactuar os serviços de ATER prestado no campo. Pois, o mesmo ainda é prestado politicamente para homens a pouco se leva em consideração a dimensão de gênero, mas avanços bastantes já ocorreram a partir das lutas dos movimentos de mulheres. Digo movimento de Mulheres e não Movimentos Sociais, pois em seu seio, os movimentos tem formação machista ainda.

A educação no campo cumpre um papel dubio, mas super necessário para avançar. Muitos jovens frequentam as escolas para se qualificar e sair em busca de trabalhos melhores nas cidades. Outros por não encontrar local de educação formal no campo acabam emigrando pra conseguir estudar. Assim sendo estudam para saírem e saem para estudar. Muitas jovens mulheres saem para romper o ciclo de *Vida Maria* (repetição da vida que a mãe, avó e outras ancestralidades tiveram) neste espaço. – referência a um documentário sobre a incapacidade de mudança na vida das mulheres rurais -. Não ter somente o casamento enquanto uma possibilidade e viver sob o mando de um marido, que a própria relação já se é uma agressão. Além das questões já apontadas o acesso à internet e a segurança pública no campo entram para os atrativos e repulsas de vida no campo atualmente.

### **3.6 AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS OFERTADAS PELOS GOVERNOS PETISTAS EM ÂMBITO FEDERAL**

A partir de diversos diagnósticos produzidos pelos Movimentos Sociais do campo, Universidades e pelo próprio governo, foi orientada uma série de políticas públicas com vistas a diminuir o sofrimento da juventude que vive no campo. Mitigar sofrimento pode arrefecer a adocicar, mas também pode fortalecer para avanços futuros, que é uma das características do reformismo fraco. Logicamente que os governos petistas fazendo parte de uma conjunção de forças, formadas inclusive com setores conservadores do campo, estas ações não conseguem se enquadrar numa ruptura com a ordem estabelecida, mas, trata-se tão somente de ações de conciliação de classes no seio do governo. O escritor André Singer, que foi porta-voz de dois governos do presidente Lula, escreveu o livro *Os Sentidos do Lulismo*, onde ele trata acerca dos percalços e possibilidades que este governo apresenta e, concorda em dizer que nesta conciliação de classes os governos orientados pelo *Lulismo* (Lula e Dilma), com reverberações nos Estados, inclusive na Bahia, são governos orientação pelo Reformismo Fraco. Ou seja, as ações devem durar mais tempo para serem sentidas de fato. Diante do quadro existente o governo elaborou algumas políticas que contribuíram para a permanência de parte dos jovens vivendo no campo. Algumas das ações foram pensadas para todo o campo e assim a juventude foi incluída e algumas foram específicas para a juventude rural. Discorrerei somente acerca de algumas destinadas à juventude rural neste excerto.

*“La invisibilidad es uno de los aspectos más nefastos de la exclusión social, y que a su vez contribuye a perpetuar la exclusión” (Durstun, 1997:07).* Notório pelos pesquisadores, movimentos sociais, pelo governo e pela própria juventude rural como um grave problema que atinge a juventude rural brasileira, o tema da invisibilidade foi tratada pelo governo federal com vistas a construir espaços para a sua existência. Nesta perspectiva foram financiados diversos trabalhos de pesquisas e publicação de livros sobre a juventude rural. Tanto pelo NEAD/MDA diretamente, quanto por algumas universidades parceiras. Um dos livros foi publicado em 2013 com o título: *Juventude Rural, Agricultura Familiar e políticas de acesso à terra no Brasil*.

Ademais das publicações o Governo Federal criou o Programa Nacional de Formação, capacitando mais de 4.000 jovens rurais em todo o Brasil, além de apoio para algumas universidades investirem em formação em diversos Estados do Brasil.

Outra ação desenvolvida foi a criação, - mesmo que com muitas críticas- da DAP Jovem. Pois a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP – Jovem é uma DAP acessória ao da família. Conhecido entre a juventude e por princípio semântico também de DAP – filho. Mas, ainda assim se trata de um avanço nas políticas. Além de a DAP limitar o campo somente à Agricultura Familiar – AF. O governo ainda criou algumas chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER para a juventude rural brasileira. Quanto à organização da juventude rural foi criado no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, um Grupo de Trabalho – GT da Juventude Rural e, conseqüentemente foi criado um Comitê Permanente de Juventude Rural. Devido o acesso a terra ser um dos principais problemas apontado pela juventude rural, o governo criou algumas formas de incentivar o acesso a terra pela juventude. Uma destas linhas está no Programa Nacional da Reforma Agrária – PNRA, onde foi criado, de forma inédita, um percentual para a juventude rural nos lotes. Além do PNRA também há dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF a linha Nossa Primeira Terra, destinado a jovens rurais.

Houve ainda investimentos na agenda internacional e a participação da juventude rural na Rede de Agricultura Familiar – REAF, no MERCOSUL. Outro espaço em que a juventude rural se figurou, inclusive elegendo as principais propostas foram as três conferências de juventude que ocorreram no Brasil. Destacando-se pela eleição das principais propostas. Na última, ocorrida em 2015 houve a realização de diversas conferências territoriais e estaduais de Juventude Rural. Somente no Estado da Bahia, Estado em que ocorreu uma das Conferências Estaduais, foram mobilizados todos os 27 territórios de identidade, que realizaram conferências territoriais de juventude rural, que culminou com a realização da Conferência Estadual de Juventude Rural em outubro de 2015, mobilizando mais de dois mil jovens rurais na Bahia ao todo. Com incentivo ainda a organização juvenil foram criadas Câmaras de Juventude em diversos territórios de identidade no Brasil e a juventude rural é uma das protagonistas. Até devido o fato de a abordagem territorial surgir no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Foi também construído um Plano Nacional de Juventude, onde há propostas para a Juventude Rural, bem como no Estatuto da Juventude e também há participação de jovens rurais no âmbito do Conselho Nacional de Juventude –

CONJUVE. Algo inédito para a política de juventude rural no Brasil foi à criação coletiva do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural no ano de 2015. O que incentivou a criação de Planos Estaduais, inclusive no Estado da Bahia. Outras ações ocorreram que fortaleceram as políticas para a juventude ainda. O programa Arca das Letras, O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, onde foi criado a compra de 30%, no mínimo, pela Agricultura Familiar; O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; A Agenda de Trabalho Decente, que combate o trabalho análogo à escravidão, que ocorre de forma mais forte no meio rural, dentre outras ações correlatas.

### **3.7 A JUVENTUDE RURAL NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO**

O meio rural brasileiro tem um histórico de mobilização da juventude rural na militância. Destaque merece as juventudes organizadas pelas CEBs da Igreja Católica, a exemplo da JAC durante o século passado e mais atual a organização da PJR. A partir do já construído ganhou força no seio dos Movimentos Sociais do campo. Pois passou a se figurar de forma mais forte nas plataformas anuais de negociações com o governo. Ressaltar merece que ainda a agenda da juventude carece de melhorias nas propostas, porque ainda forma parte, de forma mais visível nas propostas, para a realização de eventos e com solicitações que acabam por não serem sustentáveis em longo prazo. Outro fator que deve ser levado em consideração ainda é a defesa da pauta mais genérica do movimento e a secundarização da agenda da Juventude no âmbito geral dos movimentos. Não que devesse ser diferente, mas a dimensão da categoria juventude necessita de ser revisitada e investida para contribuir com a autonomia da juventude rural nos mesmos e assim poder fortalecer a o movimento como um todo. Basta somente ver o número de jovens que fazem parte das diretorias das entidades e também os valores dos investimentos anuais estratificados por idade nestes. Muito diminuto ainda. E, quando faz parte ocupam as pastas de prestígio menor.

Vale também destacar que nas pautas reivindicatórias a juventude rural geralmente se apresenta para os governos na perspectiva de realizar eventos e não

em propostas mais estruturantes, devido o fato de se entender que a família acessando a política os jovens também por consequência já acessa. Mas, esta postura faz parte de algo de outra natureza, se trata do preconceito geracional em compreender que a juventude não necessita de políticas mais estruturadas e que também somente é uma fase de transição.

### **3.8 A JUVENTUDE RURAL NO PT**

Outro espaço em que urge outra leitura sobre a juventude rural é dentro do Partido dos Trabalhadores – PT. Se a própria juventude carece de ampliar seus espaços de participação, a juventude rural precisa de entrar, pelo menos na agenda. Nos encontros da JPT, nas formulações e demais publicações construídas pela Juventude do Partido dos Trabalhadores – JPT a juventude rural é uma mera invisível. Até quando se cria espaço para o tema não há participantes.

A título explicativo, entre os dias 30 de maio e 1º de junho de 2015 o município de Guarulhos – SP sediou o Festival de Política, Arte e Cultura da JPT. Neste encontro houve algumas mesas de debate, entre elas uma da juventude rural, que numa atividade nacional da Juventude do PT conseguiu somar sete pessoas no espaço. Isso ocorre devido ao caráter organizativo da JPT que é muito ligado às universidades e com ações muito ligadas à cultura citadina, alijando a juventude rural do processo. Ação que prejudica bastante a organização do partido no meio rural brasileiro e demonstra que as relações parecem ser inexistentes com a juventude rural organizada em torno do partido.

Imperioso se faz outras leituras, posições e formação para que a JPT consiga dialogar com melhor estratégia com a juventude rural do partido e avançar também para a conquista destes para compor o projeto do partido, caso haja na proposta de crescimento e manutenção do partido o diálogo com este público. Pois, o que se percebe ainda dentro do espectro da juventude do PT é uma relação positivista em que à Juventude rural é tida como quem pode ter a condição de executar e,

majoritariamente nos tempos de campanha e não fazem parte do grupo que pensa o partido.

### **3.9 JOVEM RURAL PARA ALÉM DELE MESMO**

Conforme já vimos a partir de diversos teóricos, movimentos e ações de governos, a proposta de ações de políticas para a juventude rural deve partir da premissa de que este é um sujeito holístico. Assim, combater o cartesianismo que paira nas propostas para este segmento deve ser uma constante. O fato de as políticas serem específicas jamais pode tirar o jovem rural de ser beneficiário em todas as políticas apresentadas pelos governos.

Priorizar toda a família para a confecção e oferta de políticas deve ser um princípio da gestão. O/a jovem rural não existe sozinho, mas num seio familiar e deve ser observado como se dá as relações dele no todo do espaço geopolítico que ele/a vive. As vezes quando a política é somente focada acaba por chegar ao jovem rural, mas não combate e nem diminui a emigração. É imperioso que se compreenda que não são as políticas focadas que conseguem melhorar a vida das pessoas e construir reposicionamentos sociais, mas servem tão somente para caráter emergências. As ações devem ser pensadas a partir das políticas universais.

Outras ações que devem e necessitam de serem pensadas são ações que dotem de infraestrutura o campo como um todo e, que compreenda que possibilitar o campo de estrutura não deve ser acompanhada da qualificar o perímetro para ser considerado um perímetro urbano. Algo que ocorrem bastante e é muito equivocado.

Estas, dentre tantas outras ações contribuem para a construção deste sujeito complexo, que mantém relações diversas com o meio urbano, por exemplo, que não compreende somente o rural como o agrícola. Esta *nova ruralidade* que compreende estas fronteiras a partir de pontes caracteriza estes “novos” sujeitos como jovens “*rurbanos*”, que necessitam dos serviços que de tão somente ocorrer no perímetro urbano – mesmo sendo direito de todo o município, ficaram conhecidos

como serviços urbanos- para valorizar mais o rural. Assim com estrutura necessária teríamos um rural com mais qualidade de vida.

### **3.10 JUVENTUDE RURAL: DIFERENÇAS E DESIGUALDADES**

*“Lutar pela igualdade desde que a diferença nos inferiorize. Lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize”,* assim propala Boaventura de Souza Santos.

Diferença não é desigualdade. Diferenças são de gênero, orientação sexual, raça e etnia, físicas, cognitivas etc.. Estas diferenças provocam, orientadas pelas discriminações, as desigualdades. De renda, escolaridade e local de moradia. Assim, mister se faz compreender que a juventude rural é diferente da juventude urbana, mas que as desigualdades que há, com semelhanças etárias, pelo menos, na oferta e acesso das políticas públicas, tendo estes dois públicos, são frutos de concepções fomentadoras de desigualdades. Ações que não é somente preconceituosa com a juventude, mas com todos os segmentos, em que, a juventude acaba por sofrer mais por conta de sua maior vulnerabilidade.

Algumas expressões da juventude rural que a caracteriza nesta *“rubarnidade”* são uso de algumas características que era tida como conduta urbana. O uso de *piercing*, brincos, tatuagens e as expressões de maior liberdade e dialogo com pais e mães, menos subalternizados, são expressões que povoou mais as mentes das cidades do que as dos jovens do campo. Este advento chegou ao campo junto a esta nova relação da juventude com a família e aproximação maior com o pensamento político urbano e com o aumento no grau de escolaridade. Encontra-se muitos jovens com terceiro grau, especialistas e metrado, inclusive, convivendo no campo. (IPEA, 2016).

Assim sendo, o alargamento acerca do pensamento, fomento e oferta de políticas para este público rural necessita deste olhar em que os limites de perímetros devem ser visto, mais do que nunca, como pontes. E, perceber que a rede mundial de computadores criou outra forma de constituição geracional.

Portanto, dentre outras formas de aproximação das ideias entre a juventude rural com a juventude citadina se figura como um dos maiores responsáveis pela difusão cultural e acesso ao poder a conflagração de uma plataforma comum. Do que é comumente conhecido como pacto geracional.

### **3.11 O DIALOGO DA PERMANENCIA EM MEIO AO ESCARCEL DO EXÔDO.**

Ao conquistar espaço na agenda pública nacional, ainda que espaço limitado, as abordagens sobre juventude rural avançam para outras vertentes dialógicas. Conforme já observados elas sempre se centravam no estudo acerca do êxodo, pobreza e mazelas que acometem o campo. Mas, dentre estes, a emigração sempre se destacou. No entanto, no ano de 2015, o – IPEA avança numa publicação que aponta não a saída, mas a permanência dos jovens no campo. A partir de análises entre as pessoas que ficam no campo após a fase juvenil.

O estudo aponta informações já conhecidas acerca do estigma de inferioridade no campo e da arbitrariedade nos padrões definidores sobre o que é campo e cidade. Assim, campo sempre é o lugar em que deve faltar os equipamentos públicos. Caso haja a instalação de algum equipamento já se “eleva” aquele espaço à categoria de cidade. Assim sendo, a população rural diminui mesmo que não saia ninguém daquele espaço, mas somente cheguem as políticas públicas. O que deveria chegar para positivar e fortalecer o espaço geopolítico tem atuações ao contrário. Dentre as explicações para isso – além do estigma do campo enquanto lugar empobrecido- está a guerra fiscal entre município e união. Pois, nas áreas rurais o imposto cobrado – cobrar deve ser um eufemismo diante do valor irregular que se cobra no ITR- em frente ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU. O ITR é federal e o IPTU é municipal. Logo, ao transformar um espaço em perímetro urbano, devido somente a colocação de paralelepípedos, - ação que é aprovada pela câmara de vereadores- a prefeitura aumenta também a sua capacidade arrecadatória.

Sendo assim, nesta dicotomia campo versus *cidade*, o rural geralmente aparece como símbolo do atraso; a cidade, ao contrario, o lugar do moderno, o lugar para onde os jovens *naturalmente* querem ir. No senso comum, constrói-se, assim, a ideia de que permanecem no campo apenas aqueles que não tiveram “oportunidade” de migrar, aqueles “que não tem jeito para os estudos”, ou os “menos capacitados” a uma vida urbana. Em outras palavras, o êxodo é *banalizado* e *naturalizado*; a redução da população rural é vista como sinal de progresso. (IPEA, 2016)

Ou seja, a ausência do Estado justifica o campo. Se o Estado chega deve deixar de ser campo. O Estado é a negação do campo.

Este estudo do IPEA vem na contramão dos estudos até então fomentados.

“*por que os jovens permanecem no meio rural?* Ao invés da tradicional pergunta *por que os jovens saem do meio rural?*” esta segunda pergunta, inclusive, faz parte da semântica do primeiro livro sobre juventude rural, que é um do mais conhecidos, cujo título é: *Os jovens rurais estão indo embora?* (Elisa Guaraná et al)

Um paradoxo aflora diante da luta pelas políticas públicas. O estudo aponta que onde a agricultura familiar é melhor sucedida, a migração é mais forte. Quiçá o paradoxo esteja na permanência destes no local e o local é que sai de si. Quer dizer, o local que era rural passa a ser considerado o perímetro urbano. Mas, também, pode ocorrer de muitos destes jovens saírem por perceberem novas perspectivas com a vida na cidade. Muitos podem sair também para ganhar dinheiro e depois voltar para o campo, comprar uma propriedade e construir alternativas.

Ressaltar merece o fato de que as políticas implementadas a partir do *Lulismo* contribuíram para a constituição da juventude enquanto um sujeito social. Ainda aponta-se que pouco se sabe acerca da juventude rural brasileira. Este estudo do IPEA com esta roupagem se trata de um projeto piloto. E, mesmo assim, todos os anteriores a estes (com outra perspectiva) e este também atuam somente com a juventude rural “organizada”.

O ano de 1970 marca o ponto máximo que a população rural já atingiu. Somava naquele tempo 41 milhões de habitantes. Já o Censo de 1980 marca pela primeira vez o decréscimo da população rural. Como a partir de 1980 a população rural começou a cair a ideia do “Fim do rural” reverberou fortemente em todos os âmbitos da sociedade.

Os estudos sobre Nova ruralidade e a partir de conjugação de três critérios oficiais – demográfico, ocupacional e de densidade, Valadares (2014) reclassifica a população rural que passaria a totalizar 43,1 milhões de pessoas ou seja, 14 milhões de pessoas a mais do que os dados oficiais que o IBGE possui.

O estudo aponta três fatores que são determinantes para as variações verificadas na população rural. Crescimento vegetativo influencia das migrações e reclassificação dos perímetros.

Para a realização da pesquisa o IPEA analisou o contingente populacional por meio de coortes. Comparando, por exemplo, o número de pessoas que tinham entre 15 e 29 anos na década de 1980 com o número de pessoas que na década de 1991 (onze anos após) possuíam entre 26 e 40 anos; com o número de pessoas que tinham entre 35 e 49 anos no Censo de 2000 (nove anos depois) com o número de pessoas que tinham entre 40 e 45 anos no Censo de 2010. Assim foi possível perceber as taxas de permanência em frente ao Censo anterior da coorte jovens com o “censo de origem” em 1980.

Logicamente que esta metodologia não consegue dar conta de alguns fatores indesejáveis. Tipo pirâmide etária e crescimento vegetativo. Pode se conseguir aferir – com mais trabalho- o efeito da ampliação do perímetro urbano sobre o rural, além da taxa de mortalidade.

Desde o ano de 1980 até o ano de 2016 é possível a percepção de aumento da permanência juvenil no campo em todos os Censos realizados. Sendo que o recorte entre 1991 e 2010 é o que apresenta maior taxa. Sendo entre 2000 e 2010 entre 15 a 19 anos de 65,66%; 20 a 24 76,53% e 25 a 29 84,29%.

Este período de 2000 a 2010 que é o mais vultoso é muito por conta dos investimentos promovidos pelo governo federal no campo brasileiro com a chegada

do *Lulismo*. As diferenças entre as taxas de permanência da juventude rural no campo por censo de origem foram:

| Coorte          | 1991 - 2000 | 2000 – 2010 |
|-----------------|-------------|-------------|
| De 15 a 19 anos | + 0,66      | + 4,4       |
| De 20 a 24 anos | + 1,95      | + 7,01      |
| De 25 a 29 anos | + 0,86      | + 8,67      |

O estudo aponta ainda uma reversão no processo de masculinização do campo a partir da taxa de permanência das mulheres. Entre 15 e 25 anos as taxas de permanência das mulheres já são próximas às dos homens. Tendência que aponta para uma reversão na mesma.

| <b>Censo de Origem</b> |             |             |             |             |
|------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
|                        | Homens      |             | Mulheres    |             |
| Coorte                 | 1991 - 2000 | 2000 – 2010 | 1991 - 2000 | 2000 – 2010 |
| De 15 a 19 anos        | + 0,12      | + 4,18      | +1,53       | +4,65       |
| De 20 a 24 anos        | + 0,98      | + 6,36      | +3,01       | +7,77       |
| De 25 a 29 anos        | + 1,12      | + 8,15      | +0,56       | +9,25       |

Os autores apontam que:

O aumento das taxas de permanência no campo é um achado importante, pois aponta para a possibilidade de reversão ou, pelo menos, atenuação, da tendência de masculinização do campo. Ainda não há comprovação científica, mas pode ser por conta de atividades rurais e não agrícolas no campo, que teve aumento substantivo

a partir de investimentos no campo para além da Agricultura Familiar. (IPEA 2016)

Esta pesquisa aponta um achado importante na abordagem acerca da juventude rural, Não se trata somente dos números, mas da própria orientação e abordagem, pois situa a juventude num campo político mais propositivo que as premissas mais hecatômicas. Desta forma, pode estar se abrindo um novo leque orientador das pesquisas e ações de políticas públicas para o público rural juvenil brasileiro.

### **3.12 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE RURAL NA BAHIA**

O Estado da Bahia possui mais de 700 mil agricultores familiares. Junto a isso também hospeda em sua história grande tradição de movimentos sociais e populares e lutas em defesa dos direitos. Nestes espaços históricos de lutas a juventude sempre se fez presente como ator principal. O rural baiano também faz parte das resistências baianas. Movimentos como a PJR, o MST, CETA, MLT, FETAG, FETRAF, CRJPS e outros se figuram entre os tantos que fazem a luta de defesa do meio rural e da juventude baiana além das formulações de partidos políticos com tradição de esquerda. Com mais destaque para o PT e o PC do B. As agendas produzidas na Bahia para o campo e para o rural passaram, majoritariamente, por um destes movimentos ou em agendas conjuntas com todos ou parte deles.

A partir da eleição do governador Jaques Wagner em 2006 e a assunção em 2007 do Palácio de Ondina (sede do governador da Bahia) estes movimentos apresentam para o governador uma pauta reprimida de necessidades para a promoção da qualidade de vida no meio rural baiano.

Antes do governador JW existiam algumas ações, mas ainda era parca a participação social na elaboração das políticas e a agenda adotada não era robusta e organizada como foi a partir de 2007. O PJB, por exemplo, teve início no ano de 2005 na gestão do ex-governador Paulo Souto. Desta forma, reconhecer as ações antecessoras contribui para a elaboração de uma nova narrativa com condições da promoção de ações mais exitosas.

No Brasil inicia os anos 2000, mais especificamente a partir de 2003 com ações mais articuladas para a juventude (que também em menor medida contemplou a juventude rural), o Estado da Bahia somente consegue este avanço – com as políticas públicas -a partir do ano de 2007 com a chegada de Jaques Wagner ao governo do Estado.

Mesmo dentro da lógica do pacto conservador com parte da elite agrária baiana, a chegada do PT conseguiu colocar na agenda algumas ações que estavam distante de serem pensadas como prioritárias, dentre estas, a juventude foi uma delas.

Poder-se-ia dizer que a juventude rural tem a possibilidade de entrada na agenda do governo Wagner (PT) por dois caminhos. Um através da – COJUVE e a instituição do Conselho Estadual de Juventude e Plano Estadual de Juventude, que são ações pela via da concepção e entendimento etário ou pela via do desenvolvimento rural, que foi através da criação da SUAF, no âmbito da SEAGRI. Nesta segunda possibilidade é o desenvolvimento rural via agricultura familiar que permitiu que fossem organizadas ações para o público jovem. Claro que muito a partir das pressões dos movimentos sociais do campo baiano. Fruto desta luta foi a contemplação de 15 municípios baianos no Edital do Programa Trilha para a Juventude Rural, que somou R\$ 3.500.000,00 (três milhões e meio de reais).

As ações primeiras na Bahia para a juventude rural não se figura hoje os frutos obtidos pelos investimentos dos primeiros projetos, a exemplo do TRILHA, que investiu o montante supracitado a partir de 33 entidades selecionadas e os projetos acabaram ou não são referências quanto a aplicação dos projetos. No entanto, não é somente o ponto de partida e nem o de chegada que devem ser observado nas ações, mas a travessia também.

Apesar de o programa não apresentar êxito ainda em 2016 é salutar relevar a importância da mobilização destes sujeitos jovens e entidades durante todo o processo. Longe, e bem longe, de desejar que as políticas públicas devam ser laboratórios a partir da aplicação de recursos que não apresentam eficiência, eficácia e efetividade. Não mesmo. Trata-se de reconhecer que a conjuntura existente em que não há instituições de jovens rurais legalizadas, portanto não conseguem acessar recursos do Estado; compreender que ainda a proposta das

políticas para a juventude rural se centra na produção agropecuária, não conseguindo colocar em pauta as atividades rurais e não agrícolas e a juventude não serem as protagonistas na elaboração da proposta dentre outras idiossincrasias da juventude rural foram fatores importantes para colocar em relevo a necessidade da constituição de outra gramática sociopolítica par este público.

### **3.13 DADOS DE UMA BAHIA DADA AO URBANO**

Devido o fato de a Bahia possuir uma costa muito visitada e pujante e o seu litoral ser um dos mais belos do país, além de ter um histórico – acompanhando a tendência brasileira – de os investimentos serem concentrados do litoral e nas cidades o Estado da Bahia conseguiu transformar sua riqueza em desigualdade, pois mais de 80% do PIB baiano está concentrado em seu litoral, em especial, na região metropolitana de Salvador. (BARRETO, 2014).

A chegada de um novo governo no ano de 2007 inaugurou uma nova divisão política do Estado e potencializou investimentos em setores que antes viviam esquecidos. Trata-se de afirmar que o Estado deixou de investir nos lugares tradicionais. Muitos pelo contrário. A coalizão feita para se ganhar as eleições fez com que alguns retrovisores fossem quebrados para a permissão de seguir em frente.

Uma das ações de maior envergadura foi a adoção da divisão territorial do Estado por territórios de identidade. Primeiramente sendo 26 territórios e, a partir dos diálogos com os colegiados compostos, logo após o lançamento foi criado mais um, somando 27, por uma reivindicação dos moradores representados no CODETER. Em cada território foi feito coletivamente um plano de desenvolvimento com o intuito de dinamizar a economia e construir arranjos produtivos locais potencializadores do desenvolvimento do Estado como um todo. Institui-se assim a Política de Desenvolvimento Territorial – PDT.

Nesta nova estrutura politico-administrativa foram constituídos 27 colegiados territoriais e um colegiado estadual de desenvolvimento sustentável. Foi organizado

Plano Plurianual participativo e incentivos à diversas formas de participação e protagonismo social. Nesta estrutura criada, a população do campo teve uma fundamental participação e a juventude também passou a ser visibilizada pelos mesmos, pois foram constituídas câmaras temáticas. Dentre estas, uma foi a de juventude.

As câmaras têm a função de elaborar e propor as políticas para o público e a área específica que representa. Devem ser a expressão endógena que o Colegiado deve se debruçar para a execução. Fazem parte das particularidades locais, pois, podem existir câmara em um dado território e noutra não haver.

### **3.14 BAHIA: DADOS E ACHADOS**

Entre 2000 e 2010 a população da Bahia passou de 13,1 milhões para 14 milhões de pessoas e, conforme Barreto (2014) continua aumentando na cidade. A urbanização chegou a 72,1%, enquanto em 2000 era de 67%. A população rural era de 3,9 milhões em 2010. Neste espaço de 10 anos a população urbana cresceu 1,3 milhão e a população rural decresceu 400 mil pessoas. Destes rurais que decresceram, 136 mil foram de jovens. A cada 40 minutos o rural baiano teve um jovem a menos. A área urbana cresceu geometricamente 2,5 na década de 1990 e 1,4 na década de 2000 a 2010. (...) Neste mesmo período (2000 a 2010) a população rural diminuiu 1% em termos absolutos. No ano de dois mil e dez 466 mil pessoas migraram da Bahia para outros Estados. Destes, 215 mil emigraram para São Paulo e Minas Gerais foi o segundo com cerca de 38 mil pessoas. Sendo que o número de imigrantes foi de 229 mil pessoas a Bahia possuiu um saldo negativo de 237 mil pessoas.

O rendimento médio da população da Bahia aumentou 41,6% em termos reais entre 2003 e 2011, passando de R\$ 623,00 para R\$ 881,00 no período. Na zona urbana cresceu de R\$ 751,00 para R\$ 1.006,00, e na zona rural passou de R\$ 304,00 para R\$ 407,00. Barreto (2014). O que demonstra o nível da pobreza rural na Bahia, um dos motivos da migração juvenil.

Os 10% mais pobres do Estado possuem uma renda média de R\$ 30,00. Somando apenas 0,5% do total da renda, enquanto os 10% mais ricos possuem R\$ 2.995,00 por pessoa, ou seja, 48,1%. Entre 2003 e 2011, segundo a mesma linha do Brasil, houve redução da pobreza, mas muito pouco na participação de renda e na desigualdade. Isto, fruto do modelo de desenvolvimento adotado pelo lulismo no Brasil e na Bahia. A conciliação de classe e o Reformismo Fraco. Fruto disso é que os 10% mais pobres apresentaram crescimento real de quase 200% e os 10% mais ricos um crescimento de 29,8%. Simplificando as somas o que temos: se os mais pobres possuíam R\$ 30,00 foi para R\$ 90,00 e os 10% mais ricos passariam de R\$ 3.000,00 para R\$ 3.900,00.

Na zona urbana, o quantitativo de pessoas em extrema pobreza diminuiu em 739 mil pessoas. Passando de aproximadamente 1,3 milhões para 616 mil de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – (MDS/IBGE, 2011). Desta forma, a taxa de extrema pobreza na zona urbana declina de 15,1% para 5,9% entre 2003 e 2011. Já na zona rural o número de pessoas abaixo da linha da pobreza diminuiu em 583 mil, com uma redução de 32,9% para 22,1%.

### **3.15 A ORIGEM DA DESIGUALDADE SOCIAL E O ACESSO A TERRA**

O Brasil foi primeiramente dividido em capitânicas hereditárias, após foram as sesmarias, origem do latifúndio brasileiro e fruto da herança colonial. No século XIX foi criada a lei de terras no Brasil, ano de 1850. Esta lei definiu que o acesso à terra somente se daria por compra e venda em dinheiro. Como os ex-escravizados, legalmente, poderia ter dinheiro para comprar terras? Somente ficou à disposição a terra para quem possuía dinheiro, ou seja, os escravocratas.

Após muitas lutas, o ano de 1946 traz o debate acerca da função social da terra em seu artigo 147 estabelecendo que “o uso da propriedade está subordinado ao bem estar social”. Esta lei também estabeleceu que nas desapropriações, além de serem prévias, deveriam ser em dinheiro, dificultando a realização da reforma agrária. (BARRETO,2014).

O governo Lula propôs o II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. A proposta era de assentar 400 mil famílias. Somente conseguiu assentar 37% do proposto. No segundo mandato foram ainda piores os índices e no governo Dilma foi a hecatombe. O governo Dilma conseguiu obter dados menores do que os do ex-presidente tucano, de direita e neoliberal, Fernando Henrique Cardoso – FHC. Mas, os melhores dados foram no governo Lula, precisamente no ano de 2005, com 885 assentamentos, seguido por FHC com 758 no ano de 1998.

O Estado da Bahia também constituiu o seu PNRA através do INCRA/BA. No plano da Bahia havia metas para Quilombolas e Fundo e Fecho de Pasto. No Estado existem cerca de 25 mil famílias acampadas à beira da estrada aguardando serem assentadas, conforme o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Vale ressaltar que na Bahia houve avanços significativos durante dez anos dos governos Lula e Dilma. Somente no ano de 2004 foram criados 71 projetos de assentamentos, somando entre 2003 e 2010 289 projetos ao todo.

A Bahia possui cerca de 700 mil unidades de produção da agricultura familiar. Entre 2007 e 2013 foram atendidos 422 mil agricultores familiares, com mais de 791 atividades operacionais. Foram investidos R\$ 117,4 milhões de reais e foi constituída a Rede Baiana de Assistência Técnica, dentre outras ações.

As ações orquestradas para a juventude rural carecem de leitura mais holística acerca do sujeito jovem morador da zona rural. Continua ainda com a essência de que o jovem rural somente deve se enquadrar nas ações de produção, majoritariamente, da Agricultura Familiar e não se conseguiu propor ações mais robustas que conseguisse extrapolar esta ideia. Mas, há de se reconhecer que foi grande avanço devido o que se havia anteriormente.

No Plano Plurianual do 2º governo Jaques Wagner a Juventude já se fez presente enquanto um Programa. Pois, o PPA 2012-2015 foi dividido em 3 eixos. INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS; DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO; GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ESTADO. No eixo 1 havia um programa POLÍTICA PARA A JUVENTUDE Envolve um conjunto articulado de esforços com o objetivo de oferecer políticas públicas que contemplem a juventude nas diversas dimensões sociais, tais

como saúde, educação e inclusão social. Assim, a juventude foi cada vez se fortalecendo mais na gestão do petista.

Ao inovar e realizar o Programa de Governo Participativo – PGP, o então candidato Rui Costa realizou diversas plenárias com segmentos específicos. Dentre estas ocorreu com a Juventude. O PGP também foi estruturado em 3 eixos estratégicos (DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E GESTÃO DEMOCRÁTICA, TRANSPARÊNCIA E EFICIENCIA DO ESTADO) a juventude entrou no eixo do Desenvolvimento Social, capítulo X.

Entre os anos 2007 e 2014, foram realizadas duas conferências estaduais sobre juventude, precedidas de 48 etapas territoriais e 273 conferências municipais, que reuniram mais de 110 mil jovens em toda a Bahia. (PGP – Rui 2014)

O Plano Estadual de Juventude trata a Juventude Rural no eixo da diversidade, junto com gays, lésbicas e travestis, jovens mulheres etc. Esta leitura equivocada se centra no desconhecimento da caracterização do que vem a ser juventude rural. A única oposição possível entre a juventude rural é a juventude urbana. Pois, no campo pode a pessoa ser jovem e ser mulher, gay etc. Não são oposições e, portanto não podem ser compreendido dentro da diversidade. Isso demonstra a pouca estratégia pensada no fomento das políticas. Chamar atenção ainda vale dizer que majoritariamente as propostas para a juventude rural se centra na produtividade e geração de renda – 80% aproximadamente- e poucas de educação. Educação ainda numa perspectiva conservadora, que entende educação do campo somente até o ensino médio.

No PGP, apesar de esforços, somente apareceu para jovens do campo três ações, a saber:

- ⌚ Criação das Casas do Jovem do campo enquanto espaço de formação, lazer e articulação da juventude do campo;
- ⌚ Ampliação das Escolas Famílias Agrícolas e das políticas de assistência técnica;
- ⌚ Linha de crédito específica para jovens agricultores.

Nítidas ficam que foram propostas produzidas por pessoas que conhecem pouco acerca do universo rural e das idiosincrasias da juventude rural. O que esta

juventude tem mais solicitado, a exemplo da internet banda larga, de lazer e culturais, por exemplo. Demonstrando o afastamento que a Juventude partidária que o elaborou ainda tem da juventude rural e suas particularidades.

Estas análises de críticas não têm por premissa desconhecer os avanços que os governos petistas tiveram para a juventude rural. Teve e muito, mas o intuito é de descortinar os passos que devem ser dados para a valorização maior do jovem rural. Pois, se o contexto externo de alianças é complexo e adverso, internamente também o é. A condução da Juventude do Partido dos Trabalhadores somente por jovens ligados às universidades e cidadãos levam estes a defender a ideia de que jovens rurais são o que aparecem nas propostas. Demonstra que a JPT não tem descido às bases e dialogado, com preconceitos diminuídos, com a juventude rural organizada deste Estado. Os debates parecem ficar muito à flor e as propostas que saem possuem muitos generalismos.

### **3.16 REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DO GOVERNO DA BAHIA: MAIS UM PASSO PARA FORTALECER O MEIO RURAL BAIANO**

No ano de 2015 o governador Jaques Wagner em dialogo concertativo com o então governador eleito Rui Costa modificou a estrutura organizacional do Estado criando secretarias e suprimindo outras. Dentre as criadas estava a SDR. Nesta secretaria se situa a CDA;SUAF;CEPEX;CAR; SUTRAG BAHIATER em substituição à EBDA. Um instrumento de grande validade que a SDR inaugurou foi o SETAF e apoio para a Constituição dos SEMAFs. Estes serviços se orientam pelo fortalecimento da relação federativa no Estado da Bahia e a participação efetiva dos agricultores familiares e entidades apoiadoras. Foram criadas, na estrutura desta secretaria quatro assessorias especiais: Mulheres, Educação do Campo, Povos e Comunidades Tradicionais e Juventude Rural. A partir desta assessoria o governo da Bahia inaugurava mais uma etapa de avanços para a política estadual de juventude rural.

Esta assessoria de Juventude, por orientação do gabinete da SDR e do Governo da Bahia, desenvolveu ações de visibilidade da juventude rural. Dentre elas se destaca:

- ⌚ Diagnostico da situação juvenil em demografia na Bahia;
- ⌚ Diálogo de concertação com a juventude rural da Bahia;
- ⌚ Articulação com outras secretarias para o fortalecimento da temática e ações em parceria;
- ⌚ Fortalecimento dos vínculos com prefeituras, mandatos de deputados e com o governo federal na perspectiva de inserção da pauta nas agendas;
- ⌚ Produção literária sobre a juventude rural para consumo interno;
- ⌚ Articulação com entidades de defesa da juventude rural do Estado;
- ⌚ Ações com o Conselho Estadual de Juventude para o fortalecimento do GT de Juventude Rural no mesmo;
- ⌚ Conferências de Juventude rural em todos os 27 territórios
- ⌚ Conferência Estadual de Juventude Rural;
- ⌚ Elaboração do Plano Estadual de Juventude e Sucessão Rural;
- ⌚ Diagnostico e sistematização dos investimentos para a população até 29 anos dentro das políticas das SDR.

Estas e outras ações contribuíram para que a SDR chegasse ao ano de 2016 com um investimento de cerca de 140 milhões de reais em execução e previsão para os próximos cinco anos. Deve-se ressaltar que estes números são possíveis devido a dois projetos grandes, que foram herdados pela SDR e se situa na CAR (Bahia Produtiva e Pró Semiárido). Estes foram forjados desde o governo Jaques Wagner e a execução se inicia já com a SDR.

Um dado que chama à atenção é que a SEI, ligado à Secretaria de Planejamento da Bahia, lançou as informações sociais 2006 – 2014 sobre a juventude e se comprovou que, se em 2010 havia cerca de 1.072.000 jovens rurais, este número chega em 2014 com 891 mil. Mostrando decréscimo na população rural com idade entre 15 e 29 anos, com 182 mil jovens a menos no campo.

Este decréscimo, como já explicado pode ter ocorrido devido o fato de diminuição do campo, mas também é inegável o êxodo que ocorre entre a juventude

baiana. O que orienta políticas com maior oitiva da juventude rural, inclusive, a que não se organiza no seio dos movimentos tradicionais existentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos desafios colocados, avanços conquistados e gargalos percebidos, o Governo do Estado da Bahia deve orientar o seu desenvolvimento, principalmente o rural, levando em consideração o histórico da juventude rural e sua contribuição para o êxito das políticas públicas.

Diante das investigações feitas, observações, análises sobre linhas de desenvolvimento e da participação da juventude rural no acesso às políticas fomentadas pelo Estado, este estudo orienta algumas possibilidades para a inclusão, mais efetiva, da Juventude Rural na gramática de Desenvolvimento do Estado devem possuir algumas prioridades, a saber:

- ⌚ Construção de uma agenda pactuada para a juventude rural do Estado;
- ⌚ Estudos para a compreensão do Reformismo Fraco e adoção de um modelo mais nítido para os operadores das políticas públicas a partir de formação constante;
- ⌚ Formação para a juventude partidária compreender o significado do partido e o que significa ser jovem rural;
- ⌚ Fortalecer as câmaras de juventude nos territórios de identidade da Bahia;
- ⌚ Combate constante a invisibilidade e uma agenda de comunicação contra hegemônica para divulgação em todo o Estado;
- ⌚ Criação de programas em cada secretaria para a juventude rural sob uma coordenação sistêmica centralizada.

Além destas considerações outras também devem ser observadas para que a pauta seja mais incorporada pelo governo do Estado. Pois, conforme observado durante os governos petistas, mesmo apresentando dificuldades apontam avanços importantes. Assim sendo, será apresentada uma proposta de Projeto de Lei para uma possível futura **Política Estadual para a Juventude Rural no Estado da Bahia**:



## REFERÊNCIAS.

ABRAMO, Helena Wendel, BRANCO, Pedro Paulo Martoni [et. Al]. **Retrato da Juventude Brasileira: Análise de uma pesquisa nacional.** 3ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia, LEON, Alessandro de. **Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas de juventudes.** Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE. São Paulo, 2007.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Mostra Jovem! Rompendo invisibilidades.** Governo federal, Brasília, 2010.

ALBURQUERQUE, Emilly Silva de, **Políticas Sociais e Planejamento para a Juventude: atuação da sociedade civil no empreendedorismo rural.** 52º Congresso, Goiânia – GO, 2014, SOBER.

ALMEIDA, Jorge, **Marketing político, Hegemonia e Contra-hegemonia.** Fundação Perseu Abramo; Xamã, São Pulo, 2002.

ALVES, Giovanni. **Neodesenvolvimentismo e Estado e Estado neoliberal no Brasil.** Boitempo2013.

ANJOS, Jocivaldo Bispo da Conceição. **Políticas públicas para a juventude rural: a gestão de um problema ou um problema de gestão? Análise sobre os investimentos para a juventude rural brasileira através de programas entre o ano de 2003 e 2013.** São Paulo, 2014.

ARABE, Carlos Henrique Goulart. **A inserção do tema agrário nas estratégias de desenvolvimento.** Brasília, MDA/NEAD, 2008.

ARAUJO, Tarcísio Patrício de. **Feiras Agroecológicas: institucionalidade, organização e importância para a composição da renda do agricultor familiar.** Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

AZEVEDO, Fábio Polácio de, **Juventude, cultura e políticas públicas: intervenções apresentadas no seminário teórico-prático do Centro de Estudos e Memória da Juventude.** São Paulo: Anita Garibaldi. 2005.

BAHIA, **Cartilha para Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável.** Salvador, 2013.

\_\_\_\_\_. **Considerações sobre a pobreza na Bahia: Tendências e estimativas de efeitos de política de transferência direta.** Salvador – BA, 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 8.487 de 11 de abril de 2003.** Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. Salvador – BA, 2003. CEDRS.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.361 de 17 de novembro de 2011 – Plano Estadual de Juventude.** Salvador - BA, 2010.

\_\_\_\_\_.**Lei Nº 13214 de 29/12/2014. Política Estadual de Desenvolvimento Territorial.** Salvador, 2014.

\_\_\_\_\_.Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais.**Revista Análise & Dados:** Agricultura Familiar.v.1, Salvador – BA, 2014.

\_\_\_\_\_.Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais.**Revista Análise & Dados.** Juventude: questões contemporâneas.Salvador – BA, v. 20, n. 4, 2010

\_\_\_\_\_.**Lei 12.910 de 11 de outubro de 2013 -Regularização de terras públicas estaduais.** Salvador, 2013.

\_\_\_\_\_.**Lei nº 13.452 de 06 de novembro de 2015 – Criação do Conselho Estadual de Juventude.** Salvador, 2015.

\_\_\_\_\_.**Lei nº 9.511/2005 – Programa Jovens Baianos.** Salvador – BA, 2005.

\_\_\_\_\_.**Orientações para a construção do PPA Participativo da Bahia, 2016 – 2019.** Salvador, 2015.

\_\_\_\_\_.**Plano Estadual de Juventude.** SERIN, Salvador, 2010.

\_\_\_\_\_.**Plano Plurianual 2004 – 2007.** Salvador, 2004.

\_\_\_\_\_.**Plano Plurianual 2012 – 2015.** A Bahia de Todos nós na Mesma Direção. 2015.

\_\_\_\_\_.**Prioridades Territoriais da 2ª Conferência Estadual de Juventude da Bahia.** Salvador, 2008, SERIN.

\_\_\_\_\_.**Programa Estadual de Inclusão Socioproductiva – Vida Melhor.** Salvador, 2015.

\_\_\_\_\_.**Relatório final do Grupo de Trabalho de Juventude.** Secretaria de Relações Institucionais, Salvador – BA, 2008.

\_\_\_\_\_.**Resolução CEE Nº 103, de 28 de setembro de 2015.** Conselho Estadual de Educação. Salvador – BA, 2015.

BALDIJÃO, Carlos Eduardo. **A educação no Governo Lula.** Fundação Perseu Abramo São Pulo, 2011.

BARRETO, Ranieri Muricy, org.**Bahia 2000 – 2013.** Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2014.

BATISTA, Paulo Nogueira, **A visão neoliberal dos problemas latino-americanos.** São Paulo: Terra e Paz, 1994.

BAUNAIN, Antônio Márcio. **Agricultura Familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável:** questões para debate.IICA, Brasília, 2006.

BAVA, Sívio Caccia, **A taxa básica de juros é uma anomalia:** <https://goo.gl/HOf9Wg> Acessado em 30 de julho de 2015.

Boletim PNAD [recurso eletrônico] / **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.** V1, n1, (2014), Salvador, SEI, 2014.

BONAPARTE, Napoleão I. (tradução de SIMÕES, Julia da Rosa). **Manual do líder.** Porto Alegre, 2012.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais.** Parábola Editorial. São Paulo, 2011.

BOURDIEAU, Pierre. **A juventude é apenas uma palavra.** Disponível em: <https://goo.gl/RMyXU1> Acessado em 10 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal.** Tradução Lucy Magalhaes, Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. **La \_\_\_\_\_ distinción.** <http://biblioteca.udgvirtual.udg.mx/eureka/pudgvirtual/Bourdieu2.pdf>. Acessado em 20 de setembro de 2015.

BRASIL, **Caderno de Concepção Juventudes e Adolescências, Serviço Socioeducativo de Proteção Social Básica. PROJovem Adolescente.** Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008.

\_\_\_\_\_. **Caderno de Metodologia e propostas da 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE.** Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, Secretaria Nacional de Juventude – SNJ Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Senado Federal, Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. **Documento de Referência para a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – 2ª CNDRSS.** Brasília – DF, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF 2013.

\_\_\_\_\_. **Guia do Participante da Etapa nacional da 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE.** Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural.** Brasília – DF, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA 2016.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Educação do Campo – PROCAMPO.** Documento orientador. Brasília, Ministério da Educação – Governo Federal 2013.

\_\_\_\_\_. **Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003 – 2010.** Brasília, 2010. SNJ.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Transição.** Assessoria de Juventude. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA 2013.

\_\_\_\_\_. **Revista Juventude e Meio Ambiente. Territórios: espaços para o exercício da cidadania da juventude.** 1ª Edição. Ministério do Meio Ambiente – MMA, Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. **Revista Políticas Estaduais para a juventude na Bahia.** Câmara dos Deputados Mandato do Deputado Zezeu Ribeiro – PT-BA, Salvador, 2013.

\_\_\_\_\_. **Institucionalidade e Protagonismo Político: os 10 anos do CONDRAF.** Brasília – DF, 2010.

\_\_\_\_\_. **2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – 2ª CNATER. Documento orientador.** Brasília – DF, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CONDRAF 2015.

\_\_\_\_\_. **Comissão Especial Destinada a Acompanhar e Estudar Propostas de Políticas Públicas para a Juventude. Relatório Preliminar.** Brasília – DF, Câmara dos Deputados, 2004.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 7.352 Política Estadual de Educação do Campo e o Programa nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.** DOU, Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Juventude.** Brasília – DF, SNJ, 2014.

\_\_\_\_\_. **Guia de Conselhos de Juventude.** Brasília, Secretaria Geral da Presidência 2015.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica Programa Estação juventude 2013/2014.** Brasília, Presidência da República 2013.

\_\_\_\_\_. **Brasil Rural em debate: coletânea de artigos/ coord. De Nelson Giordano Delgado.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2010.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – PNDRSS.** CONDRF, Brasília-DF, Ministério do Desenvolvimento Agrário 2013.

CARNEIRO, Maria José, CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude Rural em perspectiva.** Mauad X, Rio de Janeiro, 2007 CARVALHO, Horácio Martins. **Lutas Sociais do Campesinato na Contemporaneidade no Brasil.** <https://www.ecodebate.com.br/2015/08/10/lutas-sociais-do-campesinato-na-contemporaneidade-no-brasil-artigo-de-horacio-martins-de-carvalho/>. Curitiba, 2015. Acessado em 28 de janeiro de 2016.

CARNEIRO, Maria José, MALUF, Renato S. (orgs.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar.** MAUAD, Rio de Janeiro, 2003.

xCASTRO Jorge Abrahão de; AQUINO Luseni [orgs]. **Juventude e políticas sociais do Brasil**. Brasília, IPEA 2008.

CASTRO, Antônio Maria Gomes de... [et al.]. **Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso à terra no Brasil**. Brasília, Ministério do desenvolvimento Agrário, 2013.

CASTRO, Elisa Guaraná de... [et al.]. **Os Jovens rurais estão indo embora? : juventude rural e a construção de um ator político**. Mauad X; Soropédica, Rio de Janeiro – RJ, 2009.

CASTRO, Mary Garcia, ABRAMOVAY, Miriam. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1º Conferência nacional de Políticas Públicas de Juventude; resumo executivo**. Brasília: RITLA, 2009.

CASTRO. Mauricio Barros de, STEPHAN, Gustavo. **Juventudes Rurais: cultura e desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Instituto Souza Cruz, 2007. Revista Juventude.br **As várias formas de mudar o Brasil: A Juventude Conquista seus direitos**. Brasília, 2015.

**Censo 2000**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

COSTA, Greiner e DAGNINO, Renato. Orgs. **Gestão Estratégica em Políticas Públicas**. Campinas – SP: Alínea, 2013.

CRUZ, Danilo Uzêda da. **Estado, desenvolvimento e política pública: espaços participativos na gestão dos territórios de identidade da Bahia**. EGBA, Salvador – BA, 2015.

Departamento intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD. **Estatística do meio rural 2010-2011**. 4. Ed. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. DRUMMOND, Carlos. **Sonegação de impostos é sete vezes maior que a corrupção**. <http://www.cartacapital.com.br/economia/sonegacao-de-impostos-e-sete-vezes-maior-que-a-corrupcao-9109.html>. Acessado em 30 de julho de 2015.

DOWBOR, Ladislau, POCHMANN, Márcio (orgs). **Políticas para o desenvolvimento local**. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2008.

DOWBOR, Ladislau. **Os estranhos caminhos do nosso dinheiro**. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2013.

DUARTE, Neide. **Frutos do Brasil: Histórias de Mobilização juvenil**. Aracati. Brasília – DF, 2006.

ECHEVERRI, Rafael. **Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável**. (Tradução de Dalton Guimarães). IICA, Brasília – DF, 2005.

ELIAS, Bruno, CESAR Rodrigo. **O PT E A JUVENTUDE. A esperança em construção** - São Paulo: Página 13, 2015. FASE, Solidariedade e Educação. **Revista**

**de Sistematização “Jovens Gerando Renda na Agricultura Familiar”**. Salvador, 2015.

Estudos e pesquisas nº 74. **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro**. DIEESE, São Paulo, 2014.

Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG – BA. **Carta da Juventude Rural Baiana**. Salvador, 2014.

Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF – BA. **Pauta de Reivindicações**. Salvador, 2015.

FIORI, José Luís. **Olhando para a esquerda**. Rio de Janeiro, 2006.

FORASTIERI, André. **Conheça os super-ricos brasileiros – e saiba como você financia a fortuna deles (Como diminuir a desigualdade, parte 1)**. <http://noticias.r7.com/blogs/andre-forastieri/2015/08/28/conheca-os-super-ricos-brasileiros-e-saiba-como-voce-financia-a-fortuna-deles-como-diminuir-a-desigualdade-parte-1/>. Acessado em 10 de janeiro de 2016.

FREITAS, Felipe da Silva. **Juventude negra: qual é mesmo a diferença?** Agenda Juventude Brasil, Brasília, 2016.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO/ FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT (ORGS). **Classes? Que classes?** São Paulo: FPA/FES, 2014.

GARCIA, Marco Aurélio, **Balanco da era FHC**, Partido dos Trabalhadores, Teoria e Debate, <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/balanco-da-era-fhc> Acessado em 13 de junho de 2015. São Paulo, 2002.

GIANNOTTI, Vito. **Comunicação para a disputa de hegemonia**. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2014. Governo da Bahia. **Agricultura Familiar na Bahia: Da Assistência Técnica à Comercialização, Plano Safra 2014-2015**. Salvador, 2014.

Guia do Participante **Festival de Política, Arte e Cultura da JPT**. Guarulhos - SP, 2014.

HASSEGAWA, Welliton Rezende. **Educação do campo, Educação Profissional e Tecnológica na Bahia**. Subsídio ao Seminário Estadual de Educação do Campo e Ensino Profissionalizante, Salvador, 2015.

HEINEN, Milton Inácio. **Direitos e obrigações do empregado rural: manual de orientações para dirigentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais**, 2. ed. Brasília –DF, CONTAG, 2013.

HEREDIA, Beatriz. **Análise dos impactos da reforma agraria no Brasil**. NEAD, Brasília – DF, 2004.

IICA. Anais do I Fórum. **Território, Desenvolvimento Rural e Democracia**. IICA, Fortaleza, Ceará, 2003.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da federação e a situação do domicílio 1960/2010.** <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acessado em 13 de julho de 2016.

Instituto Souza Cruz. **Conexões Rurais: Mapeando as boas práticas do III Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira.** Rio de Janeiro, 2011.

JUNIOR, José Nivaldo. **Maquiavel o Poder.** Martin Claret. São Paulo, 2004.

KHAIR, Amir. **A questão fiscal e o papel do Estado.** Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2013.

LOPES, Diva Maria Ferlin, HENRIQUE, Luis. **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso.** Salvador, SEI, 2010.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de **Planejamento de Pesquisa: Uma introdução.** PUC. São Paulo, 1997.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe.** [Tradução CUMO, Maria Lucia]. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996. 22ª impressão.

MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **Aspectos orçamentários e financeiros da reforma agrária no Brasil 2000 – 2005.** Brasília: MDA/Incrá, 2007.

MARQUES, Vicente. **Agricultura familiar y Censo Agropecuario: Análisis Comparativo Brasil, Chile y México.** Brasília – DF, FAO/MDA, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Programa da Revolução.** Nova Palavras, Brasília – DF, 2008.

MIELITZ, Carlos (org.) **Desenvolvimento agrícola e questão agrária.** Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2013.

MIRANDA, Carlos, TIBURCIO, Breno (orgs) **Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas.** IICA, Brasília, 2011.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão.** Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, Brasília, 2006.

MORAES, Reginaldo C. [et al]. **As cidades cercam os campos: estudo sobre o projeto nacional e desenvolvimento agrário na era da economia globalizada.** São Paulo: UNESP: Brasília, DF: NEAD, 2008.

MORAES, Reginaldo C. **Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as ideias da CEPAL.** São Paulo, 1995. Ática.

MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo - de onde vem, para onde vai?** [https://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2012/01/livro\\_neoliberalismo.pdf](https://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2012/01/livro_neoliberalismo.pdf). Acessado em 20 de dezembro de 2015.

MORAES, Reginaldo C. **Rural, agrário nação: reflexões sobre políticas públicas e processos de desenvolvimento na era da globalização.** Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2016.

MOURA, Abdalaziz de, **Princípios e fundamentos da proposta educacional de apoio ao desenvolvimento sustentável – PEADS: uma proposta que revoluciona o papel da escola diante das pessoas, da sociedade e do mundo.** SERTA, Gloria do Goitá – PE, 2003.

MOZOYER, Marcel. **Histórias das Agriculturas no mundo: do neolítico á crise contemporânea.** São Paulo: UNESP; Brasília; DF: NEAD, 2010.

MST. Anais do II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária. **Manifesto das educadoras e dos educadores da Reforma Agraria.** Luziânia – GO, 2015.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo, 1962. **Gestão Pública: tributação e orçamento; lei de responsabilidade fiscal; tópicos de contabilidade pública; gestão pública no Brasil, de JK a Lula; administração financeira e orçamentaria; finanças públicas nos três níveis de governo.** São Paulo, Saraiva, 2006.

NERI, Marcelo Cortês. **Superação da pobreza e nova classe média no campo.** Editora FGV/NEAD/MDA, Rio de Janeiro, 2012.

NOVAES, Regina Célia Reyes; CARA, Daniel Tojeira; SILVA, Danilo Moreira da; PAPA Fernanda de Carvalho. (orgs) **Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas.** Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Marcos Marques, VALLE, Marcelo, STEPHAN, Gustavo (orgs). **Vozes e visões do campo: II Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira.** Instituto Souza Cruz, São Paulo, 2009.

Partido dos Trabalhadores – Salvador – BA. **Programa de Governo Participativo 2015 - 2018 – Bahia.** . Salvador – BA. 2014.

Partido dos Trabalhadores – São Paulo. **Subsídios para a Elaboração dos Programas de Governo Participativos Municipais – PGPs.** São Paulo, 2016.

Partido dos Trabalhadores – Secretaria Sindical. **Resoluções do Encontro Sindical nacional: Propostas do movimento sindical para as administrações petistas.** São Paulo, 2012.

Partido dos Trabalhadores- PT / Central Única dos Trabalhadores – CUT. **Em defesa do PT e dos direitos democráticos: O que está em jogo Pra o movimento dos trabalhadores na Ação Penal 470 do STF?** São Paulo, 2013.

Partido dos Trabalhadores, **Caderno de Formação: Bem-vinda, bem vindo ao PT.** São Paulo, 2014. Escola Nacional de Formação.

Partido dos Trabalhadores, **O Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar.** São Paulo, 2013. Escola Nacional de Formação.

Partido dos Trabalhadores. **Uma Juventude para Tempos de Guerra.** Encarte, São Paulo, 2015.

Partido dos Trabalhadores. **Regimento do III Congresso da Juventude do PT.** Brasília, 2015.

Partido dos Trabalhadores. **Teses ao 3º Congresso da JPT.** Secretaria Nacional de Juventude. Brasília, 2014.

PERICO, Rafael Echevery. Tradução de SOUTO, Maria Verônica Moraes. **Identidade e Território no Brasil.** Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Brasília, 2009.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI. (Tradução de Monica Baumgarten de Bole.** I. ed. – Rio de Janeiro, 2014.

PJR. Cartilha. **Grupo de Produção e Resistência: Como iniciar sua produção.** Salvador – BA, Pastoral da Juventude da Juventude Rural – PJR 2012.

Políticas Públicas de Juventude e Desenvolvimento da Bahia. **2ª Conferência Estadual de Juventude da Bahia.** Conselho Estadual de Juventude / Coordenação Estadual de Juventude. Salvador – BA, 2011.

Prefeitura de Salvador, **Juventude e políticas públicas em Salvador – BA.** Série Bahia Jovem, vol. 1. 2013.

RAMOS, Renata Fornelos d’Azevedo. **Entre o campo e a cidade: um novo olhar para a juventude na periferia.** 1. Ed. – Curitiba: Appris, 2015.

Revista **A Igreja e a questão agrária brasileira no início do Século XXI. Edições CNBB.** Brasília, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 2014.

Revista Caros Amigos Especial. **Novas Esquerdas.** Ano XIX, nº 80, 2016.

Revista Caros Amigos Especial. **PT, 35 anos para o bem e para o mal.** São Paulo, 2015.

Revista Caros Amigos. **Ano XIX,** nº 224/2015.

Revista da Formação por Alternância. – v.1 **Brasília: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil,** Brasília, 2009.

Revista da Juventude Rural. **Diretrizes do 5º Congresso Estadual da Juventude Rural trabalhadora do Rio Grande do Sul.** Ano V. nº 05. Lajeado– RS, 2014.

Revista do **Direito Agrário.** Brasília, MDA/NEAD/INCRA, 2006.

Revista do Núcleo Interdisciplinar do imaginário e Memória – NIME e do Laboratório de Estudos do Imaginário – LABI e Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – USP. **Imaginário Juventude.** Ano XII. Número 12, 2006.

Revista Espaço Acadêmico, **O que é esquerda?** Nº 103, dezembro de 2009.

Revista IPEA. **Caracterização do Público Potencial do PRONAF “B” na Região Nordeste e no Estado de Minas Gerais: Uma análise baseada nos dados do Censo Agropecuário 2006.** IPEA, Brasília, 2013.

Revista Juventude Rural. **Transformando o presente e construindo o futuro.** Brasília – DF, 2007, CONTAG.

Revista **Le Monde Diplomatique**, Ano 9, número 106. 2016.

Revista **Le Monde Diplomatique**. Ano 8 – número 87 – outubro 2014.

Revista Le Monde Diplomatique. **Juventude em Movimento.** Ano 7 – número 79, São Paulo, 2014.

Revista Marco Social, **Juventudes e Territórios Rurais.** Rio de Janeiro, 2006, Instituto Souza Cruz.

Revista Teoria e Debate. 1968: **o que ficou das lutas estudantis e operárias e das manifestações culturais e comportamentais?** Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2008.

Revista, **Guia juvenil para avaliar políticas nacionais de juventud: haciendo realidad los compromisos.** ONU 2004.

Revista, **Políticas de Esporte para a Juventude Brasileira – subsídios e propostas para debate.** CEMJ, São Paulo, 2005.

Revista. **15 anos de organização da Juventude da CUT.** Nº 2. São Paulo, Central Única dos Trabalhadores – CUT, 2014.

Revista. **15 anos de organização da Juventude da CUT.** Nº 3. São Paulo, Central Única dos Trabalhadores – CUT 2014.

Revista. **Jovem Saber.** Brasília, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG 2013.

RIBEIRO, Laudicena de Fátima. **Regras Básicas para Apresentação de Trabalhos.** Janeiro 2016. Disponível em <http://www.uel.br/bc/portal/arquivos/apostila-normalizacao.pdf>. Acessado em 15 de outubro de 2016.

RICK, Frederico Santana. **Tirar lições da crise.** <https://www.brasildefato.com.br/node/32931/> Acessado em 13 de maio de 2016.

SADER, Emir. **Lula e Dilma. Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo – SP, Boitempo; Rio de Janeiro – RJ: FLACSO Brasil, 2013.

SANTAYANA, Mauro. **O PT, O PSDB e a arte de cevar urubus.** <http://www.jb.com.br/coisas-da-politica/noticias/2015/03/06/o-pt-o-psdb-e-a-arte-de-cevar-os-urubus/>. Acessado em 10 de julho de 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa .**O Impensável aconteceu.** Carta maior, 2014.

SANTOS, Clarice Aparecida dos (org). **Por uma educação do campo.** INCRA/MDA, Brasília – DF, 2008.

SARAIVA, Enrique e FERRAREZI, **Políticas Públicas.** Brasília:ENAP, 2006. 2v.

SCHNEIDER, Sérgio (org). **A Diversidade na Agricultura Familiar.** UFRGS, Porto Alegre – RS, 2006.

Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI. **Edital 001 – 2008. Seleção de Propostas para Desenvolvimento de Projetos para Juventude no campo, com foco no desenvolvimento de cadeias produtivas de forma associada, com apoio técnico e financeiro, vinculadas ao programa Estadual de Qualificação, Alfabetização e da Universalização da Assistência Técnica.** Salvador, 2008.

Secretaria de Desenvolvimento Rural – Bahia. **I Conferência Livre da Juventude Rural da Bahia.** Feira de Santana, 2016.

Secretaria de Desenvolvimento Rural – Bahia. **Revista Bahia Mais Forte.** Salvador, 2015.

Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR. **Regimento da 1ª Conferência Estadual Livre de Juventude Rural.** Salvador, 2015.

Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia / Conselho Estadual de Juventude da Bahia. **Regimento Interno da 3ª Conferência Estadual de Juventude da Bahia.** Salvador, 2015.

SILVA, Bráulio Rodrigues da.**Memórias da luta pela terra na baixada Fluminense.** MAUAD X; Seropédica, Rio de Janeiro – RJ, 2008.

SILVA, Roselani Sodre , SILVA, Vini Rabassa da; **Política Nacional de Juventude: trajetórias e desafios.** Salvador, 2011.

SINGER, André Vitor. **Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** 1ª edição. – São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

SINGER, Paul. **Internacional: A globalização e o Brasil no fim do segundo milênio.** Teoria e Debate nº 44 – abril/maio/junho de 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** 1ª ed. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUTO, Anna Luiza Salles... [et al.]. **Ser joven en Sudamérica para la construcción de la democracia regional.** IBASE/POLIS. São Paulo, 2008.

SOUZA, Luciano Ricardio De Santana. **A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro.** Bogotá – Colômbia, 2011.

SOUZA, Tomaz de, BRANDENBURG, Alfio. **A quem pertence o espaço rural? As mudanças na relação sociedade/natureza e o surgimento da dimensão pública do espaço rural.** Ambiente e Sociedade, Campinas, 2010.

STARLING, Heloisa Maria Murgel, RODRIGUES, Henrique Estrada, TELLES, Marcela (orgs). **Utopias Agrárias.** UFMG, Belo Horizonte – MG, 2007.

STEDILE, João Pedro. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo. 2012.

Superintendência de Estudos Sociais da Bahia – Secretaria de Planejamento **Juventude Baiana: Informações sociais 2006 e 2014.** Salvador-BA: 2015.

TEIXEIRA, Gerson. **Comentários sobre o Plano Safra para a agricultura empresarial – 2015/2016.** Assessoria da Liderança do PT na CD. Brasília – DF, 2015.

TOBÓN, Marcos. **O Estado não é democrático, é toxicomaniaco!**<http://www.carosamigos.com.br/index.php/artigos-e-debates/5360-narcos-o-estado-nao-e-democratico-e-toxicomaniaco>. Acessado em 10 de junho de 2016.

VALADARES, Arbex Valadares, FERREIRA, Bancolina, LAMBAIS, Guilherme Berse R., MARTINS, Leonardo Rauta, GALIZA, Marcelo. **Os Significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada.** [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_dimensoes\\_mio\\_cap02.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dimensoes_mio_cap02.pdf). Acessado em 10 de agosto de 2016. IPEA, 2016.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Autores associados. Campinas, São Paulo, 2002.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações.** Martin Claret. São Paulo, 2004.

WEISHEIMER, Nilson. **Desenvolvimento Rural, Capitalismo e Agricultura Familiar.** Dossiê Teoria Social e Desenvolvimento. Junho, 2013.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes.** MDA/NEAD. Brasília, 2005.

WISSELSZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência.** Brasília, 2013.

ZAGO, Nadir; BORDIGNON, Cristina. **Juventude Rural no Contexto da Agricultura Familiar: Migração e investimento nos estudos.** Chapecó – Santa Catarina. .

## **PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA PARA A JUVENTUDE RURAL DO ESTADO DA BAHIA**

LEI Nº... DE DEZEMBRO DE 2016 Institui a Política Estadual de Juventude Rural - PEJUR e o Programa Estadual de Valorização e Fortalecimento da Juventude Rural no estado da Bahia e dá outras providências.

A política estadual de Juventude Rural deve:

- Ser construída de forma coletiva a partir de Plenária com a Juventude Rural organizada e também que não fazem parte de movimentos sociais para garantir a pluralidade e a diversidade da juventude rural;
- Ser construída, gestada e monitorada horizontalmente, mas com a centralidade na Secretaria de Desenvolvimento Rural, Coordenação de Juventude e Casa Civil. Formando um Comitê de acompanhamento;
- Ocorrer de forma que a Juventude Rural seja compreendida de forma Matricial em que todas as secretarias tenham metas para serem atingidas neste para este público e, transversal, para que em cada uma destas secretarias tenha uma pessoa responsável por acompanhar e fazer acontecer as ações.
- Estas pessoas das secretarias devem compor o Comitê Permanente pela Valorização e Fortalecimento da Juventude Rural;
- Deve ser construído um Plano Estadual da juventude Rural, em dialogo com o Plano Estadual de Juventude, mas compreendendo a situação de hiper vulnerabilidade de a juventude rural enfrente justifica a constituição deste Plano;
- Deve ser criado o Fundo de Desenvolvimento, valorização e fomento da Juventude Rural no Estado da Bahia, com recursos compatíveis com o número de jovens rurais e a necessidade apresentada;
- Fomentar parcerias com a iniciativa privada (empresários, fazendeiros, pequenos proprietários etc.) e terceiro setor, além dos parceiros já estratégicos da agricultura familiar para a constituição das ações de Fortalecimento da Juventude Rural;

- Dialogar com os Movimentos Sociais do Campo acerca da necessidade e constituir metas com estes segmentos dentro das ações financiadas pelo Estado para a Juventude Rural;
- Construir metas específicas para as jovens mulheres com vistas a diminuir a assimetria entre os jovens por conta do gênero;
- Constituir Fóruns, conselhos e afins com os municípios para a consecução de agendas de interiorização das políticas de forma endógena;
- Conter ações de investigação acerca dos/as jovens homossexuais e construir ações de valorização, respeito e inclusão deste segmento;
- Inserir em cada programa governamental, onde couber, ações para a juventude rural. Mesmo em alguns programas urbanos é possível a construção de intercâmbios;
- Construir um programa de ATER que leve em conta a dimensão geracional;